



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO**



ALESSANDRA APARECIDA ALMEIDA

**BELFORD ROXO: PERSPECTIVAS E LIMITES DO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE UMA PERIFERIA
METROPOLITANA**

**Volta Redonda/RJ
ANO 2018**

ALESSANDRA APARECIDA ALMEIDA

**BELFORD ROXO: PERSPECTIVAS E LIMITES DO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE UMA PERIFERIA
METROPOLITANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a qualificação no Curso de Mestrado Profissional em Administração.

Orientador: **Prof. Dr. ANDRE FERREIRA**

Volta Redonda

2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BAVR

A447b Almeida, Alessandra Aparecida
Belford Roxo: perspectivas e limites do desenvolvimento econômico de uma periferia metropolitana / Alessandra Aparecida Almeida ; Andre Ferreira, orientador. Volta Redonda, 2018.
136 p.

Dissertação (mestrado profissional)-Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGA.2018.mp.01832555771>

1. Belford Roxo (RJ). 2. Clientelismo. 3. Desenvolvimento local. 4. Produção intelectual. I. Título II. Ferreira, Andre, orientador. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

CDD -

ALESSANDRA APARECIDA ALMEIDA

Belford Roxo: Perspectivas e limites do desenvolvimento econômico de uma periferia metropolitana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a qualificação no Curso de Mestrado Profissional em Administração.

Prof. Dr. André Ferreira – Orientador

Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Ricardo Thielmann

Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. Kátia Maria Soares

Faculdade Fernanda Bicchieri

Volta Redonda

2018

A todos aqueles que sofrem com a ausência de políticas públicas eficazes e que, mesmo diante das mazelas socioeconômicas, mantêm-se sujeitos desejantes e perseverantes no rompimento do ciclo vicioso da pobreza. Seja por meio do trabalho formal, da educação ou do empreendedorismo.

Agradecimentos

Mestrado sempre foi um desejo pessoal e meta profissional, primeiramente pela inquietude (uma característica marcante da minha personalidade) e segundo, pela possibilidade de abrir a mente para novos processos de aprendizagens. Confesso que “Belford Roxo” não era meu objeto de estudo inicial por tudo que vivia enquanto observadora participante do dia-a-dia deste município. O fato, porém, de estar inserida indiretamente na comunidade Belford-Roxense, conferia a mim a oportunidade de falar, com propriedade, sobre os limites e potencialidades de uma periferia metropolitana, a partir do olhar de quem também sofre com as mazelas sociais.

Agradeço ao meu orientador, André Ferreira, não somente pelo desafio proposto e pelas provocações, mas igualmente pela paciência, perseverança e troca de conhecimentos, que foram de fundamental importância para o desenvolvimento do presente trabalho.

Aos meus pais Rubens (*in memoriam*) e Carmelita, que sempre foram apoiadores e incentivadores do conhecimento, mesmo não tendo tido as mesmas oportunidades que concederam aos seus filhos. Aos meus sogros Hércules e Marlene, pelas palavras de incentivo frente a minha escolha.

A minha família, Marcos e Maria Fernanda pelo apoio e pela compreensão, especialmente diante das frequentes ausências e incompletudes do meu papel enquanto esposa e mãe. Pelo café e pelos afagos que tanto me revigoraram e tornaram esta jornada menos extenuante!

A Michelly, muito mais do que irmã, uma companheira que a vida me presenteou, a Gabriela por ter me mostrado esta fantástica porta para o conhecimento e as amigas Fabiana e Juliane, que sempre acreditaram na minha capacidade acadêmica.

Aos entrevistados que, de uma forma geral, foram muito solícitos em abrir espaço em suas agendas para repassar as informações que dispunham. Ao corpo docente e administrativo do PPGA e aos meus companheiros de Pós-Graduação. E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a travessia deste percurso.

Finalmente, minha gratidão ao Grande Criador que a cada dia nos proporciona um universo de infinitas possibilidades e escolhas!

RESUMO

O principal objetivo do presente estudo é identificar e analisar, por meio de revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas estruturadas com atores relacionados ao contexto social, político e econômico de Belford Roxo, os problemas enfrentados e as potencialidades que o município dispõe, assim como a existência de políticas públicas que possibilitem impulsionar seu desenvolvimento. Localizado no estado do Rio de Janeiro, Belford Roxo é um dos 13 municípios que compõem a chamada Baixada Fluminense. Emancipado no dia 3 de abril de 1990, é caracterizado como cidade dormitório e com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico. Como parte do dinamismo econômico está centrado em Nova Iguaçu e Duque de Caxias, é citada como a periferia da periferia metropolitana fluminense. No estudo bibliográfico, faz-se uma breve revisão das principais abordagens teóricas sobre causação circular, cidade-dormitório, clientelismo, além do apontamento de características e políticas de desenvolvimento local e das condições de emancipação do município de Belford Roxo. Quanto ao procedimento técnico, este é um estudo de caso sobre o desenvolvimento econômico do município de Belford Roxo, onde serão analisadas a evolução histórica, o momento atual, limitações e as perspectivas de seu modelo de desenvolvimento econômico. Envolveu, portanto, levantamento bibliográfico, análise documental, bem como entrevistas estruturadas junto a atores locais e regionais que possuem influência no processo de desenvolvimento sócio econômico do município de Belford Roxo, como empresas, representantes do poder público local, sindicatos de classe e universidades locais. Quanto aos resultados, a pesquisa aponta os diversos ciclos econômicos ocorridos na Baixada Fluminense e que influenciaram significativamente a urbanização dos seus 13 municípios, especialmente as condições de saneamento básico, mobilidade urbana e violência. Com 39,9% da população de Belford Roxo vivendo com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, a pesquisa também indica a ausência de ações exógenas e políticas públicas eficazes e capazes de romper com o ciclo vicioso da pobreza e impulsionar o desenvolvimento do município. As mazelas sociais são infinitas e estão, pode-se por assim dizer, especialmente associadas à condição de violência.

Palavras-chave: Belford Roxo (RJ); causação circular; cidade dormitório; clientelismo; desenvolvimento local.

ABSTRACT

The key objective of this study is to identify and analyze, through literature review, document analysis and structured interviews with actors related to the social, political and economic context of Belford Roxo, the problems faced and the potential that the city offers, as well as the existence of public policies that make it possible to promote its development. Located in the state of Rio de Janeiro, Belford Roxo is one of the 13 municipalities that belong to Baixada Fluminense. Emancipated on April 3rd of 1990, it has low rates of socioeconomic development and it is characterized as a dormitory town. Cited as the periphery of Rio' metropolitan periphery, part of the economic dynamism is centered in Nova Iguaçu and Duque de Caxias. In the literature survey, it is a brief review of the main theoretical approaches of circular causation, dormitory town, and patronage, besides the appointment of local development, political characteristics and the conditions of emancipation. The method used in the research is the study of case. Regarding the technical procedure, this is a case study on the economic development of the municipality of Belford Roxo. Will be analyzed the historical evolution, the current moment, limitations and the perspectives of the model of economic development. It involved bibliographical survey, documentary analysis, as well as structured interviews with local and regional actors that have influence in the process of socioeconomic development of the municipality of Belford Roxo, such as companies, representatives of local government, unions and local universities. Regarding the results, the research shows the various economic cycles occurring in the Baixada Fluminense and that influenced, significantly, the urbanization of its 13 municipalities, as well as the conditions of sanitation, urban mobility and violence. With 39.9% of the population of Belford Roxo living on monthly incomes of up to half a minimum wage per person, the research also indicates the absence of effective exogenous actions capable of breaking the vicious cycle of poverty that the municipality is in.

Keywords: Belford Roxo (RJ); circular causation; dormitory town; patronage; local development.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
BF	Baixada Fluminense
BFR	Belford Roxo
CEBER	Comissão Pró-Emancipação de Belford Roxo
CEPERJ	Centro Estadual de Estatísticas Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
CIA	Companhia
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DL	Desenvolvimento Local
EFCB	Estrada de Ferro Central do Brasil
EFRD	Estrada de Ferro Rio d'Ouro
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FJP	Fundação João Pinheiro
HAF	Homicídio por arma de fogo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NI	Nova Iguaçu
PD	Plano Diretor
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RJ	Rio de Janeiro
RM	Região Metropolitana
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
TCE	Tribunal de Contas do Estado

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	08
Mapa 02	Estrada de Ferro Dom Pedro II até julho 1865	11
Mapa 03	Mapa de Caracterização da Área Urbana e Habitacional	26

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Anúncio produção de laranjas, década de 30.	12
Figura 02	Pobreza e Renda (renda média mensal por pessoa)	14
Figura 03	Saúde (expectativa de vida, medida em anos)	15
Figura 04	Educação (crianças e adolescentes fora da escola, entre 06 e 14 anos)	15
Figura 05	Foto Ulrich Haberland e o presidente da República, Juscelino Kubitschek.	19
Figura 06	Foto Construção Bayer do Brasil S.A, 1958.	20
Figura 07	Receitas totais (2011-2016), do município de BFR.	48
Figura 08	Despesas totais (2011-2016), do município de BFR.	48
Figura 09	Indicador de equilíbrio orçamentário do município de BFR, anos 2011-2016.	49
Figura 10	Indicador dos investimentos per capita do município de BFR, anos 2011-2016.	49
Figura 11	Indicador da carga tributária per capita, BFR, anos 2011-2016.	50
Figura 12	Indicador do grau de investimento BFR, anos 2011-2016.	51
Figura 13	Indicador do grau de investimento Duque de Caxias, anos 2011-2016.	51
Figura 14	Indicador do grau de investimento Japeri, anos 2011-2016.	52
Figura 15	Intensidade dos deslocamentos para trabalho e estudo na Concentração Urbana do Rio de Janeiro/RJ	56
Figura 16	Concepção tridimensional do discurso	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Participação dos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro no PIB per capita, 2010-2015.	16
Gráfico 02	IDHM Belford Roxo	32
Gráfico 03	Evolução IFDM Belford Roxo, de 2005 a 2013.	36
Gráfico 04	Evolução número de homicídio doloso, tentativa homicídio e lesão corporal dolosa registrado no município de Belford Roxo, entre 2014 a 2017.	39
Gráfico 05	Homicídio doloso	42
Gráfico 06	Roubo de veículo	42
Gráfico 07	Roubo de carga	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Baixada da Guanabara, Densidade da População, 1940 a 1950.	25
Tabela 02	Valor adicionado bruto por atividade econômica – Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita e Impostos sobre produtos.	28
Tabela 03	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Belford Roxo/ RJ.	30
Tabela 04	Ranking do IDHM 2010, municípios que compõem a Baixada Fluminense.	31
Tabela 05	Variáveis componentes do IFDM, por áreas de desenvolvimento.	33
Tabela 06	Posição dos Municípios da Baixada Fluminense no ranking do IFDM.	34
Tabela 07	Ranking dos 10 bairros com maior incidência de vítimas de morte violenta intencional e tentativa de homicídio no município de Belford Roxo – 2010 a 2015	40
Tabela 08	HAF e Taxas Médias 2012-2014 de HAF (por 100 mil) nos municípios com mais de 10.000 habitantes.	41
Tabela 09	Fluxos de deslocamentos entre municípios de arranjos populacionais com mais de 2.500.000 habitantes, com percentual de deslocamento para estudo superior a 30% – 2010.	57
Tabela 10	Fluxos de deslocamentos para trabalho e estudo, acima de 50.000 pessoas, entre municípios dentro das Grandes Concentrações Urbanas de São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ – 2010.	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Lista de entrevistados	77
Quadro 02	Tentativas de autorização para realização de entrevistas	78
Quadro 03	Objetivos específicos da pesquisa	79
Quadro 04	Categoria definida para análise crítica dos discursos	80
Quadro 05	Amostras relevantes para as análises sobre a evolução histórica, econômica, política e social do município de BFR e da BF.	84
Quadro 06	Amostras relevantes para as análises sobre PP de estímulo ao DL do município de BFR.	87
Quadro 07	Amostras relevantes para as análises sobre as condições emancipação do município de BFR	90
Quadro 08	Amostras relevantes para as análises sobre o papel e percepção dos atores locais sobre o DL	93
Quadro 09	Amostras relevantes para as análises sobre a violência e educação em BFR e na BF.	96

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	01
1.1 Problema de pesquisa	03
1.2 Objetivos.....	03
1.2.1 Objetivo geral	03
1.2.2 Objetivos específicos	04
1.3 Justificativa e relevância da pesquisa	04
1.4 Delimitação da pesquisa	05
1.5 Estrutura do documento	06
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	07
2.1 A Baixada Fluminense.....	07
2.1.1 O que é a Baixada Fluminense?	07
2.1.2 Baixada Fluminense: uma visão socioeconômica	09
2.1.3 A Baixada Fluminense: os primeiros núcleos urbanos e a caracterização de cidade-dormitório	16
2.2 O município de Belford Roxo	18
2.2.1 Belford Roxo e as condições de emancipação do município	18
2.2.2 Urbanização de Belford Roxo	24
2.2.3 Belford Roxo Hoje.....	26
2.2.3.1 Dados econômicos e geográficos	26
2.2.3.2 Indicadores econômicos e sociais	29
2.2.3.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).....	29
2.2.3.2.2 Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM).....	32
2.2.3.3 Violência	37
2.2.4 Políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento econômico do município de Belford Roxo	43
2.2.5 Belford Roxo, uma cidade dormitório?	52
2.3 Ciclo vicioso da pobreza e causação circular cumulativa	58
2.4 Clientelismo.....	63
2.5 Desenvolvimento local	67
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	71
3.1 Tipo de pesquisa	71
3.2 Obtenção dos dados	73
3.2.1 Pesquisa bibliográfica.....	74
3.2.2 Análise documental	74
3.2.3 Entrevistas	75
3.2.3.1 Critérios para a escolha dos entrevistados	78
3.3 Análise dos dados	80
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	83
4.1 Evolução histórica, econômica, política e social do município de BFR e da BF	83
4.2 PP de estímulo ao DL do município de BFR	87
4.3 Condições emancipação do município de BFR.....	90
4.4 Papel e percepção dos atores locais sobre o DL.....	93

4.5 A violência e educação em BFR e na BF	96
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICES	112

1 INTRODUÇÃO

Belford Roxo, até a metade do século XIX, ainda no período imperial, fazia parte do município de Nova Iguaçu e sua economia era voltada para a agricultura de cana-de-açúcar e café, além de possuir olarias e um engenho para fabricação de aguardentes. Antes da chegada da Estrada de Ferro Central do Brasil¹ (EFCB), toda produção era escoada pelo rio Sarapuí até a capital do império (ANSELMO, 2008; SOARES, 1960).

Na primeira metade do século XX, a cultura da laranja era a atividade econômica de destaque e considerada lucrativa para a região. Sua produção, em escala comercial, exigia uma infraestrutura local o que incluía fabricação de caixas, transporte das frutas dos pomares aos portos por meio ferroviário, tratamento e acondicionamento das laranjas, entre outras atividades relacionadas à citricultura, o que culminou numa explosão de migrantes atraídos pelo sucesso da citricultura (MAIA; RODRIGUES, 2009). Ao então vilarejo do antigo Brejo, atualmente Belford Roxo, cabia apenas o plantio da laranja e todo o beneficiamento era processado em Nova Iguaçu (SOARES, 1960).

De acordo com Soares (1960), já no ano de 1927, o município de Nova Iguaçu chegou a exportar 46.000.000 laranjas para o Rio da Prata e 10.000.000 para a Europa. Parte da produção era encaminhada para os mercados do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos.

Com a citricultura em alta, o Poder Público investiu nas vias de acesso à região produtora, o que permitiu não somente o escoamento da produção, mas o acesso dos trabalhadores. Neste período, foram construídas as Rodovias Washington Luís², a Estrada

¹ A Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) ou Dom Pedro II teve sua construção iniciada em 1855 para escoar, principalmente, a produção de café da então Baixada da Guanabara, região conhecida nos dias atuais como Baixada Fluminense. Em março de 1858, foi inaugurada a seção que ligava a Estação Aclamação (na cidade do Rio de Janeiro) à estação de Benedito Ottoni (atual Queimados), num total de 48,21 km. Nessa época havia cinco estações: Campo (atual Central do Brasil), Engenho Novo, Cascadura, Maxambomba (atual Nova Iguaçu) e Queimados e, mais tarde, Belém (atual Japeri). Com a queda do ciclo cafeeiro e a ascensão da citricultura, no final do século XIX, os ramais da Estrada de Ferro Central do Brasil ganharam novo dinamismo econômico (SIMÕES, 2006). Foi uma das principais ferrovias do Brasil ligando do final do século XIX até 1990 as Províncias do Rio de Janeiro a São Paulo e Minas Gerais, quando então, os trens entre São Paulo e Rio de Janeiro e entre Belo Horizonte e São Paulo foram extintos. Atualmente, os subúrbios de São Paulo fazem parte da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, e os do Rio de Janeiro, da Supervia; sendo que apenas na estação final deste último trecho permanece o nome Central do Brasil. (MAIA; RODRIGUES, 2009, p. 3.871).

² O trecho Rio-Petrópolis, conhecido como Rodovia Washington Luiz, foi inaugurado em 25 de agosto de 1928, pelo Presidente da República Washington Luís, e tornou-se o primeiro asfaltado do Brasil em 1931 (O Globo, publicado em 28/06/13, disponível em <http://acervo.oglobo.globo.com/rio-de-historias/washington-luis-inaugura-primeira-rodovia-asfaltada-do-pais-rio-petropolis-8849272>, acessado em 25/03/2018).

Rio-São Paulo³, a Avenida Automóvel Clube⁴, bem como expansão da EFCB (MAIA; RODRIGUES, 2009).

O início da decadência dos laranjais deu-se na fase de maior expansão da citricultura, por volta do ano de 1926, com o aparecimento da mosca do Mediterrâneo que, apesar das diversas tentativas para sua erradicação, resistiu até a queda final do ciclo da laranja (PEREIRA, 1977). Outro fator que contribuiu para a decadência da citricultura foi a deflagração da Segunda Guerra Mundial e a consequente interrupção da navegação comercial face ao perigo dos ataques às embarcações. Assim, os navios frigoríficos que levavam as laranjas para a Europa deixaram de aportar no Rio de Janeiro e a produção não pode mais ser escoada (RODRIGUES, 2014; SOARES, 1960). O fim do ciclo da laranja marca o início da transição e da transformação das terras iguaçuanas em lotes fracionados, com consequências para toda Baixada Fluminense (SOARES, 1960).

As áreas utilizadas anteriormente na agricultura foram transformadas em loteamentos e vendidas para migrantes, especialmente vindos do Nordeste e de baixa renda, atraídos pelo surgimento da rodovia Presidente Dutra e de várias indústrias que se estabeleciam na região (SIMÕES, 2006). Este contingente passa a formar um exército de reserva de mão de obra significativo para as atividades econômicas da capital, a cidade do Rio de Janeiro. O período compreendido entre 1940 a 1950 registrou um crescimento populacional de 219% no distrito de Belford Roxo (SOARES, 1960). Como referência, o Brasil cresceu 26,18% (IBGE, 2017).

Na década de 1950, por estímulo do governo federal, foram instaladas indústrias na região, com destaque para a Bayer, uma indústria do segmento químico. A presença da Bayer foi uma tentativa de modificar o perfil de Belford Roxo, pela geração de emprego e consequente melhoria da renda local (DUPRE, 2008). Mas a Bayer não teve o poder de alavancagem que tiveram, por exemplo, a Companhia Siderúrgica Nacional para região do Médio Paraíba Fluminense e da indústria automobilística na região do ABC Paulista.

No início da década de 1960, Belford Roxo, à época distrito de Nova Iguaçu, possuía uma das maiores arrecadações do município (ANSELMO, 2008), mas, apesar disto, e mesmo

³ A primeira ligação rodoviária asfaltada entre as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, foi aberta pelo governo do presidente Washington Luis e inaugurada no dia 5 de maio de 1928. Conhecida como a antiga Estrada Rio-São Paulo ou Rodovia Luiz Henrique Rezende Novaes, a BR-465, até os anos 1950, era a principal ligação entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, quando o acesso à cidade do Rio de Janeiro passou a ser por Nova Iguaçu, logo após a construção da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), (Ministério dos Transportes, disponível em <http://www.transportes.gov.br/component/content/article/54-institucional/136-transportes-no-brasil-sintese-historica.html>, acessado em 25/03/2018).

⁴ Atual Avenida Pastor Luther King Jr, com aproximadamente 25 km de extensão, une vários bairros da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

depois de sua emancipação, ainda sofre com ausência de políticas públicas eficazes que assegurem à sua população uma adequada infraestrutura de saúde, educação, transporte e segurança pública.

Com uma área de 79 km² e uma população estimada de 495.783 pessoas, segundo dados do IBGE (2017), atualmente alguns problemas se destacam e comprometem a vida de quem habita e/ ou trabalha no município de Belford Roxo: altos índices de violências, saneamento básico precário, enchentes frequentes e que comprometem o fluxo de carros, pedestres e transporte. Os rios, que no passado refletiam prosperidade ao município, encontram-se degradados pela ausência de um sistema de tratamento de esgoto eficaz; um problema não só do município, mas presente em todo o estado (TRATA BRASIL, 2017).

No aspecto econômico e social, dentre 92 municípios do estado do Rio de Janeiro, Belford Roxo ocupa a 84^a posição no ranking do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal⁵ (FIRJAN, 2015). Emancipado do município de Nova Iguaçu em 1990, observa-se que sua realidade socioeconômica não sofreu grandes alterações. Traços de clientelismo estabelecido pelos atores políticos locais no processo de emancipação permanecem até os dias atuais e, à primeira vista, enraizados na cultura local.

1.1 Problema de Pesquisa

Belford Roxo é um jovem município localizado na periferia metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, caracterizado como uma cidade dormitório, com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico. A questão que se coloca é identificar a existência de alternativas que possam quebrar o ciclo vicioso da pobreza (MYRDAL, 1965) que o município se encontra, caracterizado como um processo circular e acumulativo, que exerce pressão contínua de cima para baixo, no qual um fator negativo, simultaneamente, é causa e efeito de outros fatores negativos.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo do presente estudo é identificar e analisar, por meio de revisão bibliográfica, análise documental e por entrevistas estruturadas com atores relacionados ao

⁵ O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & Renda, Educação e Saúde, a partir das estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde (<http://www.firjan.com.br/ifdm/>, acessado em 25/03/2018).

contexto social, político e econômico de Belford Roxo, os problemas enfrentados e as potencialidades que o município e sua população dispõem, assim como a existência de políticas públicas que possibilitem impulsionar o desenvolvimento do município.

1.2.2 Objetivos específicos

Como objetivo específico, pretende-se:

- Apresentar a evolução histórica, econômica, política e social do município de Belford Roxo e Baixada Fluminense;
- Identificar as políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento econômico do município;
- Apresentar as condições urbanas do município e as condições de emancipação do município;
- Mapear e analisar os indicadores socioeconômicos como Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM);
- Identificar o papel e a percepção dos atores locais e das organizações público e organizações privadas sobre o desenvolvimento econômico local.

1.3 Justificativa e relevância da pesquisa

A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caquexia, uma verdade, que é um desconsolo, ressurre de tantas ruínas: nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas. Radica-se mal. Conjugado a um grupo de fatores sempre os mesmos, reflui com eles duma região para outra. Não emite peão. Progresso de cigano vive acampado. Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas (LOBATO, 2007, p. 24).

Monteiro Lobato descreveu em *Cidades Mortas*, o marasmo que observara durante suas andanças pelo interior e o abandono das cidades após o ciclo do café. Para Lobato (2007), não sobrou sequer um grão da riqueza para germinar o progresso. “Distantes dos principais centros urbanos, salpicados de casas-catacumbas e de ruas desertas, eles dão a ideia de que seus habitantes fugiram em êxodo apressado ou foram dizimados por uma peste. O silêncio só é quebrado pelo repicar do sino da igreja, o raspar das enxadas na capina trimestral, o alarido das crianças saindo do Grupo Escolar ou pelo carrinho da Câmara” (LOBATO, 2007, p. 18).

A ineficiência do Estado, bem como o desperdício do dinheiro público perdidos na burocracia, é retratada especialmente no conto *O luzeiro agrícola*, 1910, onde um poeta, Sizenando Capistrano, candidata-se ao cargo de inspetor agrícola.

Cansado, entretanto, de ouvir estrelas em jejum, de amar a lua no céu sem possuir um queijo na terra, acatou a voz do estômago e quebrou a lira – para viver. Meteu a tesoura nas melenas, deu brilho aos sapatos, desfatalizou o semblante, substituiu o ar absorto do aedo pelo ar avacalhado do pretendente, e à força de pistolões guindou-se às cumeadas do Morro da Graça. Todo mundo o recomendou ao Gaúcho Onipotente, porque todos andavam fartos daquela perpétua fome lírica a deambular pelas ruas, caçando rimas e filando cigarros. Que fosse acarrapatar-se ao Estado. O Estado é um boi gordo, semelhante àquela estátua equestre de Hindenburg, feita de madeira, em que os alemães pregavam pregos de ouro. A diferença está em que no Estado, em vez de tachas de ouro, pregam-se Capistranos vivos (LOBATO, 2007, p. 97).

As experiências prévias de Sizenando Capistrano no cultivo de batatas gramaticais, cavalgada em Pégaso em pelo e, no campo da suinicultura, trincar um canastrão com tutu de feijão, foram suficientes para evidenciar o conhecimento do poeta nos processos da lavoura e da criação de rebanhos. “– És um gênio, não há que ver. Talvez faça de ti, um dia, presidente da República.” (LOBATO, 1997, p. 98), especula o general do Ministério da Agricultura, um admirador das belas imagens, e poeta compositor de poemas herói-cômicos.

O Belford-Roxense é, sem dúvida, a riqueza do município e o que assegura a cidade viva. Sua população mantém-se perseverante na geração de trabalho, capital humano e capital intelectual, mesmo diante das mazelas socioeconômicas, da violência e ausência de políticas públicas eficientes e capazes de quebrar o ciclo vicioso da pobreza. Reconhecida, pelo poder público, como cidade dormitório, 39,9% da sua população vive com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o que coloca Belford Roxo na 6ª posição dentre as 92 cidades do estado e na posição 2.833ª de 5.570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2017). Citada como a periferia da periferia metropolitana fluminense, amarga um progresso nômade e sujeito a paralisias súbitas, tal como descrito por Monteiro Lobato (2017).

Alguns municípios do Brasil, assim como Belford Roxo, raramente são objeto de pesquisa que se propõe analisar e compreender o desenvolvimento socioeconômico e regional, contribuindo, desta forma, para o entendimento deste processo na localidade pesquisada e outras localidades similares.

1.4 Delimitação da pesquisa

A presente pesquisa possui como delimitação o estudo sobre os limites e potencialidades do desenvolvimento socioeconômico do município de Belford Roxo, localizado no estado do Rio de Janeiro. Como recorte temporal, foram utilizados os indicadores Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), bem como os dados estatísticos emitidos pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período compreendido entre 2010 e 2017.

Como objeto de estudo, foram entrevistados: 02 (dois) secretários municipais, 02 (dois) atores políticos locais, 03 (três) historiadores, 01 (um) ex-representante FIRJAN, 01 (um) representante Sindicato de Classe e 03 (três) atores da iniciativa privada, desconsiderando outros grupos que possam influenciar no resultado da pesquisa.

Área específica do conhecimento do presente estudo é desenvolvimento local e políticas públicas. Quanto ao período focalizado, será apresentada uma breve análise histórica de Belford Roxo e da região metropolitana a qual o município encontra-se inserido, seguida de ênfase no período pós-emancipação.

1.5 Estrutura do documento

A fim de facilitar a compreensão do leitor, o presente estudo está estruturado em 05 (cinco) capítulos. O primeiro, considerado a parte introdutória, aborda a contextualização, a definição do problema da pesquisa, os objetivos geral e específico, a justificativa e as delimitações da pesquisa. No segundo capítulo, estão indicados os referenciais teóricos nos quais o estudo se baseou e em quais prismas as teorias e conceitos estão fundamentados. No terceiro capítulo, estão descritos os procedimentos metodológicos utilizados para desenvolver a pesquisa, assim como a forma de obtenção dos dados e como foram analisados. O capítulo quatro se propõe apresentar as análises e interpretações realizadas das categorias definidas a partir do conteúdo extraído das entrevistas. No capítulo 5 (cinco), são indicadas as principais conclusões do trabalho. E, por fim, são descritas as referências utilizadas, além do apêndice com os roteiros utilizados para as entrevistas com os diferentes atores consultados.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Era claro...que a pobreza e a doença formavam um círculo vicioso. Homens e mulheres eram doentes porque eram pobres; tornavam-se mais pobres porque eram doentes e mais doentes porque eram mais pobres (WINSLOW *apud* MYRDAL, 1965, p.26).

2.1 A Baixada Fluminense

2.1.1 O que é a Baixada Fluminense?

O termo Baixada foi estabelecido no final do século XIX para designar a porção de terra do lado oeste da baía da Guanabara. Conhecida como Arrabalde ou Grande Iguaçu, a região foi ocupada ainda no século XVI pelas fazendas de cana-de-açúcar (SILVA, 2017).

Está inserida na mesorregião metropolitana do Rio de Janeiro e engloba os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Magé, Guapimirim, Japeri, Paracambi, Seropédica e Itaguaí, totalizando 13 municípios (IBGE, 2017). Para Rodrigues (2014), esta região deriva de uma matriz comum: a maioria dos municípios que a compõem, fizeram parte do município de Nova Iguaçu, e deste foram desmembrados.

Com mais de três milhões de habitantes vivendo na área, possui a segunda maior população do estado, e só perde para a capital, a cidade do Rio de Janeiro. O município mais populoso de toda a região é Duque de Caxias, seguido de Nova Iguaçu. Esses municípios contam com a 2ª (segunda) e a 1ª (primeira) maior área territorial, respectivamente (468 km² e 519 km²). São João de Meriti possui a maior densidade demográfica da região e também do Estado do Rio de Janeiro (13.080 hab./km²). De acordo com Painel regional: Baixada Fluminense I e II (SEBRAE, 2016), os motivos são a sua pequena área (35 km²) e a sua considerável população, a 4ª maior da região e uma das maiores concentrações populacionais de todo o continente. Dois municípios se destacaram em termos de crescimento demográfico no período 2010-2015: Guapimirim (9,8%) e Itaguaí (9,2%). No outro extremo, São João de Meriti e Nilópolis tiveram as menores taxas de crescimento populacional: 0,4% e 0,6%, respectivamente (SEBRAE, 2016). O mapa 01 apresenta a Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro e a área delimitada, correspondente à Baixada Fluminense.

Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Mapa 01 – Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Fonte: Fundação CEPERJ (http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/RMRJ2013.pdf) acessado em 26/06/2017.

Para Simões (2011), geopoliticamente, o termo Baixada Fluminense se identifica com a área original do antigo município de Iguaçu – atual Nova Iguaçu. Segundo o autor, não existe um consenso único do que seja a Baixada Fluminense, quanto aos limites e municípios que a compõe, e a única unanimidade relacionada a esta região, é a centralidade exercida pelos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias. De acordo com Monteiro (2001), os municípios de Itaguaí, Paracambi e Seropédica não apresentam as mesmas características sociais dos municípios que surgiram a partir de Nova Iguaçu e se assemelham aos municípios de Magé e Guapimirim. Sob esta ótica, a Baixada Fluminense englobaria apenas os municípios e distritos que fizeram parte de Iguaçu: Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias e o distrito de Inhomirim do município de Magé.

A discussão relacionada à delimitação do conceito de Baixada Fluminense foge do escopo deste trabalho e, portanto, será considerada, para efeito de análise, a descrição do IBGE⁶.

⁶ Geograficamente a Baixada Fluminense corresponde à planície localizada entre o litoral e as serras do Mar e da Mantiqueira. De acordo com alguns geógrafos, a Baixada Fluminense se estende da baía da ilha Grande, a oeste, até as proximidades de Campos dos Goytacazes, a leste. Para este estudo, a baixada foi limitada aos 13 (treze)

2.1.2 Baixada Fluminense: uma visão socioeconômica

No estado do Rio de Janeiro, entre a atraente e perigosa capital e um interior montanhoso e pouco habitado encontra-se a região que todo o Brasil conhece como Baixada Fluminense. É comum somente vê-la como um conjunto de casebres não ou mal rebocados, como um dos maiores bolsões de miséria do Brasil ou compará-la com as favelas cariocas (MONTEIRO, 2005, p. 488).

O passado histórico da Baixada está ligado ao comércio fluvial e aos caminhos que faziam a ligação do Rio de Janeiro ao interior do país (RODRIGUES, 2014). É citado, ainda, como um dos possíveis caminhos de escoamento do ouro, vindo de Minas Gerais e rota para a transferência de riqueza da cidade de São Salvador, Bahia, para o Rio de Janeiro, em 1763 (TORRES, 2008).

Já no século XVIII, a Mui Leal e Heroica Cidade de São Sebastião beneficia-se com as terras da baixada que faziam o intercâmbio com as Minas Gerais, canalizando a riqueza de seu ouro que a transformarão numa grande metrópole. O fluxo desta riqueza seria determinante para a transferência da capital da cidade de São Salvador, na Bahia, para o Rio de Janeiro, em 1763, sendo a Baixada Fluminense, com seus engenhos e fazendas, caminhos e rios, portos e gentes, vetor fundamental para seu desenvolvimento (TORRES, 2008, p. 3).

Durante muito tempo, exerceu a função de principal porto de escoamento das mercadorias que tinham como destino final as metrópoles europeias. Parte significativa do desenvolvimento socioeconômico da Baixada Fluminense esteve atrelado ao desenvolvimento do Rio de Janeiro e foi influenciado por três grandes ciclos econômicos: o ciclo da cana-de-açúcar, do café e o ciclo da laranja, (PEREIRA, 1977; RODRIGUES, 2014).

Os primeiros engenhos, que se dedicavam ao cultivo da cana-de-açúcar, atividade econômica predominante na época, surgiram em meados do século XVI, às margens do rio Iguaçu. As vias de circulação, fundamentais para o escoamento da produção, tornaram-se essenciais no processo de ocupação da região (RODRIGUES, 2014) e o surgimento dos primeiros núcleos urbanos está associado à existência dessas, face à sua relevância para o êxito do empreendimento açucareiro (SIMÕES, 2006).

Além do cultivo da cana-de-açúcar, foram produzidos, em menor escala, produtos agrícolas como feijão, arroz, milho, mandioca, legumes, entre outros, que abasteciam as fazendas locais, assim como o mercado consumidor do Rio de Janeiro, como estratégia para internalização dos custos com a produção de tais alimentos (RODRIGUES, 2014). As terras

da Baixada já evidenciavam potencial agrícola e o seu relevante papel na economia da então cidade de São Sebastião.

O final do século XVIII marcou o fim do ciclo açucareiro. Sua decadência pode ser atribuída ao rompimento do monopólio português de produção e à baixa competitividade junto ao mercado internacional, especialmente após o sucesso do plantio da cana-de-açúcar nas Antilhas (RODRIGUES, 2014; SIMÕES, 2006). “De alguma forma, o café foi consequência do fracasso da política econômica brasileira no setor açucareiro mundial” (PEREIRA, 1977, p. 47).

A saída encontrada para superar a falência do empreendedorismo açucareiro e descansar as terras da Baixada Fluminense após longo período de cultura de cana-de-açúcar, foi o cultivo do café (RODRIGUES, 2014; SIMÕES, 2006). Para Pereira (1977), a cana-de-açúcar assegurou o domínio de Portugal sobre o Brasil, enquanto que o café foi responsável pela consolidação do país como nação independente.

O café produzido em Iguazu, especialmente nas vilas de Tinguá, Andrianópolis, Estrela, Jaceruba e Japeri, não projetou a região como grande produtora tendo em vista as características do solo daquela região e o clima quente e úmido da Baixada (SIMÕES, 2006), mas como entreposto do produto no seu itinerário para exportação (PEREIRA, 1977). “Restou a Baixada Fluminense, então, o papel de intermediação entre as áreas produtoras e o porto do Rio de Janeiro” (SIMÕES, 2006, p. 66).

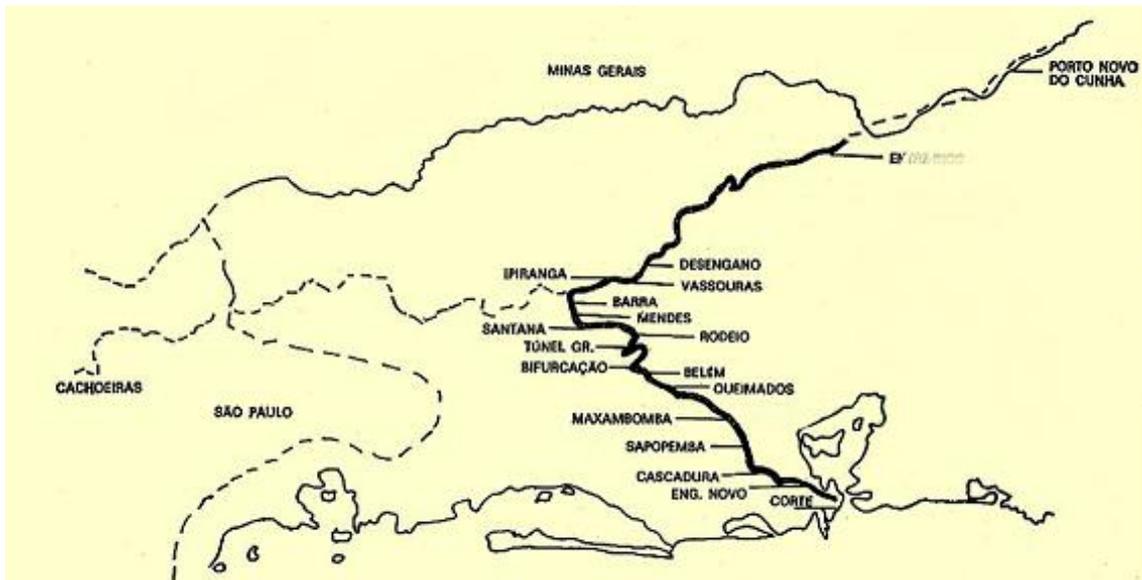
O escoamento da produção cafeeira era feito por meio da Estrada do Comércio⁷ e dos portos existentes na época (SIMÕES, 2006). A necessidade de livrar o crescente tráfego de mercadorias, especialmente o café, das inconveniências ligadas ao transporte fluvial, como a dependência da maré nos baixos cursos, o baixo nível das águas no tempo das secas, a constante obstrução dos rios e canais, levaram as lideranças da época a pensarem na possibilidade de construção de estradas de ferro que chegassem até o pé da serra (SOARES, 1960). Dessa forma, em 1858, a Estrada de Ferro D. Pedro II⁸ (mapa 02) inaugurava o seu

⁷ Construída entre 1813 e 1817 pela Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação do Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos, o que originou o nome Comércio. A estrada partia da vila de Nossa Senhora da Piedade do Iguazu (hoje em Nova Iguazu), cortava a atual Reserva Biológica Federal do Tinguá subindo as serras, passava pelos arraiais da Estiva (hoje município de Miguel Pereira, Arcádia e Vera Cruz) e chegava ao porto de Ubá (atual Andrade Pinto, distrito de Vassouras), nas margens do rio Paraíba do Sul (NOVAES, 2004).

⁸ O projeto de construção da Estrada de Ferro D. Pedro II tinha como estabelecer conexões entre o Rio de Janeiro e a estação de Belém em Japeri, na Província do Rio de Janeiro, com todas as regiões do Brasil através de ramais a serem construídos pela própria companhia, ou, por meio de outras ferrovias. As obras começaram em 11 de junho de 1855 e, em 29 de março de 1858, foi inaugurada a seção que ligava a Estação Aclamação (na cidade do Rio de Janeiro) à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu (atual Queimados), num total de 48,21

primeiro trecho, e compreendia as estações de Maxambomba, atual Nova Iguaçu, Queimados e, prolongando-o no fim do mesmo ano, até Belém, atual Japeri (RODRIGUES, 2014). Com o advento da ferrovia, as vilas-portos da baixada deixaram de ser necessárias e, portanto, foram abandonadas (SOARES, 1960).

Estrada de Ferro Dom Pedro II até julho 1865



Mapa 02 – Estrada de Ferro Dom Pedro II até julho 1865

Fonte: Almir Chaiban El-Kareh (1982)

Para Rodrigues (2014), a falta de mão-de-obra, especialmente após a proibição do tráfico negreiro, associadas ao desgaste do solo, inviabilizou a produção do café, não somente na Baixada, mas nas fazendas fluminenses de um modo geral. O então derrocado ciclo de café cede lugar para a fruticultura e a laranja torna-se o principal produto exportável da Baixada, nas décadas seguintes. Fatores logísticos e a proximidade com os mercados consumidores mais expressivos na ocasião, como o de São Paulo, foram fundamentais para o estabelecimento do cultivo da laranja na área de nova Iguaçu (RODRIGUES, 2014).

A laranja revolucionou a estrutura social de Nova Iguaçu sem mudar suas características rurais. O fenômeno social nascido dos laranjais conservou, por muito tempo, sua autonomia, sua independência política marcada pela influência econômica dos laranjeiros que constituíam uma classe sucedânea à dos barões da cana e do café (PEREIRA, 1977, p. 118).

km. Há registros de cinco estações nessa época: Campo (atual Central do Brasil), Engenho Novo, Cascadura, Maxambomba (atual Nova Iguaçu) e Queimados. Em 8 de novembro do mesmo ano, a estrada de ferro se estendeu até Belém (atual Japeri), no sopé da Serra do Mar. Quando da Proclamação da República, em 1889, a Estrada de Ferro D. Pedro II teve seu nome alterado para Estrada de Ferro Central do Brasil (disponível em <http://www.museuimperial.gov.br>, acessado em 25/03/2018).

Nova Iguaçu chegou a produzir aproximadamente 1,5 milhões de caixas de laranjas (figura 01) sendo destinada, inicialmente, ao mercado interno e mais tarde exportada para países como Inglaterra, Argentina, Holanda, França, Bélgica, Alemanha, Suíça, Chile, Dacar, Noruega, Finlândia e Suécia (PEREIRA, 1977). Diante do progresso da citricultura, o poder público investiu na abertura, melhoria e construção de estradas a fim de facilitar a vazão da produção e o acesso à sede do município, em Nova Iguaçu (SOARES, 1960).



Figura 01 – Anúncio produção de laranjas, década de 30.

Fonte: Elefante Verde, acessado em 18/09/2018 (<http://blog.elefanteverde.com.br/laranjas/#.W6FmQD8zXIU>).

O desenvolvimento acelerado da região bem como o cultivo da laranja foi significativamente afetado pela Segunda Guerra Mundial: uma vez que toda exportação era feita em navios frigoríficos estrangeiros e, com a eclosão do conflito mundial, estes navios deixaram de aportar no Rio de Janeiro, a produção não pôde ser escoada (ABREU, 2013; RODRIGUES, 2014). Diante da ausência de armazéns e de meios de transportes adequados, as laranjas apodreceram nos pés favorecendo o aparecimento de pragas que dizimou a maior parte das plantações e eliminou o maior trunfo da produção iguaçuana: a sua excelente qualidade e a sua capacidade de permanecer no pé até a entressafra (SIMÕES, 2006).

Ao término da Segunda Guerra Mundial, quando o mercado internacional dava sinais de retomada, o governo proibiu a exportação da laranja com o intuito de atender primeiramente ao mercado interno. Com essa medida, os produtores que conseguiram manter seus pomares foram prejudicados e abandonaram a cultura, buscando outros meios de sobrevivência (RODRIGUES, 2014). Para Simões (2006), trata-se da queda da última barreira à transformação da terra agrícola em área urbana.

O fim do ciclo da laranja marca o início da transição e transformação do espaço iguaçuano com consequências para toda Baixada Fluminense, demonstrada pelo fracionamento das terras que antes eram destinadas ao cultivo da laranja. O motivo deste fracionamento pode ser credenciado à coincidência do declínio dos laranjais com um “boom” imobiliário na sede do município (RODRIGUES, 2014, p. 39).

A eletrificação da EFCB, ao mesmo tempo em que permitiu a locomoção da massa trabalhadora para a cidade do Rio de Janeiro e o transporte das mercadorias para o porto, facilitou o processo de ocupação da região, favorecidos pelos preços dos lotes mais baixos do que na capital – o que impulsionou o mercado imobiliário local (RODRIGUES, 2014). A Baixada Fluminense passou de uma sociedade predominantemente agrícola para uma sociedade urbano-industrial, baseado no Processo de Substituição de Importações (TAVARES, 2011).

A estratégia de desenvolvimento, após a segunda Guerra Mundial, consistia na implantação progressiva de indústrias de bens de consumo duráveis e de capital. Dessa forma, o processo de instalação de uma infraestrutura que pudesse suportar grandes empreendimentos industriais, foi acelerado com a construção da Avenida Brasil e das Rodovias Presidente Dutra e Washington Luis, favorecendo a instalação e expansão das atividades industriais (SIMÕES, 2011).

Neste período, a Baixada Fluminense se destacou pela instalação de três grandes projetos industriais: a Fábrica Nacional de Motores (FNM), instalada na década de 1940, no município de Duque de Caxias; a Bayer, multinacional de origem alemã, localizada em Belford Roxo, distrito de Nova Iguaçu, da década de 1950; e a instalação da Refinaria Duque de Caxias (REDUC), no município de Duque de Caxias, na década de 1960. Dois destes projetos, a FNM e a REDUC, se deram com forte aparato estatal de financiamento para sua execução (RODRIGUES, 2014; SIMÕES, 2006).

Outros empreendimentos industriais também contribuíram para o crescimento econômico da região, a citar: Cia. Dirce Industrial, Cia. Mercantil e Industrial Ingá, Cia. de Canetas Compactor, Forjas Brasileiras S.A., Indústrias Granfino S.A., S.A. Marvin, Rupturista S.A., Usina Mecânica Carioca S.A. (USIMECA), Fábrica de Tecidos Cachambi, e Fábrica de Cigarros Souza Cruz (RODRIGUES, 2014).

A Baixada Fluminense serviu de localização tanto para o crescente número de indústrias que para lá se deslocavam em função das crescentes deseconomias de escala de se produzir no município do Rio de Janeiro, quanto do aumento exponencial do preço do solo urbano neste município, o que encarecia de sobremaneira o custo da mão-de-obra (RODRIGUES, 2014, p. 76).

A participação da Baixada Fluminense na construção da história do Rio de Janeiro é inegável, no entanto, sofreu consequências face às características absorventes da cidade capital.

Apesar de sua inquestionável importância, a Baixada Fluminense encontrou na ascendência da capital um empecilho para construir um perfil próprio e consolidar sua identidade. Porém, com o passar do tempo, a região adquiriu um crescimento autônomo, fortalecendo sua economia, reafirmando sua cultura e participando intensamente do desenvolvimento da região Sudeste. (TORRES, 2008, p. 04).

Após meio século, a população da Baixada Fluminense ainda convive com a degradação socioambiental marcada por enchentes urbanas, deslizamentos de encostas, empobrecimento dos solos, poluição dos rios e solos e falta de água (TRATA BRASIL, 2015). Segundo o Mapa da Desigualdade, organizado pela Casa Fluminense (2015), que mostra a realidade metropolitana do Rio de Janeiro a partir de 23 indicadores, divididos por temas como Mobilidade, Mercado de trabalho, Pobreza & Renda, Educação, Segurança Pública & Cidadã, Saúde e Saneamento Básico, um dos dados mais alarmantes diz respeito ao índice de homicídios por 100 mil habitantes no município de Queimados: o índice chega a 134,9 contra 29,3 do município do Rio de Janeiro. Seguido de Japeri (100,4), Itaguaí (72,8), Paracambi (67,9) e Nova Iguaçu (54).

Belford Roxo amarga, ainda, um dos piores indicadores de pobreza, saúde e educação (figuras 02, 03 e 04, respectivamente), quando comparado aos demais municípios da Baixada Fluminense e a cidade do Rio de Janeiro (CASA FLUMINENSE, 2015).

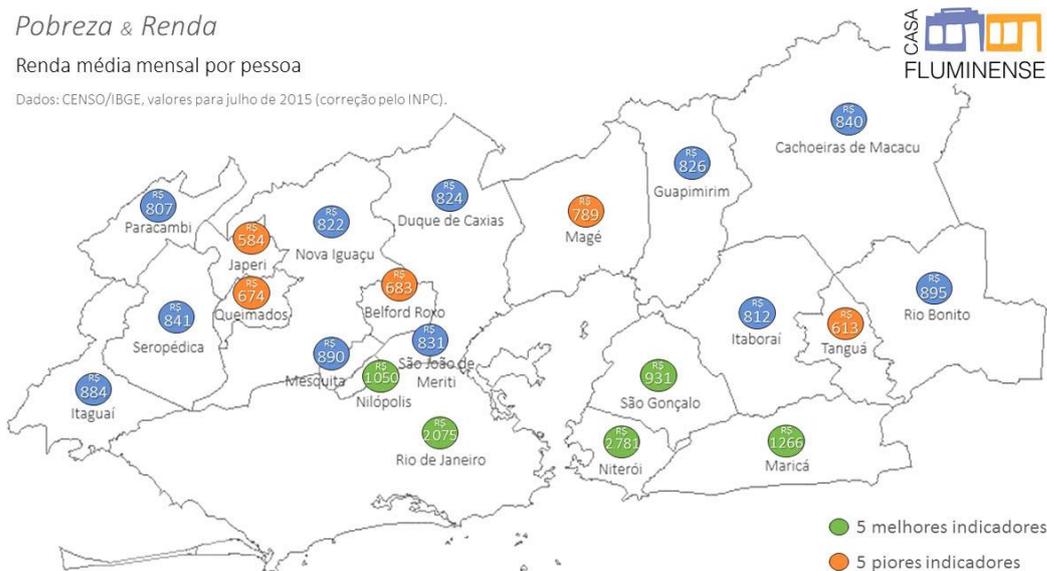


Figura 02 – Pobreza e Renda (renda média mensal por pessoa)

Fonte: Casa Fluminense, acessado em 12/11/2017 (<http://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>).

Saúde

Expectativa de vida, medida em anos

Dados: PNUD/ONU, 2013.

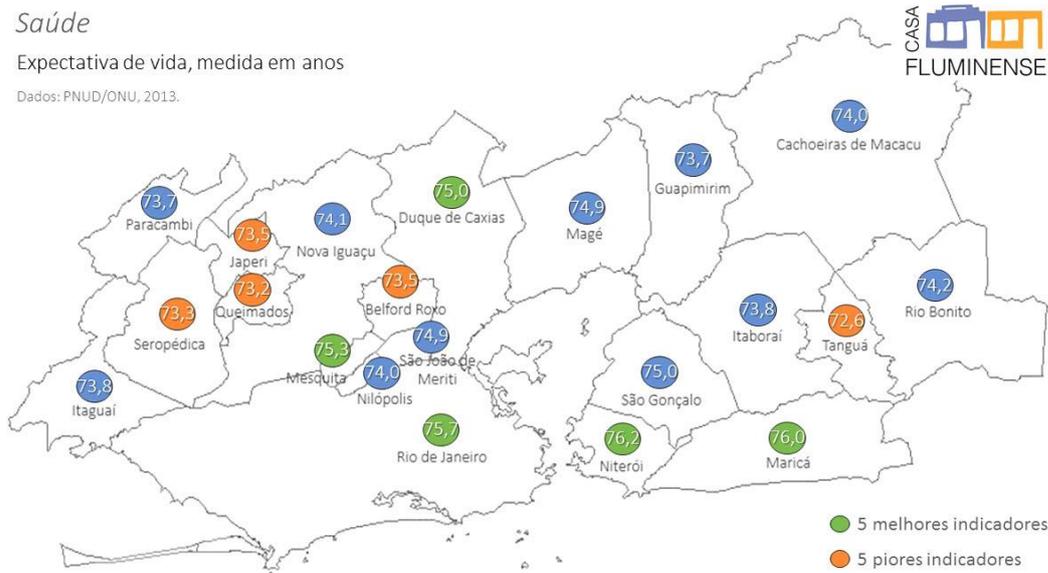


Figura 03 – Saúde (expectativa de vida, medida em anos)

Fonte: Fonte: Casa Fluminense, acessado em 12/11/2017 (<http://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>).

Educação

Crianças e adolescentes fora da escola, entre 6 e 14 anos

Dados: PNUD/ONU, 2013.

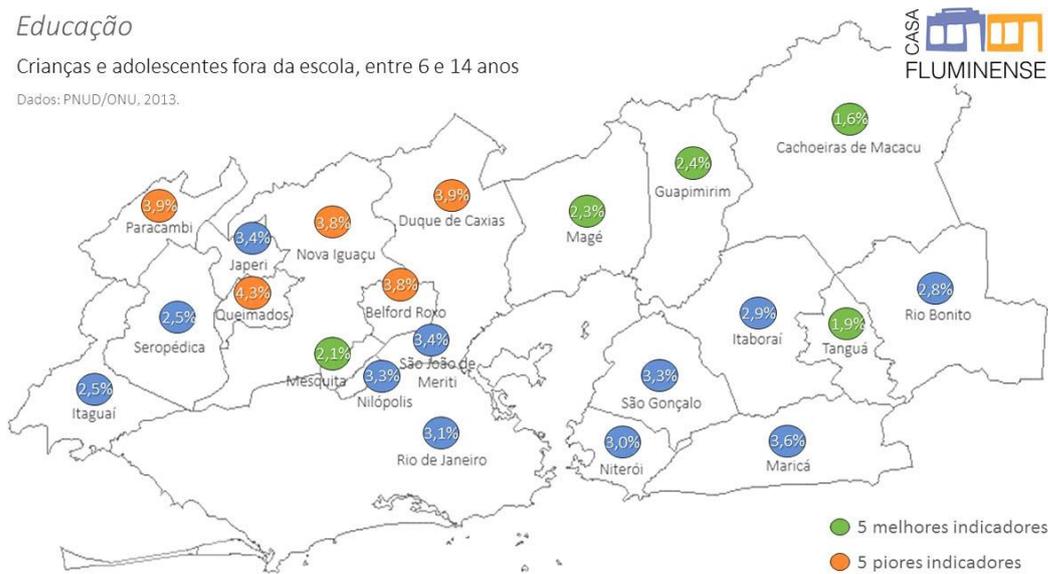


Figura 04 – Educação (crianças e adolescentes fora da escola, entre 06 e 14 anos)

Fonte: Fonte: Casa Fluminense, acessado em 12/11/2017 (<http://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>).

Dos cinco menores índices do Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Estado do Rio de Janeiro, dois encontram-se nos municípios pertencentes à Baixada Fluminense: Mesquita (R\$ 12.206) e Japeri (R\$ 13.441), seguidos de Pinheiral (R\$ 13.562), Conceição de Macabu (R\$ 13.686) e Varre-Sai (R\$ 14.064). A evolução histórica de Belford Roxo, quando comparado com os municípios que exercem centralidade econômica na Baixada Fluminense, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, tem tido um crescimento médio na ordem de 11%, contra

9% dos demais (Duque de Caxias e Nova Iguaçu), como mostra o gráfico 01. Observa-se a predominância do setor de serviços, fortemente influenciado pela Administração Pública (CEPERJ, 2017).

Participação dos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro no PIB per capita, 2010-2015.

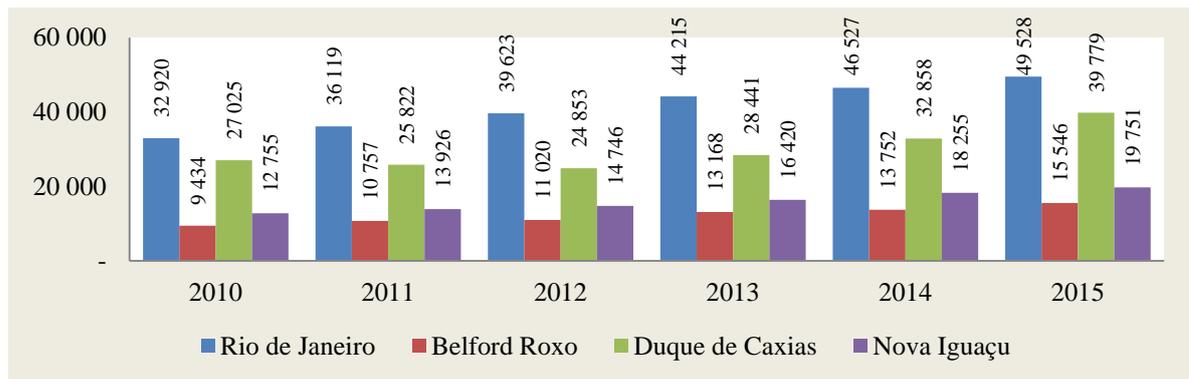


Gráfico 01 – Participação dos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro no PIB per capita, 2010-2015.

Fonte: Desenvolvido pela autora, a partir dos dados da Fundação CEPERJ (<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>), acessado em 25/03/2018.

Para Simões (2011), a Baixada Fluminense tem um importante papel na economia estadual, além de um potencial de crescimento subutilizado, considerando sua infraestrutura e capital humano. A ausência de serviços públicos e a má qualidade dos serviços prestados a esta região são exemplos do uso do território para privilégio de poucos (ABREU, 2013).

Fica claro que o Estado exerceu um importante papel no atual desenho da Baixada Fluminense. Através de um rígido controle e legislação restritiva sobre as formas de uso do solo no núcleo metropolitano, concentrando investimentos e recursos neste mesmo núcleo, valorizando segmentos do solo da cidade que passaram a se tornar inacessíveis à população de baixa renda (ABREU, 2013), à Baixada Fluminense coube receber a massa populacional excluída do estado da Guanabara.

2.1.3 A Baixada Fluminense: os primeiros núcleos urbanos e a caracterização de Cidades-Dormitório

O período compreendido entre 1940 e 1970 evidenciou o processo de ocupação da região que, posteriormente, viria a ser conhecida como Baixada Fluminense. Tanto o ciclo do café, quanto da cana-de-açúcar e o da laranja, transformaram o espaço urbano e influenciaram significativamente no crescimento econômico e populacional da região (RODRIGUES, 2014).

A crise que atingiu a citricultura, após a eclosão da segunda Guerra Mundial, e o consequente retalhamento das fazendas em loteamentos, reconfigurou o território iguaçuano e reforçou a centralidade de Nova Iguaçu (RODRIGUES, 2006). Para Soares, a ampliação do perímetro urbano e o expressivo crescimento populacional de Nova Iguaçu transformaram a então zona agrícola no verdadeiro formigueiro humano, soldados a outros subúrbios da metrópole, dando início a condição de cidades-dormitório (SOARES, 1960):

A pequena aglomeração, que se alongava à margem da estrada de ferro, no sopé da Serra de Madureira, expandiu-se pela planície vizinha, escalou os declives mais suaves da montanha próxima, e se transformou num fervilhante subúrbio, do qual partem diariamente milhares de pessoas, utilizando-se de trens, ônibus e lotações, para exercerem sua profissão em diversos locais de trabalho na metrópole. À tardinha, regressam todos e, é, então, que um extraordinário movimento anima as ruas, os cafés e o comércio. Intermináveis filas de passageiros se alongam nas duas estações rodoviárias, para onde convergem lotações e pequenos ônibus, que os transportarão para diferentes pontos de Nova Iguaçu ou para outras localidades, dentro de sua área de influência (SOARES, 1960, p. 30).

Os empreendimentos industriais surgidos no pós-segunda Guerra Mundial, assim como a construção da Avenida Brasil e das rodovias Presidente Dutra e Washington Luis, levou grande massa de migrantes para o Rio de Janeiro, atraídos por um padrão de bem-estar social mais elevado, acesso a serviços sociais, bem como emprego no mercado de trabalho. Os preços acessíveis dos lotes, somadas à modernização da capital fluminense e a consequente expulsão dos menos favorecidos, levou parte dessa população pobre de migrantes à Baixada (MAIA; RODRIGUES, 2009).

A inexistência de infraestrutura mantinha baixos os preços dos lotes. Os loteamentos apenas demarcavam ruas e lotes, de forma que a construção de vias para a circulação de automóveis, bem como a construção de equipamentos comunitários eram difíceis. As prefeituras da Baixada facilitavam ao máximo o estabelecimento de pessoas em seus territórios. Essa política pode ser verificada em práticas como: cobrança de taxa irrisória para a aprovação de projetos, tolerância a obras clandestinas, entre outros. O crescimento galopante do número de loteamentos e lotes redefiniu a disposição urbana da Baixada Fluminense. De 21 loteamentos existentes até 1929, com um total de 20.524 lotes, salta-se para 1.168 loteamentos, com 273.208 lotes até o final da década de 50 (MAIA; RODRIGUES, 2009, p. 3875).

De acordo com Rodrigues (2014), Nova Iguaçu e Duque de Caxias assumem o papel de centro industrial e centro dormitório da população, sobre os municípios de Queimados, Nilópolis e São João de Meriti, assim como Magé e parte de São João de Meriti, respectivamente. Os dois municípios centrais cresceram 136% e 204% entre a década de 1960 e 1980. “É a partir desse processo que a Baixada Fluminense passa a exercer papel de periferia do crescimento metropolitano impulsionado pela cidade do Rio de Janeiro” (RODRIGUES, 2014:71).

O processo desordenado da ocupação humana e industrial da Baixada Fluminense gerou problemas ambientais que afetam grande parte da população na região, mesmo nos dias atuais. Na ocasião do loteamento das fazendas oriundas do ciclo da laranja, foi permitida a expansão de lotes e a construção de bairros inteiros sem a devida instalação de equipamentos coletivos necessários ao descarte do esgoto. A ausência e descaso do poder público levou a população local ao desenvolvimento de soluções paliativas através da construção de sumidouros e de fossas sépticas, ou ainda, à construção de encanamentos que jogavam os resíduos numa vala de infiltração: a chamada vala negra (SIMÕES, 2011), resultando um grande passivo ambiental para a região e a total contaminação dos rios que outrora contribuíram para o desenvolvimento da Baixada Fluminense.

2.2 O município de Belford Roxo

2.2.1 Belford Roxo e as condições de emancipação do município

Quase todos os núcleos urbanos da Baixada Fluminense têm a sua história ligada ou a um porto ou a uma igreja. No caso de Belford Roxo nunca houve nas suas proximidades uma igreja que tivesse expressão suficiente para ser matriz de uma freguesia (SIMÕES, 2006, p. 99).

Belford Roxo pertenceu à cidade do Rio de Janeiro até 1833, quando, em 15 de janeiro do mesmo ano, passou a integrar o município de Iguaçu, atual Nova Iguaçu. As terras, anteriormente habitadas pelos índios Jacutingas, foram assinaladas no ano de 1566 por João Teixeira Albernaz II, localizadas entre os rios Merith, Simpuiy e Aguassu, segundo estudo socioeconômico da cidade de Belford Roxo (TCE, 2016).

Após uma sucessão de proprietários, a fazenda do Brejo, anteriormente pertencente ao Barão de Jacutinga e ao Visconde de Barbacena, foi o núcleo inicial de uma pequena vila que, depois de se chamar de Ipueras e Calhamaço Brejo, passou a ter a denominação atual em homenagem ao engenheiro maranhense Raimundo Teixeira Belford Roxo, colaborador de Paulo de Frontin na solução dos problemas de abastecimento de água da capital do império no final do século XIX (TCE, 2016).

Até o período imperial, a economia de Belford Roxo era voltada para a agricultura de cana-de-açúcar e café. Na primeira metade do século XX, seguindo a tendência de Nova Iguaçu de plantio de laranjas, prosperaram até meados dos anos de 1940. Com o fim da segunda guerra e a proibição da exportação de laranjas, ocorreu um avanço da urbanização e as áreas até então destinadas ao cultivo da fruta, foram transformadas em loteamento e vendidas para migrantes (ABREU, 2013).

A proximidade relativa dos distritos limítrofes leva a um transbordamento das estratégias dos agentes imobiliários para estes, onde as pré-condições para a urbanização: agricultura estagnada, terras baratas e acesso a transporte de massa já estavam presentes. Assim, se inicia a captura desta região a lógica da urbanização carioca com a redefinição do papel da Baixada Fluminense na economia do Rio de Janeiro, deixando de ser um mero local de passagem para definitivamente ser integrada na condição de espaço urbano periférico subordinado ao núcleo (SIMÕES, 2006, p.89).

A construção da rodovia Presidente Dutra, seguido de crescentes instalações de indústrias em seu entorno que se beneficiavam da mão-de-obra barata e incentivos fiscais (ANSELMO, 2008; SIMÕES, 2006), as regiões periféricas e suburbanas da Baixada Fluminense foram destinadas a classe trabalhadora.

Em 1950, em terras do antigo Engenho do Brejo, começou a funcionar a fábrica de ácido sulfúrico e superfosfato do Grupo Peixoto de Castro, sendo este o primeiro grande empreendimento da região de Belford Roxo e que ocupava 347 mil m². Seis anos mais tarde, a Bayer adquiriu este terreno e as instalações da Cia de Ácidos, face à sua localização e proximidade à rodovia Presidente Dutra. A compra do terreno, uma área ainda predominantemente rural, foi comunicada em visita oficial, pelo então presidente mundial da Bayer, Ulrich Haberland ao presidente da República, Juscelino Kubitschek (Figura 05) assim como a intenção de instalar um parque industrial nessa área (Figura 06), destinadas a produção de anilinas, químicos intermediários, derivados de cromo e defensivos agrícolas. O presidente brasileiro já havia feito uma visita oficial ao Haberland, em Leverkusen, sede da Bayer, dando início aos entendimentos entre a multinacional alemã e o governo brasileiro (DUPRE, 2008).



Figura 05 – Ulrich Haberland e o presidente da República, Juscelino Kubitschek.

Fonte: Arquivo Bayer S.A.

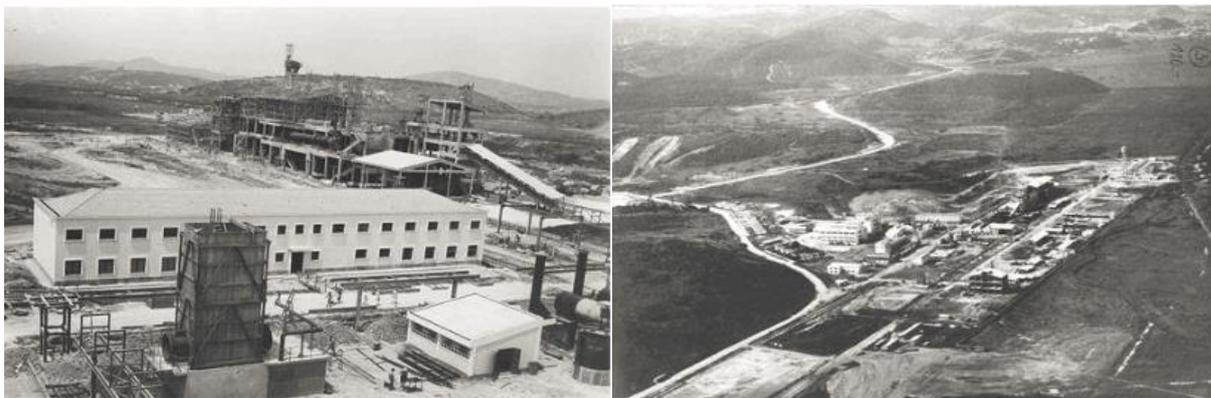


Figura 06 – Construção Bayer do Brasil S.A, 1958.
Fonte: Arquivo Bayer S.A.

A presença da Bayer foi decisiva para o desenvolvimento econômico e social do município de Belford Roxo. Ocupando 1,9 milhão de m² e com cerca de dois mil colaboradores, matinha em operação 16 (dezesesseis) fábricas, das quais eram produzidos matérias-primas preparadas e produtos intermediários, incluindo ácidos inorgânicos, aditivos e ingredientes para borracha, produtos para indústria de couro, matérias-primas para poliuretanos, componentes para vernizes, produtos veterinários e defensivos agrícolas (DUPRE, 2008).

A instalação do Complexo Industrial da Bayer fortaleceu a ideia de que a prefeitura de Nova Iguaçu arrecadava muito e pouco fazia pelo distrito de Belford Roxo. Em 1962, veio a primeira tentativa de emancipação através de um movimento que reuniu aproximadamente 300 pessoas, em sua maioria moradores de baixa renda, pequenos comerciantes e profissionais liberais (MAIA; RODRIGUES, 2009). A falta de apoio de políticos tradicionais impediu que o processo fosse apresentado junto à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ALERJ (SIMÕES, 2006). A partir de 1964, o golpe militar extinguiu toda mobilização existente no distrito de Belford Roxo, assim como nas demais localidades, e não permitiu seu processo de amadurecimento político nos anos seguintes.

A partir de 1964, com o advento do golpe que instaurou a Ditadura Militar no Brasil, os movimentos emancipacionistas entraram em recesso, só retomando suas atividades após a abertura de 1982, promovida pelas eleições diretas para governador e prefeitos. No entanto, durante esse período de pausa, as contradições sociais e espaciais tenderam a se acentuar e o sentimento de abandono e não pertencimento a Nova Iguaçu aumentaram, fazendo com que os movimentos renascessem com força ainda maior nos anos 80 e 90 (MAIA; RODRIGUES, 2009, p. 3.880).

Ainda insatisfeitos com a ausência de um retorno compatível na forma de investimentos adequados ao distrito, Belford Roxo iniciou o movimento pela sua

emancipação; movimento este chamado CEBER – Comissão Pró-Emancipação de Belford Roxo, liderado por políticos tradicionais da cidade, que não detinham a confiança da população local, pois eram considerados beneficiários das injustiças políticas cometidas por Nova Iguaçu contra Belford Roxo (SIMÕES, 2006).

O abandono da prefeitura de Nova Iguaçu e a omissão da classe política fez com que a população se utilizasse do clientelismo praticado pelas lideranças marginais⁹ que prestavam serviços informais ou intermediavam estes junto aos poderes constituídos (MONTEIRO, 2005; SIMÕES, 2006). Para Monteiro (2005), o líder marginal é um membro da comunidade que, através da realização dos serviços informais, é considerado uma referência pela população principalmente quando ocorre uma emergência capaz de mobilizar um grande número de indivíduos de uma determinada comunidade. Entre as lideranças marginais, Jorge Julio dos Santos, o Joca, era o que mantinha uma relação de maior proximidade com os moradores proletários e periféricos.

Filho de migrantes pobres e com uma trajetória de vida de quem venceu a pobreza, trabalhando de baleiro, carroceiro, motorista até virar um pequeno empresário bem sucedido, Joca tinha a cara do povo de Belford Roxo. A sua atuação clientelista, possibilitou a sua eleição para vereador em Nova Iguaçu e o seu discurso popularesco de homem de ação e poucas palavras deu uma cara popular ao movimento de emancipação, tido até então como uma coisa de elites oportunistas. As acusações de enriquecimento ilícito e de ligação com grupos de extermínio não lhe tiraram o apoio popular, no segundo caso, pelo contrário, a sua imagem de defensor dos mais pobres lhe valia comparações a Tenório Cavalcanti (SIMÕES, 2006, p. 167).

A adesão de figuras públicas, como o Joca, e da associação de moradores ao movimento pró-emancipação, juntamente com atuação de políticos tradicionais permitiu que o processo de emancipação fosse adiante. Após 20 anos do início das discussões, foi feita a marcação junto à ALERJ do plebiscito para 12 de junho de 1988 cujo quórum mínimo de 35% dos eleitores não foi atingido (MAIA; RODRIGUES, 2009; SIMÕES, 2006). Diante do resultado, a CEBER interpôs um recurso junto ao TRE para a recontagem dos votos válidos, excluindo da listagem os eleitores das localidades que se abstiveram. Em outubro de 1988 o recurso foi deferido e o quórum atingido.

Em 22 de março de 1990, a Justiça Eleitoral deu parecer favorável e o projeto de lei seguiu para Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, sendo aprovado por unanimidade

⁹ A liderança marginal atua na facilitação das ações populares de resolução de problemas práticos, mantendo-se, para isso, à margem de qualquer esfera oficial do poder político. A elevação de um sujeito a esse status está muito mais relacionada à sua capacidade de incentivar a resolução de problemas do que à sua proximidade a elementos ou órgãos ligados ao poder (MAIA; RODRIGUES, 2009; MONTEIRO, 2013).

(ANSELMO, 2008). Em 03 de abril de 1990, o então governador do estado do Rio de Janeiro, Moreira Franco, sancionou a criação do município de Belford Roxo e através da lei nº 1640, Belford Roxo emancipou-se do município de Nova Iguaçu. Eleito como primeiro prefeito, em 1º de janeiro de 1993, Jorge Júlio Costa dos Santos, ou Joca, foi o candidato de uma frente de partidos que incluía além do Partido Liberal (PL), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Social (PDS) (JORNAL DE HOJE, 11/10/1992, *apud* MONTEIRO, 2013).

A vitória de Joca nas eleições de 1992 foi resultado de uma campanha eleitoral que buscou construir uma identidade territorial para Belford Roxo associada a um novo tempo. O lema de Joca era o amor e o símbolo de sua campanha, um coração estilizado no lugar do “O” de seu nome. Com a sua vitória ele leva o lema de campanha para dentro da Prefeitura com o slogan “Governando com Amor”, chegando ao ponto de colocar um coração no Brasão do município (SIMÕES, 2006, p. 167).

Ainda no início de seu mandato, em 1993, Joca estabeleceu uma base de negociação com os empresários locais, bem como a elaboração de um plano para reconstruir Belford Roxo, “(...) plano esse que não deveria somente levar em consideração as verbas municipais, mas que deveria contar com a participação de todos os empresários interessados em obter o apoio do governo municipal, potencial garantidor de uma expansão econômica dentro do município” (MONTEIRO, 2001, p. 121).

A multinacional Bayer do Brasil, maior empresa privada da região, ficou encarregada de organizar a defesa civil municipal, fornecendo para isso sua brigada interna de bombeiros e doando à prefeitura as viaturas que serviriam ao novo município. Além disso, os vasilhames destinados a abrigar temporariamente o lixo de todo o município tinham como origem essa multinacional que pintava seus tambores de produtos químicos vazios com as cores do novo município espalhando-os por todos os bairros. A cooperação entre as empresas e a prefeitura tornou-se essencial para que Joca se mantivesse como o mestre de obras que se revelou durante todo o seu curto governo (MONTEIRO, 2001, p. 122).

Para Monteiro (2001), as parcerias estabelecidas no município, especialmente com as empresas locais, assim como o fato do primeiro legislativo pós-emancipação ser formado exclusivamente por líderes marginais, foram determinantes para transformar a Câmara de Vereadores em aliada incondicional do prefeito recém-eleito. O município foi dividido em áreas de atuação em que cada vereador, conforme seu potencial de fidelidade ou sua condição econômica receberia escolas, postos de saúde e ambulâncias para serem usadas no atendimento de necessidades da população dos bairros responsáveis pela sua respectiva eleição (MONTEIRO, 2001). Uma prática política que transformava os primeiros vereadores

belfordroxenses em clientes políticos de Joca extremamente preocupados em debelar qualquer sombra de oposição ao líder do poder executivo municipal (MONTEIRO, 2001).

Tendo diante de si um município pequeno, densamente povoado, possuidor de diversas fábricas e de uma atividade comercial média quando comparada a outros municípios da Baixada, Joca demonstrou saber desde o primeiro dia de mandato que a última necessidade de sua gente era possuir um prefeito burocrático tal como os antigos prefeitos de Nova Iguaçu, alguns dos quais originários de Belford Roxo e eleitos, portanto, com amplo apoio desse ex-distrito (MONTEIRO, 2001, p. 124).

Embora tenha entrado na história como o primeiro mandatário do município, Joca não terminou seu mandato e dois anos e meio após sua posse, foi assassinado quando se dirigia para o encontro com o governador do estado do Rio de Janeiro. “Não era difícil imaginar que Joca acabaria a sua vida assassinado, afinal ele era considerado participante de grupos de extermínio, assaltante, traficante de drogas e receptor de cargas roubadas” (MONTEIRO, 2013, p. 123). Morreu com 11 tiros em um suposto assalto em um engarrafamento na saída do túnel Santa Bárbara, a caminho de uma reunião com governador Marcelo Alencar. O município foi governado temporariamente por Ricardo Gaspar e posteriormente, sucedido por Mair Rosa (1995-1997), então presidente da Câmara dos Vereadores. As eleições seguintes foram marcadas pela vitória nas urnas da viúva do Joca, Maria Lúcia Netto dos Santos, que governou até 2000 quando perdeu as eleições para Waldir Zito, irmão do prefeito da cidade de Duque de Caxias, Jose Camilo Zito. Em 2004, Maria Lúcia retoma o poder com a reeleição para o mandato de 2005 a 2008 (MONTEIRO, 2013).

Apesar da inegável participação de Joca no processo de emancipação de Belford Roxo e na construção da identidade do novo município, há de questionar o quanto as medidas adotadas foram efetivas para a construção de uma sociedade igualitária, que não dependesse do poder público e das lideranças locais para coexistir e o quanto contribuíram para a manutenção do ciclo vicioso da pobreza. Mesmo diante da ampla aprovação popular e das benfeitorias orientadas ao município, seu comportamento agressivo se manteve e reforçou o conceito de justiça pelas próprias mãos.

Seu governo foi marcado pelo clientelismo e pela presença de matadores de aluguel, que passaram a desfrutar da simpatia dos moradores dos bairros periféricos, que, com a falta de políticas públicas de segurança, ganharam status de protetores e a fama de justiceiros (ANSELMO, 2008). O governo de Joca também se destacou pelo marketing para desvincular a imagem da cidade da violência, com o slogan cidade do amor, e adotando na bandeira e brasão um coração (MONTEIRO, 2013).

Em todas as sucessões eleitorais predominou a violência vinculada a políticas caritativas, clientelistas, residuais e focalizadas na sobrevivência dos extremamente pobres (ANSELMO, 2008). A concessão de favores em troca de voto e a distorção dos direitos sociais marcam a desigualdade social não somente do município de Belford Roxo, mas igualmente em Nova Iguaçu. Belford Roxo viveu fortemente a cultura do coronelista em que políticos utilizam-se da pobreza para a permanência na política. E não é por acaso que a educação encontra-se em um patamar inferior ao do último município avaliado pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (FIRJAN, 2015).

2.2.2 Urbanização de Belford Roxo

A ocupação inicial de Belford Roxo iniciou-se na ocasião da instalação do Engenho do Calhamaço que, já em 1767, na carta do Rio de Janeiro, aparecia como Engenho do Brejo, próximo ao Caminho Novo do Tinguá e da Estrada da Polícia. As margens do Rio Sarapuí, possuía um porto que servia para escoar não somente sua produção, mas das demais fazendas e engenhos vizinhos (SIMÕES, 2006).

Com a divisão da Província do Rio de Janeiro em municípios em 1833, “o Engenho do Brejo passou a fazer parte de Iguaçu e, tal como esta vila, entra em decadência com as epidemias de 1835 e de 1855” (SIMÕES, 2006, p. 100). O renascimento do Engenho do Brejo, juntamente com a formação do povoado, ocorreu no ano de 1876 quando o fazendeiro Coelho da Rocha cede parte das suas terras para a passagem da Estrada de Ferro Rio D’Ouro e é construída uma estação que recebeu o nome de Belford Roxo, uma homenagem ao engenheiro chefe da inspetoria das águas (SIMÕES, 2006).

A estação de Belford Roxo ganha importância a partir do momento em que será o local da primeira bifurcação da estrada de Ferro Rio D’Ouro para o ramal de Xerém-Mantiqueira e quando se inaugura o serviço de passageiros em 1886. A partir daí, inicia-se um lento processo de urbanização que é freado pela presença da citricultura ao longo do ramal, à semelhança da vizinha Nova Iguaçu. Mesmo quando o trem passa a vir pela Linha Auxiliar em 1910 a urbanização não se acelera, pois os loteamentos não ultrapassam o rio Sarapuí (SIMÕES, 2006, p. 100).

A crise da citricultura derrubou a última barreira à urbanização. Diante das dívidas, das pragas que dizimou os laranjais, da proibição de exportação, do estado precário dos pomares, do seu baixo rendimento e do custo crescente da mão-de-obra, que era atraída pelos salários industriais da metrópole, as áreas rurais foram desmembradas e destinadas a loteamento.

O parcelamento das terras em volta da cidade de Nova Iguaçu foi muito mais intenso, pois a vizinhança do centro urbano valorizava a terra e assim, logo encontrava um comprador. “Assim, a área urbana se foi ampliando de duas formas: pelo desmembramento progressivo das chácaras que rodeavam o antigo núcleo laranjista e pelo loteamento de áreas mais amplas, vizinhas à cidade, como o próprio engenho de Maxambomba¹⁰” (SOARES, 1960, p. 218).

A ampliação foi tamanha que o perímetro urbano oficial aumentou e a população da cidade passou de 20.598, em 1940, para 58.533, em 1950. O distrito de Belford Roxo, que apresentava uma população de 7.434 habitantes em 1940 passou a 23.750, em 1950 (SOARES, 1960), como mostra a tabela 01.

Para Simões (2006), a construção da rodovia Presidente Dutra, inaugurada em 19 de janeiro de 1951 e do Complexo Industrial da Bayer, em 1958, foram igualmente decisivos para a atração de moradores e para a ocupação dos loteamentos que emergiam.

**Baixada da Guanabara
Densidade da População, 1940 a 1950.**

Municípios e Distritos	Densidade da População, ano 1940.			Densidade da População, ano 1950.		
	Área (km ²)	População	Densidade (hab/ km ²)	Área (km ²)	População	Densidade (hab/ km ²)
Nova Iguaçu	1.315	140.606	106,9	753	145.649	193,
Nova Iguaçu	203	34.680	170,8	203	90.749	447,0
Belford Roxo	71	7.434	104,7	71	23.750	334,5
Bonfim	59	1.232	20,9			
Cava	251	3.048	12,1	269	12.376	46,0
Caxias	42	24.711	588,4			
Estrela	422	3.617	8,6			
Meriti	36	39.569	1.099,1			
Nilópolis	21	22.341	1.063,9			
Queimados	210	3.974	18,9	210	18.774	89,4

Tabela 01 – Baixada da Guanabara, Densidade da População, 1940 a 1950.

Fonte: elaborado pela autora a partir de SOARES (1960, p.96 e seguintes).

Em 1966, com a desativação do ramal e a retirada dos trilhos da EFRD, que escoava o café, cresce a importância e a influência de Belford Roxo como ponto de baldeação para ligar os demais bairros que surgiram ao longo da EFRD à cidade do Rio de Janeiro (SIMÕES,

¹⁰ Encostando-se à extremidade oriental da serra de Madureira, situava-se o engenho de Maxambomba, um estabelecimento rural na Baixada Fluminense, que deu origem à Nova Iguaçu (SOARES, 1960).

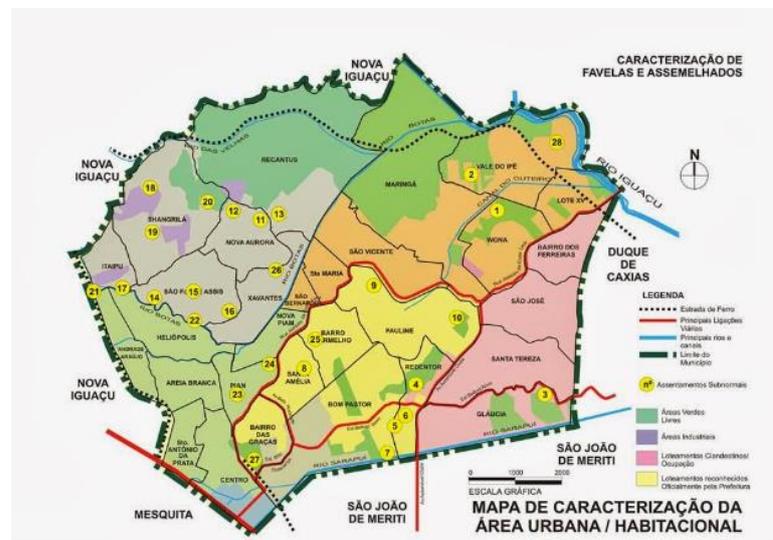
2006). Belford Roxo passou a ser um local estratégico para os loteadores que divulgavam propagandas sobre a possibilidade de embarcar no trem elétrico até a Central do Brasil (MONTEIRO, 2001). O intenso processo de ocupação e o crescimento populacional, não somente no centro urbano, mas igualmente nos bairros que surgiram a partir dos loteamentos, assim como a precariedade que se seguiu, levou sua população a sentir-se abandonada pela Prefeitura de Nova Iguaçu – sentimento este fundamental para o processo de emancipação na década de 1990 (SIMÕES, 2006).

2.2.3 Belford Roxo Hoje

2.2.3.1 Dados econômicos e geográficos

Belford Roxo faz divisa com os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti e Mesquita (mapa 03) e está integrada ao sistema viário e ferroviário da capital do estado, dada sua vizinhança à cidade do Rio de Janeiro (TCE, 2016).

Mapa de Caracterização da Área Urbana e Habitacional



Mapa 03 – Mapa de Caracterização da Área Urbana e Habitacional

Fonte: Notícias de Belford Roxo (<http://noticiasdebelfordroxo.blogspot.com.br>), acessado em 18/03/2017.

De acordo com IBGE Cidades (2017), Belford Roxo tem uma população estimada de 495.783 habitantes, correspondentes a 4% do contingente da Região Metropolitana, com uma proporção de 93,5 homens para cada 100 mulheres. No último censo, realizado em 2010, a densidade demográfica era de 6.031,38 habitantes por km², contra 2.221,8 habitantes por km² de sua região e a taxa de urbanização correspondente a 100% da população. Quando

comparado com a década anterior, a população do município aumentou 8%, sendo o 55º maior crescimento no estado (IBGE, 2010).

O crescimento populacional e aglomeração desordenada no município de Belford Roxo são fatores que preocupam o poder público local. A densidade demográfica em Belford Roxo no ano de 2000 era de 3.554,8 habitantes por km² passando para 6.031,38 habitantes por km² em 2010. Em 1980 o IBGE registrou uma população de 282.428. No ano de 2015, esse número dobrou, chegando a 469.332 pessoas.

Em 2015, com um PIB per capita de R\$ 15.546 (tabela 02), 77,3% do seu orçamento era proveniente de fontes externas. Em comparação às outras cidades do estado do Rio de Janeiro, estava na 80ª posição de 92 municípios e, quando comparado a cidades do Brasil todo, ficava em 2.617º de 5.570 municípios. Em 2014, Belford Roxo possuía um PIB per capita de R\$ 13.004,90 (tabela 02). Na comparação com os demais municípios do estado do Rio de Janeiro, sua posição era de 87º, dentre 92 municípios. Já na comparação com cidades do Brasil, sua colocação era de 2.941º, dentre 5.570 (IBGE CIDADES, 2017).

**Valor adicionado bruto por atividade econômica
Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita e Impostos sobre produtos.**

Municípios	Valor (1000 R\$)							PIB per capita (R\$)
	Valor adicionado bruto					Impostos sobre produtos	PIB a preços de mercado	
	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública			
2010								
Rio de Janeiro	160 679 440	30 140	27 644 213	105 928 383	27 076 704	47 474 155	208 153 595	32 920
Belford Roxo	3 992 083	1 166	888 445	1 260 038	1 842 434	435 040	4 427 124	9 434
Duque de Caxias	19 674 978	4 017	6 088 668	9 929 038	3 653 254	3 432 702	23 107 679	27 025
Nova Iguaçu	9 150 335	5 889	1 177 994	4 873 162	3 093 291	992 483	10 142 818	12 755
2011								
Rio de Janeiro	178 237 774	45 670	29 829 624	117 479 938	30 882 543	51 330 024	229 567 799	36 119
Belford Roxo	4 574 332	1 636	956 138	1 594 405	2 022 153	503 262	5 077 594	10 757
Duque de Caxias	18 540 860	6 016	3 424 335	11 039 781	4 070 728	3 696 267	22 237 127	25 822
Nova Iguaçu	10 095 157	5 584	1 424 746	5 263 489	3 401 338	1 032 305	11 127 461	13 926
2012								
Rio de Janeiro	195 903 868	55 552	33 695 852	129 286 738	32 865 726	57 296 917	253 200 785	39 623
Belford Roxo	4 575 418	1 684	942 674	1 506 612	2 124 448	654 507	5 229 925	11 020
Duque de Caxias	17 722 729	6 189	1 188 199	12 259 648	4 268 692	3 826 176	21 548 905	24 853
Nova Iguaçu	10 654 049	5 854	1 424 885	5 660 214	3 563 095	1 168 486	11 822 534	14 746
2013								
Rio de Janeiro	221 600 592	65 295	38 201 935	146 068 744	37 264 617	62 698 657	284 299 248	44 215
Belford Roxo	5 644 747	2 008	1 090 173	2 085 294	2 467 272	643 857	6 288 604	13 168
Duque de Caxias	20 627 999	6 707	1 541 566	14 181 084	4 898 642	4 227 259	24 855 259	28 441
Nova Iguaçu	12 030 275	6 497	1 753 093	6 145 467	4 125 218	1 184 633	13 214 908	16 420
2014								
Rio de Janeiro	239 418 620	72 481	40 757 086	158 104 115	40 484 938	60 431 176	299 849 795	46 462
Belford Roxo	5 668 499	2 301	1 071 773	1 993 102	2 601 322	565 867	6 234 366	13 005
Duque de Caxias	23 834 630	8 848	2 908 536	15 431 194	5 486 052	4 841 045	28 675 676	32 645
Nova Iguaçu	13 826 982	6 021	1 782 243	7 560 193	4 478 526	1 315 066	15 142 049	18 783
2015								
Rio de Janeiro	249 858 375	77 741	38 476 046	167 604 012	43 700 576	70 916 084	320 774 459	49 528
Belford Roxo	6 704 628	2 566	1 071 442	2 816 630	2 813 990	774 912	7 479 539	15 546
Duque de Caxias	29 948 322	12 929	8 060 288	16 085 450	5 789 655	5 166 104	35 114 426	39 779
Nova Iguaçu	14 620 997	6 846	1 725 799	8 139 086	4 749 265	1 327 721	15 948 718	19 751

Tabela 02 – Valor adicionado bruto por atividade econômica – Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita e Impostos sobre produtos.

Fonte: Fundação CEPERJ (<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/pib/pib.html>), acessado em 25/03/2018.

De acordo com os dados da CEPERJ, o PIB municipal da cidade de Belford Roxo, ano base de 2015, concentrava-se na área de serviços (42,01%), seguindo-se da área de administração pública (41,97%) e da indústria (15,98%). No setor secundário, entre as atividades industriais no município, a que mais se destaca é a química, representada pela Bayer S/A, seguida da indústria da Construção Civil. No setor terciário, na área de comércio e de serviços, os principais setores foram o do transporte, comunicações, comércio varejista e atacadista e na prestação de serviços, devido as suas ligações com os municípios vizinhos.

Quando comparado com o ano base de 2014, a indústria e a administração pública sofreram uma queda de 2%, enquanto que a área de serviços cresceu 4%.

Em 2015, o salário médio mensal era de 2,4 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8,4%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 19º e 92º dentre 92 municípios, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 723º e 3.864º de 5.570 municípios, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 39,3% da população nessas condições, o que o colocava na 6ª posição dentre as 92 cidades do estado e na posição de 2.833ª dentre as 5.570 cidades do Brasil (IBGE CIDADES, <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/belford-roxo>, acessado em 25/03/2018).

2.2.3.2 Indicadores econômicos e sociais

2.2.3.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano¹¹ Municipal – IDHM

No ano de 2012, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP), assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros. O cálculo foi realizado a partir das informações dos três últimos Censos Demográficos do IBGE: 1991, 2000 e 2010 (ATLAS BRASIL, 2013).

O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global e adequa a metodologia ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Dessa forma, o IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade¹², IDHM Educação¹³ e

¹¹ O desenvolvimento humano é definido como o processo de ampliação das escolhas e liberdades das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para ser aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano coloca no centro da discussão as pessoas e suas oportunidades e capacidades. Difundido no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano Global do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, o conceito de desenvolvimento humano inspira-se nos trabalhos do prêmio Nobel de Economia Amartya Sen e reforça a ideia de que as pessoas são a verdadeira “riqueza das nações” (<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>, acessado em 25/03/2018).

¹² IDHM Longevidade, que considera a esperança de vida ao nascer, ou seja, o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados em cada período (<http://atlasbrasil.org.br/2013>, acessado em 25/03/2018).

¹³ IDHM Educação trata da composição de indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem (<http://atlasbrasil.org.br/2013>, acessado em 25/03/2018).

IDHM Renda¹⁴, conta um pouco da história dos municípios, estados e regiões metropolitanas em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira. O resultado divulgado em 2013, baseado nas informações do Censo 2010, está publicado com o nome de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 e disponível no site <http://atlasbrasil.org.br/2013> (ATLAS BRASIL, 2013).

O IDHM varia de zero a um e classifica os resultados em cinco faixas de desenvolvimento a citar: muito baixo (variância entre 0,000 a 0,499), baixo (variância entre 0,500 a 0,599), médio (variância entre 0,600 a 0,699), alto (variância entre 0,700 a 0,799) e muito alto (variância entre 0,800 a 1,000). Quanto mais próximo de um, maior é o desenvolvimento humano apurado (ATLAS BRASIL, 2013).

O IDHM de Belford Roxo, em 2010, era de 0,684, estando situado na faixa de desenvolvimento humano médio. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação (aumento de 0,181), seguida por longevidade e por renda, como demonstrada na tabela 03.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Belford Roxo/ RJ			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM	0,468	0,570	0,684
IDHM Educação	0,288	0,417	0,598
% 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	30,63	37,74	54,90
% 05 a 06 anos frequentando a escola	45,10	72,83	89,67
% 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	33,36	51,97	80,03
% 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	21,93	32,36	47,96
% 18 a 20 anos com ensino médio completo	11,41	18,25	32,06
IDHM Longevidade	0,630	0,717	0,808
Esperança de vida ao nascer (em anos)	62,82	67,99	73,50
IDHM Renda	0,566	0,620	0,662
Renda per capita (em R\$)	271,63	378,74	491,51

Tabela 03 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Belford Roxo/ RJ

Fonte: PNUD, IPEA e FJP (<http://atlasbrasil.org.br/2013>), acessado em 25/03/2018.

¹⁴ IDHM Renda considera a renda per capita da população, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado lugar, expressa em reais de 1º de agosto de 2010 (<http://atlasbrasil.org.br/2013>, acessado em 25/03/2018).

No período entre 1991 e 2000, o IDHM de Belford Roxo passou de 0,468 para 0,570, uma taxa de crescimento de 21,79%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1 (um), foi reduzido em 80,83% (ATLAS BRASIL, 2013). A dimensão com maior crescimento, em termos absolutos, foi Educação (crescimento de 0,129), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 2000 e 2010, o IDHM de Belford Roxo passou de 0,570 para 0,684, uma taxa de crescimento de 20,00%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 73,49% e a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (crescimento de 0,181), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 1991 e 2010, o IDHM do município de Belford Roxo passou de 0,468 para 0,684, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 46,15% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 59,40% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,310), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda (ATLAS BRASIL, 2013).

Quando comparado com os municípios que compõem a Baixada Fluminense, Belford Roxo, juntamente com Queimados e Japeri, respectivamente, obtiveram as três últimas colocações no ranking, como demonstrado na tabela 04.

Ranking do IDHM 2010, municípios que compõem a Baixada Fluminense.

Posição	Lugares	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
9 °	Nilópolis (RJ)	0.753	0.731	0.817	0.716
16 °	Mesquita (RJ)	0.737	0.704	0.839	0.678
33 °	Paracambi (RJ)	0.720	0.689	0.812	0.666
34 °	São João de Meriti (RJ)	0.719	0.693	0.831	0.646
38 °	Itaguaí (RJ)	0.715	0.703	0.814	0.638
41 °	Seropédica (RJ)	0.713	0.695	0.805	0.648
41 °	Nova Iguaçu (RJ)	0.713	0.691	0.818	0.641
49 °	Duque de Caxias (RJ)	0.711	0.692	0.833	0.624
51 °	Magé (RJ)	0.709	0.685	0.832	0.626
59 °	Guapimirim (RJ)	0.698	0.692	0.812	0.604
70 °	Belford Roxo (RJ)	0.684	0.662	0.808	0.598
73 °	Queimados (RJ)	0.680	0.659	0.810	0.589
83 °	Japeri (RJ)	0.659	0.637	0.809	0.555

Tabela 04 – Ranking do IDHM 2010, municípios que compõem a Baixada Fluminense.

Fonte: PNUD, IPEA e FJP (<http://atlasbrasil.org.br/2013>), acessado em 25/03/2018.

Ao comparar o período compreendido entre 1991 a 2010, observa-se que o IDHM do município de Belford Roxo apresentou taxa de crescimento igual ou superior a 20%, como demonstrado no gráfico 02.

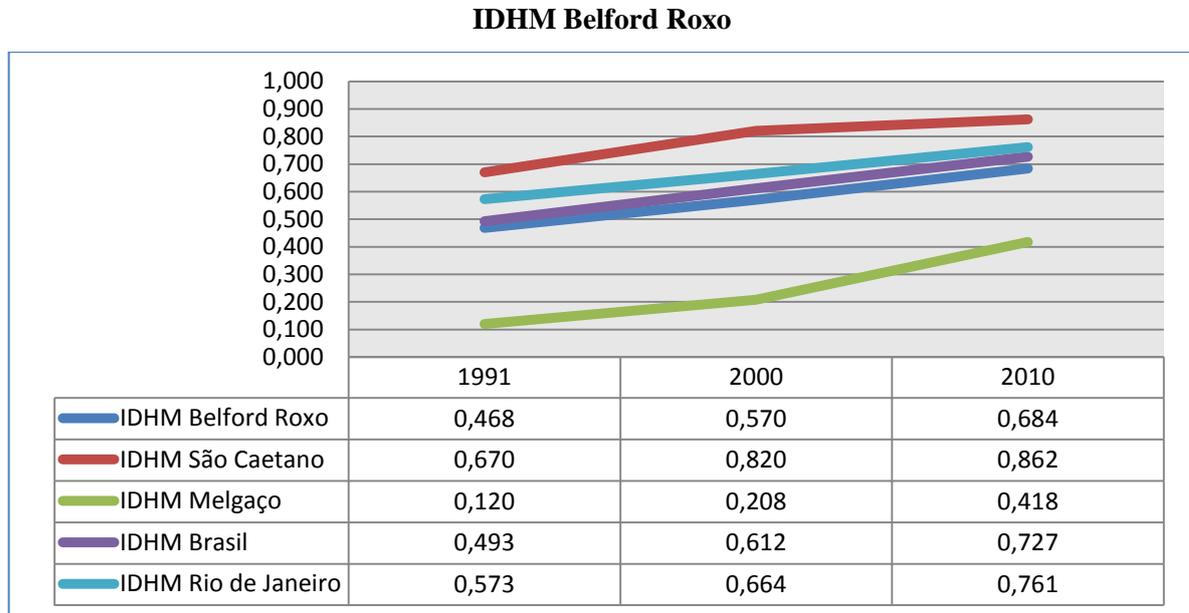


Gráfico 02 – IDHM Belford Roxo

Fonte: PNUD, IPEA e FJP (<http://atlasbrasil.org.br/2013>), acessado em 25/03/2018.

Mesmo diante deste crescimento, Belford Roxo ocupa a 2.332ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros, considerando o maior IDHM de 0,862, pertencente a São Caetano do Sul, São Paulo e o menor, 0,418, pertencente à Melgaço, Pará (ATLAS BRASIL, 2013).

2.2.3.2.2 Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)

O IFDM, Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego e Renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde (FIRJAN, 2015). A metodologia aplicada possibilita determinar se a melhora relativa ocorrida em determinado município é proveniente da adoção de políticas específicas ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios. O índice varia de 0 – zero (mínimo) a 1 – um ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1 (um), maior o desenvolvimento da localidade. Foram avaliados 5.517 municípios, que

abrigam 99,8% da população (FIRJAN, 2015). O quadro-resumo abaixo (tabela 05) apresenta as variáveis componentes do IFDM, por áreas de desenvolvimento.

Variáveis componentes do IFDM, por áreas de desenvolvimento.

Emprego & Renda	Educação	Saúde
- Geração de emprego formal	- Matrículas na educação infantil	- Número de consultas pré-natais
- Absorção da mão de obra local	- Abandono no ensino fundamental	- Óbitos por causas mal definidas
- Geração de renda formal	- Distorção idade-série no ensino fundamental	- Óbitos infantis por causas evitáveis
- Desigualdade	- Docentes com ensino superior no ensino fundamental	- Internação sensível à atenção básica
	- Resultado do IDEB no ensino fundamental	
<i>Fonte:</i> Ministério do Trabalho e Emprego	<i>Fonte:</i> Ministério da Educação	<i>Fonte:</i> Ministério da Saúde

Tabela 05 – Variáveis componentes do IFDM, por áreas de desenvolvimento.

Fonte: IFDM (<http://www.firjan.com.br/ifdm>), acessado em 17/06/2017.

A edição 2015 do IFDM traz comparações com outros anos da série histórica (de 2005 a 2013), bem como as projeções sobre a evolução do desenvolvimento, considerando o momento econômico do país e suas consequências nas áreas de Educação e Saúde. O relatório final afirma que, diante do atual cenário, “a conjuntura econômica negativa observada no Brasil em 2014 e 2015 (e cujas projeções não apontam para recuperação) coloque em cheque a continuidade das conquistas sociais observadas em passado recente, comprometendo o desenvolvimento do país nos próximos anos.” (FIRJAN, 2015, p. 8).

Entre os 10 primeiros colocados no ranking nacional do IFDM, houve predominância dos municípios de São Paulo e à cidade mineira de Extrema, coube primeira colocação. Extrema saiu da 569ª colocação nacional em 2005 para o topo da lista em 2013, impulsionada principalmente pelos resultados nas áreas de Saúde e Educação. A última colocação ficou com Santa Rosa do Purus, no estado do Acre – uma cidade que figurou entre os 100 piores resultados do país em todas as edições do IFDM. Segundo dados do relatório IFDM 2015, a comparação dos 500 municípios com maiores valores no IFDM com o grupo dos 500 menores retrata um Brasil de disparidades. “Extrema (0,9050), em Minas Gerais, município melhor

colocado no ranking geral do índice, apresenta um IFDM mais do que três vezes superior ao último colocado – Santa Rosa do Purus (0,2763), no Acre” (FIRJAN, 2015, p. 9).

No estado do Rio de Janeiro, Resende (0,8441) ocupa o primeiro lugar, seguido de Nova Friburgo (0,8314) e Niterói (0,8302). Dentre os 13 municípios que compõem a BF, Queimados (0,6412), Belford Roxo (0,6369) e Japeri (0,5442) ocupam as últimas posições, como demonstrado na tabela 06.

Posição dos Municípios da Baixada Fluminense no ranking do IFDM

Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal		RJ		IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
		IFDM BRASIL		0,7441	0,7023	0,7615	0,7684
		Mediana dos Municípios RJ		0,6885	0,6068	0,6736	0,7542
		Máximo dos Municípios RJ		0,8281	0,7945	0,8461	0,8501
		Mínimo dos Municípios RJ		0,5442	0,4698	0,6128	0,4469
Ano Base 2013							
Ranking IFDM Geral		UF	Município	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
Nacional	Estadual						
119°	1°	RJ	Resende	0,8441	0,8301	0,8248	0,8774
210°	4°	RJ	Rio de Janeiro	0,8281	0,7882	0,8461	0,8501
771°	18°	RJ	Seropédica	0,7715	0,7945	0,7715	0,7484
832°	21°	RJ	Itaguaí	0,7671	0,7615	0,7667	0,7730
2023°	54°	RJ	Nilópolis	0,6989	0,5910	0,7117	0,7941
2118°	58°	RJ	Magé	0,6943	0,6097	0,6510	0,8222
2192°	62°	RJ	São João de Meriti	0,6906	0,6800	0,6657	0,7263
2219°	63°	RJ	Guapimirim	0,6895	0,5416	0,6971	0,8298
2259°	65°	RJ	Nova Iguaçu	0,6874	0,6691	0,6415	0,7516
2378°	67°	RJ	Mesquita	0,6802	0,5891	0,6814	0,7700
2573°	73°	RJ	Duque de Caxias	0,6695	0,5974	0,6545	0,7568
2995°	81°	RJ	Paracambi	0,6475	0,4698	0,7750	0,6978
3123°	83°	RJ	Queimados	0,6412	0,6512	0,6346	0,6377
3207°	84°	RJ	Belford Roxo	0,6369	0,6039	0,6128	0,6941
4521°	92°	RJ	Japeri	0,5442	0,5278	0,6580	0,4469

Tabela 06 - Posição dos Municípios da Baixada Fluminense no ranking do IFDM

Fonte: IFDM (<http://www.firjan.com.br/ifdm>), acessado em 25/03/2018.

Todos os municípios da região Baixada Fluminense registraram desenvolvimento moderado, a exceção de Japeri que obteve classificação regular. Além de ocupar o último lugar da região, Japeri ocupou o último lugar do estado do Rio de Janeiro, com o IFDM mais baixo dentre os 92 municípios fluminenses. Belford Roxo mudou de classificação, passando de desenvolvimento regular a moderado (FIRJAN, 2015).

Em relação à medição anterior, houve aumento no índice em nove dos treze municípios da Baixada, com destaque para Seropédica, que registrou variação de 16,9% no índice e passou a liderar o ranking da região. Magé, Belford Roxo e Mesquita registraram uma variação de 8,1%, 6,5% e 6,1% respectivamente. O único a apresentar queda no IFDM foi Duque de Caxias, que registrou redução de 5,6%, resultado de retração expressiva no IFDM Emprego & Renda (-18,9%) (FIRJAN, 2015).

No IFDM Educação, doze dos treze municípios apresentaram crescimento de um ano para outro, registrando conceito moderado. A exceção foi Paracambi apresentou queda de 0,6% nesta vertente. Dos 10 menores índices do estado, oito concentram-se na região da Baixada Fluminense: Mesquita, São João de Meriti, Japeri, Duque de Caxias, Magé, Nova Iguaçu, Queimados e por último, Belford Roxo.

No IFDM Saúde, a região apresentou desenvolvimento moderado e apesar dos avanços observados, ainda há desafios: em média apenas 51,9% das gestantes têm 07 (sete) ou mais consultas pré-natais, enquanto a média Brasil é de 61,8% (FIRJAN, 2015). Japeri apresentou queda no IFDM Saúde e, com isso, ocupou o último lugar do ranking estadual de Saúde e figurou dentre os 500 IFDM's Saúde mais baixos do Brasil (FIRJAN, 2015).

No IFDM Emprego & Renda, seis dos treze municípios da região apresentaram desenvolvimento regular e sete registraram desenvolvimento moderado. Dentre as cidades com conceito moderado, duas apresentaram destaque positivo em nível nacional em 2013: Itaguaí, que ocupou posição entre os 500 maiores índices do país, e Seropédica, que se posicionou entre os 100 melhores nacionais e registrou o sétimo maior IFDM Emprego & Renda do estado. Queimados e Duque de Caxias sofreram o impacto da desaceleração econômica em 2013 e apresentaram expressiva queda neste índice em relação à medição anterior, causado pelo fechamento de postos de trabalho formais (FIRJAN, 2015). Nove dos treze municípios da Baixada apresentaram melhora frente à última medição. Destaque para a evolução dos municípios de Magé, Seropédica, Japeri, Mesquita e Belford Roxo, que registraram mais de 10,0% de avanço frente à medição anterior (22,1%, 22,0 %, 17,7%, 12,4% e 10,2%, respectivamente).

Belford Roxo apresentou evolução nas três vertentes avaliadas (gráfico 03), mas não ao ponto de influenciar sua colocação na região: apesar dos avanços e da ascensão ao grupo de desenvolvimento moderado, quando comparado com o ano anterior, se manteve com o menor IFDM da Baixada e ficou relacionada dentre os 10 menores IFDM do estado do Rio (FIRJAN, 2015). Destaque para o IFDM Educação que apesar de ter evoluído 3,1% no ano de 2013 (0,6128), ainda amarga o 92º último lugar entre os municípios do estado do Rio de Janeiro e 4690º lugar, quando comparado com os demais municípios brasileiros.

Evolução IFDM Belford Roxo, de 2005 a 2013.

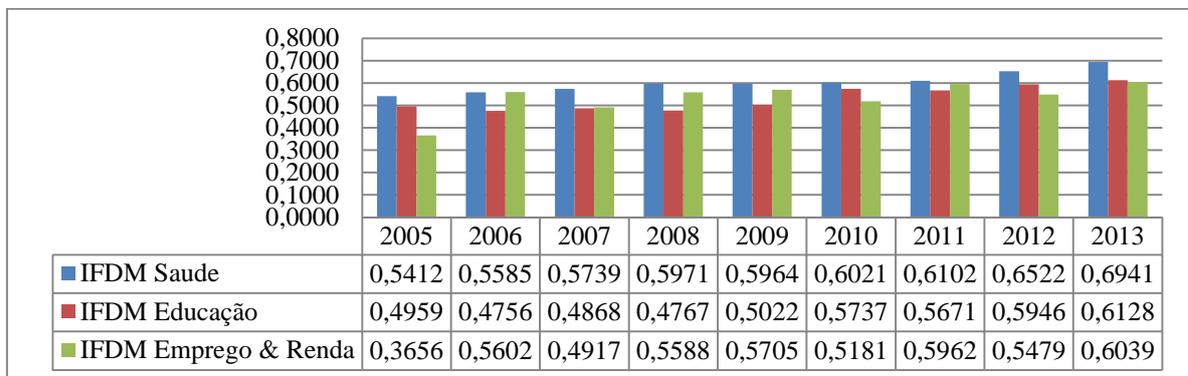


Gráfico 03 – Evolução IFDM Belford Roxo, de 2005 a 2013.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IFDM (<http://www.firjan.com.br/ifdm>), acessado em 01/04/2018.

De acordo com o relatório IFDM 2015, o quadro econômico recente do país deteriorou-se de forma rápida e as perspectivas negativas chamam a atenção. Em 2014, a geração de empregos foi um terço da observada em 2013 e, para 2015, a avaliação é ainda mais negativa. Segundo as análises processadas a partir dos últimos dados, os municípios, que tendem a ficar à mercê da conjuntura econômica, deverão ter menos recursos para expandir e, principalmente, para manter os programas sociais que viabilizaram o avanço nas áreas de Educação e Saúde nos últimos anos (FIRJAN, 2015).

Para o ano de 2015, a expectativa é que o indicador de Emprego & Renda atinja 0,5204 pontos, ou seja, o menor patamar da série, ao considerar a redução de postos de trabalho formais e a renda, limitando o poder de compra do trabalhador brasileiro (FIRJAN, 2015). Diante deste cenário, é possível que a continuidade das conquistas sociais, por meio de políticas públicas, seja afetada, comprometendo o desenvolvimento do país nos próximos anos.

2.2.3.3 Violência

O delinquente é a forma que o homem supérfluo encontra para sobreviver socialmente na cultura da violência (COSTA, 1989, p. 133).

A violência, segundo Agudelo (1990), é propiciada pela existência de desigualdades de direitos, o que a caracteriza como atividade essencialmente humana, exercida pelo homem como membro de uma determinada sociedade. Está relacionada ao uso de força física ou a coerção psíquica ou moral de um indivíduo ou grupo contra si mesmo, pessoa ou grupo de pessoas, resultando na limitação ou negação de qualquer um dos direitos estabelecidos. A motivação para o uso da força tem sua origem, na maioria das vezes, na determinação de manter, modificar ou destruir uma ordem específica, seja de coisas ou valores (AGUDELO, 1990). Para Minayo (1994), existe uma preocupação em compreender a essência da violência, assim como sua natureza, origens e meios apropriados, a fim de atenuá-la, preveni-la ou mesmo eliminá-la da convivência social; e para entendê-la, faz-se necessário recorrer à história. “Daí conclui-se, também, que na configuração da violência se cruzam problemas da política, da economia, da moral, do Direito, da Psicologia, das relações humanas e institucionais, e do plano individual” (MINAYO, 1994, p. 7).

Segundo Borges (2016), a sociedade brasileira tem enfrentado, nas últimas décadas, situações amedrontadoras, intensificadas, em sua maioria, pelo espaço e pela proporção que a violência ocupa no dia-a-dia dos cidadãos. Para o autor, os homicídios constituem uma questão de forte conteúdo político e objeto de constante pressão social e assumem um lugar de destaque nos problemas urbanos contemporâneos. “Verificamos que os jovens são as principais vítimas deste tipo de violência e que o tráfico de drogas, de alguma maneira, é transversal a maioria dos casos” (BORGES, 2016, p. 2). Segundo Minayo (1994), a violência é um dos eternos problemas da teoria social e da prática política e relacional da humanidade. De acordo com a autora, “não se conhece nenhuma sociedade onde a violência não tenha estado presente. Pelo contrário, a dialética do desenvolvimento social traz à tona os problemas mais vitais e angustiantes do ser humano” (MINAYO, 1994, p. 7).

Para Costa (1989), os padrões de comportamento social no Brasil pressupõem a existência de uma forma particular de medo e reação ao pânico caracterizando a cultura narcísica da violência, que se nutre e é nutrida pela decadência social e pelo descrédito da justiça e da lei. De acordo com o autor, o efeito mais imediato e mais daninho da cultura narcísica da violência é a exclusão de representações ou imagens do ideal do ego que possam oferecer a ilusão estruturante de um futuro passível de ser investido.

Os indivíduos acuados pela lei do cão servem-se das armas que têm ou das que lhes são oferecidas, para se defenderem. Já que nos dizem, provam e repetem incansavelmente que somos todos jurídicos, moral e fisicamente supérfluos, pois bem, em “Roma com os romanos”! Sejamos todos “fora-da-lei”! A cultura da violência rapidamente degenera em cultura da delinquência. O desaparecimento da figura do Ideal coletivo dá lugar ao surgimento da figura do fora-da-lei, como imagem Ego-Ideal. O delinquente é a forma que o homem supérfluo encontra de sobreviver socialmente na cultura da violência (COSTA, 1989, p. 133).

Homem supérfluo é descrito pelo Costa (1989) como o produto de uma sociedade individualista e competitiva, que deseja sobreviver na cultura da violência, sendo representado pela figura do burocrata cegamente obediente a qualquer ordem e a qualquer autoridade, pelo marginal (que, em oposição à subserviência, não hesita em tirar a vida de quem lhe nega uma carteira ou um par-de-tênis), até o cidadão, que desrespeita as convenções do trânsito (COSTA, 1989). Segundo o autor, o delinquente, em sua onipotência, não aceita limites e tem um profundo desprezo pela vida de suas vítimas. Neste contexto, o surgimento dos grupos de extermínio na Baixada Fluminense, como um sistema de justiça privada, assemelha-se ao delinquente, à descrição do homem supérfluo que, em sua onipotência e arrogância, ir-realiza o mundo, “considerando-se acima da lei e desafiando, de forma grotesca, todos aqueles que não queiram converter-se em apêndice de sua onipotência” (COSTA, 1989, p. 134).

Tal como descrito por Agudelo (1990) e por Minayo (1994), a violência surge na Baixada a partir da violação dos direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais, da segregação e das relações de poder, sobretudo, na construção do Estado e constituem um pano de fundo para padrões de comportamento que se perpetuam ao longo do tempo e do espaço (ALVES, 2003).

A dominação dos senhores de engenho e a construção de um poder político público local; as relações desses senhores com os quilombos e a decadência da região; a reincorporação urbana da Baixada como periferia e a reestruturação política local, a partir dos anos 30; todos esses tópicos acabam por descrever a história das múltiplas formas de segregação e dominação a que foram submetidos diferentes setores sociais: escravos; não escravos pobres; pequenos proprietários; trabalhadores rurais; arrendatários; trabalhadores urbanos; eleitores; negros e menores, vítimas preferenciais das execuções sumárias; os grupos políticos derrotados, população desassistida pelo estado, etc. (ALVES, 2003, p. 19).

A violência na Baixada, para Alves (2003), não habita somente na organização legal da violência em favorecimento às classes dominantes ou ainda na incompetência em controlar a violência, mas no fato do Estado ser altamente permeável à violência ilegal.

Estudos realizados pela Fundação Guimarães Rosa, Minas Gerais, em parceria com o Laboratório de Análise da Violência – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

(LAV/UERJ), coordenado por Dorian Borges e publicado em novembro 2016, evidenciam que a violência é o segundo problema mais citado pelos moradores de Belford Roxo. De acordo com o Relatório Final do Diagnóstico dos Homicídios em Municípios do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (BORGES, 2016), o homicídio doloso é um fenômeno que cresceu com a entrada e o fortalecimento do tráfico de drogas no município e os moradores associam crescimento da violência, inclusive a entrada do tráfico de drogas na cidade à carência de infraestrutura e políticas públicas (gráfico 04). O relatório ainda revela que no município há localidades com altos índices de violências, conhecidas pelas histórias de disputas entre facções criminosas do tráfico de drogas (tabela 07). Um dos bairros de Belford Roxo com a maior incidência de vítimas de mortes violentas intencionais e tentativa de mortes violentas intencionais é Jardim Bom Pastor. Nesse bairro, há uma favela chamada Gogó da Ema, um local violento devido à atuação do tráfico de drogas.

Evolução número de homicídio doloso, tentativa homicídio e lesão corporal dolosa registrado no município de Belford Roxo, entre 2014 a 2017.

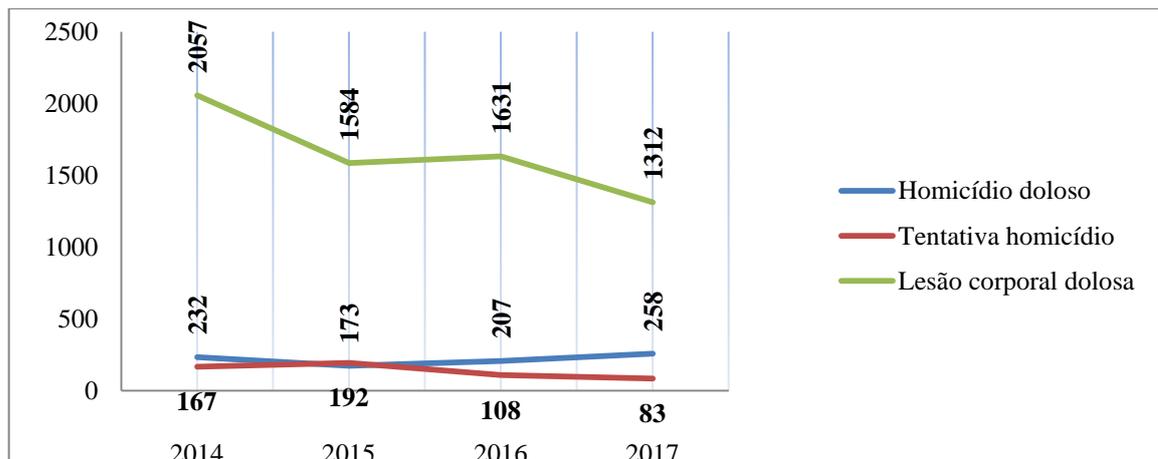


Gráfico 04 – Evolução número de homicídio doloso, tentativa homicídio e lesão corporal dolosa registrado no município de Belford Roxo, entre 2014 a 2017.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do Instituto de Segurança Pública – ISP, acessado em 24/06/2018.

Ranking dos 10 bairros com maior incidência de vítimas de morte violenta intencional e tentativa de homicídio no município de Belford Roxo – 2010 a 2015

Bairros	Morte Violenta	Bairros	Tentativa de homicídio
Nova Aurora	75	Jardim Bom Pastor	121
Jardim Bom Pastor	72	Parque São José	102
Heliópolis	66	Nova Aurora	99
Parque São José	63	Centro	95
Centro	58	Heliópolis	89
Santa Teresa	52	Piam	86
Vila Paulina	43	Santa Teresa	65
Jardim Redentor	42	Jardim Gláucia	64
Piam	41	Jardim Redentor	60
Jardim Gláucia	40	Areia Branca	57

Tabela 07 – Ranking dos 10 bairros com maior incidência de vítimas de morte violenta intencional e tentativa de homicídio no município de Belford Roxo – 2010 a 2015

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP, *apud* Relatório Final, Diagnóstico dos Homicídios em Municípios do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, p. 40.

A implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), nas comunidades mais violentas da cidade do Rio de Janeiro, é vista, pelos moradores do município, como um dos motivos para o aumento da incidência de mortes intencionais e o número de conflitos entre jovens traficantes das áreas mais violentas de Belford Roxo (BORGES, 2016).

Outro fator associado à violência apresentado no Relatório Final (BORGES, 2016) diz respeito ao crescimento da atuação de atores criminais na oferta de serviços básicos de saúde e educação. De acordo com o estudo, essa inversão de papéis é maximizada pela liderança do tráfico como mecanismo de controle social. “Trata-se de uma relação de poder onde o líder do crime utiliza-se das vulnerabilidades sociais para garantir aliados ao tráfico” (BORGES, 2016, p. 38).

De acordo com o Mapa da Violência (WASELFSZ, 2016), entre os 84 municípios do estado do Rio de Janeiro, com mais de 10.000 habitantes, Belford Roxo ocupa a 12ª posição no ranking de homicídio por arma de fogo – HAF (tabela 08).

HAF e Taxas Médias 2012-2014 de HAF (por 100 mil) nos municípios com mais de 10.000 habitantes.

Município	UF	n HAF			Pop. Média 12/14	Taxa Média	Posição Nacional
		2012	2013	2014			
Paraty	RJ	23	24	25	39.380	60,9	1°
Cabo Frio	RJ	105	99	150	200.021	59,0	2°
Mangaratiba	RJ	17	20	20	39.140	48,5	3°
Itaguaí	RJ	52	51	44	115.366	42,5	4°
Armação dos Búzios	RJ	14	08	15	29.734	41,5	5°
Campos dos Goytacazes	RJ	188	176	184	476.719	38,3	6°
Araruama	RJ	41	51	38	118.777	36,5	7°
São Pedro da Aldeia	RJ	30	30	37	93.506	34,6	8°
Japeri	RJ	35	29	37	98.290	34,3	9°
Duque de Caxias	RJ	332	308	244	873.130	33,7	10°
Conceição de Macabu	RJ	04	09	09	21.821	33,6	11°
Belford Roxo	RJ	129	192	156	477.188	33,3	12°
Queimados	RJ	35	38	66	141.612	32,7	13°
Macaé	RJ	68	67	79	224.006	31,8	14°
Rio das Ostras	RJ	40	35	38	121.834	30,9	15°

Tabela 08 – HAF e Taxas Médias 2012-2014 de HAF (por 100 mil) nos municípios com mais de 10.000 habitantes.

Fonte: FLACSO Brasil (<http://www.mapadaviolencia.org.br>), acessado em 03/12/2017.

Quando comparado com os demais municípios que compõem a Baixada Fluminense, Belford Roxo, no ano de 2017, ocupou o terceiro lugar no número de homicídios dolosos, o quarto lugar em roubo de veículos e roubo de cargas, como apresentado nos gráficos 05, 06 e 07 respectivamente.

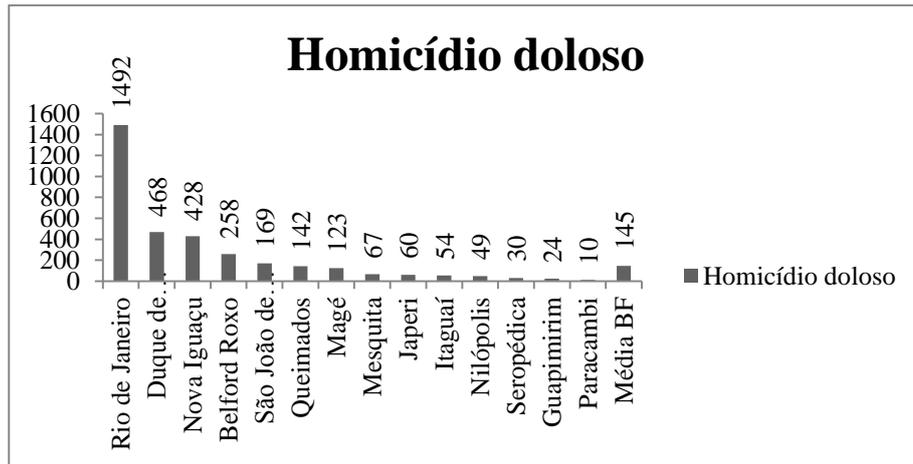


Gráfico 05 – Homicídio doloso, ano 2017.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do Instituto de Segurança Pública – ISP, disponível em <http://www.isp.rj.gov.br/> e acessado em 24/06/2018.

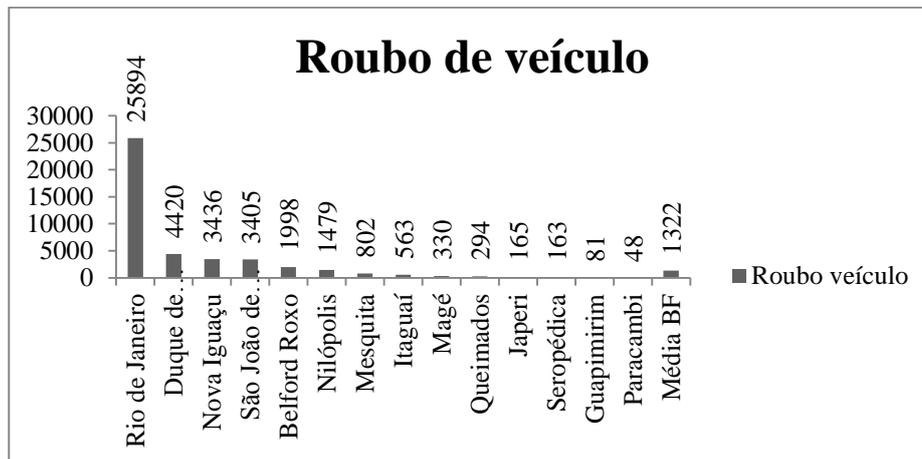


Gráfico 06 – Roubo de veículo, ano 2017

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do Instituto de Segurança Pública – ISP, disponível em <http://www.isp.rj.gov.br/> e acessado em 24/06/2018.

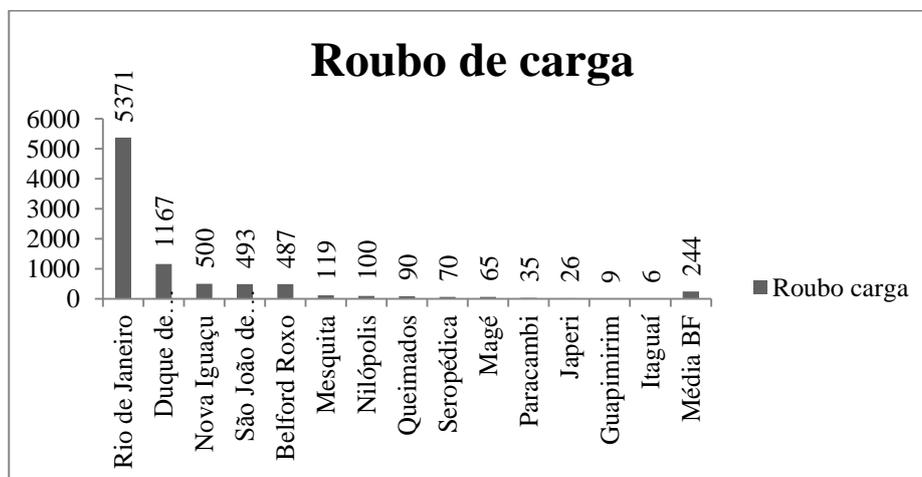


Gráfico 07 – Roubo de carga, ano 2017

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do Instituto de Segurança Pública – ISP, disponível em <http://www.isp.rj.gov.br/> e acessado em 24/06/2018.

A violência, mesmo não restrita aos grandes centros urbanos, é vista como um dos fatores negativos e de maior impacto para as empresas e a economia do Estado do Rio de Janeiro, na perspectiva dos atores locais. Muito além dos custos e perdas materiais envolvidas, o aumento da violência afeta a qualidade de vida da população fluminense. Pesquisa promovida pelo Sistema FIRJAN, com 1.157 trabalhadores do Rio de Janeiro, mostrou que mais de 70% dos entrevistados elegiam Segurança e Saúde como os principais temas que gostariam de ver encarados como prioridade pelo Poder Público (FIRJAN, 2015).

O município de Belford Roxo possui os seguintes serviços disponíveis de Segurança Pública: 54ª Delegacia de Polícia – DP Legal, 39º Batalhão da Polícia Militar, Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher – DEAM Legal e uma Delegacia de Homicídios. Tendo amargado, entre as décadas de 70 e 80, o título de cidade mais violenta do mundo atribuída pela Organização das Nações Unidas – ONU, a violência não é uma questão restrita ao município de Belford Roxo e o tema deve ser tratado como um problema do Estado do Rio de Janeiro. O problema de Belford Roxo é o mesmo problema de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti. Toda a Baixada Fluminense está envolvida.

2.2.4 Políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento econômico do município de Belford Roxo

Por mais óbvio que possa parecer, as políticas públicas são públicas (RUA, 2009, p.20).

The earliest and most enduring lesson from the last twenty-five years of evaluation is that people are very difficult to change. Unlike our expectations at the start of the Great Society, poverty is not readily overcome by a program, budget, well-meaning professionals, and good intentions. Even when government policies manage to improve significant elements in poor people's lives, many vital things stay the same. People are anchored to their accustomed ways by personal family, and community ties that prove remarkably resilient. They remain attached to old patterns of behavior through friendships, mutual patterns of expectation, connections to place, habits, and attitudes of long-standing (ROSSI; FREMANN, 2003, p. 7)¹⁵.

O termo políticas públicas, segundo Souza (2006), representa o campo do conhecimento que tem como propósito colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação,

¹⁵ A mais antiga e duradoura lição dos últimos vinte e cinco anos de avaliação é que as pessoas são muito difíceis de mudar. Ao contrário de nossas expectativas no início da Grande Sociedade, a pobreza não é facilmente superada por um programa, orçamento, profissionais bem-intencionados e boas intenções. Mesmo quando as políticas governamentais conseguem melhorar elementos significativos na vida das pessoas pobres, muitas coisas vitais permanecem as mesmas. Pessoas estão ancoradas às suas formas habituais por laços familiares e comunitários que se mostram notavelmente resilientes. Eles permanecem ligados a velhos padrões de comportamento através de amizades, padrões mútuos de expectativa, conexões com o lugar, hábitos e atitudes de longa data (ROSSI; FREMANN, 2003, p. 7, tradução livre).

chamada variável independente, e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações, considerada variável dependente (SOUZA, 2006). Para Rua (2009), o termo política, no inglês *politics*, refere-se às atividades políticas. O uso de diferentes procedimentos, que expressam relações de poder e exercem influência sobre o comportamento das pessoas, podem alcançar ou produzir uma solução pacífica para os conflitos relacionados às decisões públicas. Já a formulação de políticas públicas é constituída na fase em que os propósitos de um governo democrático, assim como suas plataformas eleitorais, são traduzidos em programas e ações que verdadeiramente produzem mudanças no mundo real (SOUZA, 2006). Rua (2009) utiliza o termo *policy* para se referir à formulação de propostas que afetam a coletividade, tomada de decisões ou mesmo a implementação destas por meio de organizações públicas.

De acordo com Rua (2009), as políticas públicas (*policy*) resultam da atividade política (*politics*) e constituem o conjunto das decisões e ações relacionadas à alocação imperativa de valores, envolvendo bens públicos e “embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública” (RUA, 2009). No processo de elaboração, as políticas públicas podem ser baseadas em diferentes metodologias. Rua (2009) destaca o método racional-compreensivo, que se relaciona com a macropolítica e suas análises do cenário político-institucional; e o método incrementalista, que se liga à micropolítica e à busca de soluções para problemas mais imediatos e prementes.

Segundo o Ato Oficial, publicado em 07 de Janeiro de 2017, a atual administração pública direta do Município de Belford Roxo, bem como as ações do Governo Municipal, é orientada por meio do Plano de Governo e de Desenvolvimento Municipal¹⁶, Plano Diretor¹⁷, Plano Plurianual (PPA)¹⁸, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)¹⁹, Lei Orçamentária Anual

¹⁶ Os Planos de Governo e de Desenvolvimento Municipal resultarão do conhecimento objetivo da realidade do Município de Belford Roxo em termos de problemas, limitações, possibilidades e potencialidades e compor-se-ão de diretrizes gerais de desenvolvimento, objetivos, metas e políticas globais e setoriais da Administração Pública Municipal (ATO OFICIAL, publicado em 18 de janeiro de 2017).

¹⁷ O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política urbana do Município e integra o processo contínuo de planejamento da cidade com vistas a garantir o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana (ATO OFICIAL, publicado em 18 de janeiro de 2017).

¹⁸ O Plano Plurianual estabelecerá as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (ATO OFICIAL, publicado em 18 de janeiro de 2017).

¹⁹ A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá metas e prioridades da Administração Municipal, incluindo programas de investimentos para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária

(LOA) ²⁰, e, por fim, Planos e Programas Setoriais²¹. Para efeito de análise do presente estudo, foi considerado o Plano Diretor (PD) por ser o instrumento básico da política urbana do Município e aprovado pela Câmara Municipal.

O PD, principal instrumento da política de desenvolvimento urbano e ambiental de Belford Roxo, foi instituído em 12 de janeiro de 2007, com prazo máximo de 10 (dez) anos para sua revisão e está dividido em 06 (seis) capítulos: (i) das potencialidades e sustentabilidade das atividades econômicas; (ii) do desenvolvimento e gestão; (iii) da inclusão social e cidadania; (iv) do meio ambiente e saneamento; (v) da habitação; e (vi) da mobilidade.

No capítulo relacionado às potencialidades e sustentabilidade das atividades econômicas (i), o PD estabelece que o “desenvolvimento econômico do município deverá ser promovido com a adoção do princípio do desenvolvimento sustentável, para garantir a qualidade de vida da população atual de Belford Roxo e das futuras gerações” (LEI COMPLEMENTAR Nº 084 DE 12 DE JANEIRO DE 2007, p. 3). Neste contexto, estão descritas as orientações para a integração das políticas econômicas municipais às estratégias de desenvolvimento regional, o incentivo às atividades que gerem emprego e renda e à educação técnica e profissional, o estímulo à inclusão social, a promoção de parcerias entre os setores público e privado, o apoio ao desenvolvimento de atividades econômicas originadas no município, entre outras. Quanto ao desenvolvimento local, o PD estabelece diretrizes abrangentes, incluindo desde o apoio às empresas existentes no município, à atração de novos empreendimentos e à integração com as políticas estaduais e federais, até a instalação de atividades econômicas em espaços ociosos dotados de infraestrutura, a inclusão da participação comunitária nas discussões sobre o desenvolvimento econômico, a adequação dos processos produtivos às normas ambientais ou a implantação de eixos de desenvolvimento e de condomínios empresariais, entre outras diretrizes.

Anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária (ATO OFICIAL, publicado em 18 de janeiro de 2017).

²⁰ A Lei Orçamentária Anual compreende o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, e órgãos da administração direta, instituídos pelo Poder Público, bem como o orçamento das entidades instituídas e mantidas pelo Município, e por fim, o orçamento da seguridade social da Administração direta e os fundos instituídos pelo Poder Público (ATO OFICIAL, publicado em 18 de janeiro de 2017).

²¹ Os planos e programas setoriais definirão as estratégias de ação do Governo Municipal no campo dos serviços públicos, a partir das políticas, prioridades e metas fixadas nos Planos de Governo e Desenvolvimento Municipal, Diretor e Plurianual (ATO OFICIAL, publicado em 18 de janeiro de 2017).

Quanto ao desenvolvimento e gestão (ii), sobre o uso e ocupação do solo, bem como a qualificação e conforto ambiental urbano, a proposta visa harmonizar as políticas públicas setoriais com a diversidade ambiental, social, econômica e cultural. Estabelece ainda que a expansão urbana deve se dar de acordo com a oferta de infraestrutura física e social e com as condições de mobilidade e acessibilidade.

Sobre a inclusão social e cidadania (iii). O PD estabelece que desenvolvimento social de BFR seja alcançado por meio da inclusão social da população e a promoção da cidadania de forma permanente e contínua. As diretrizes, para tal, referem-se à ampliação dos canais de articulação e comunicação entre governo e sociedade; fortalecimento e integração dos conselhos municipais da área social; integração intersetorial das políticas locais; e a extensão das políticas públicas voltadas para o atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade²² social.

Quanto ao meio ambiente e saneamento (iv), o PD está orientado para a articulação e para a visão integrada das políticas de saneamento com a gestão dos recursos hídricos e a política de meio ambiente.

Da habitação (v): o PD estabelece que toda habitação deve dispor de condições de higiene e segurança que permita saúde e bem-estar à população, e ser atendida por infraestrutura, serviços urbanos e equipamentos sociais básicos. Estabelece, ainda, que a política habitacional deve assegurar o direito social à moradia a fim de reduzir o déficit habitacional (qualitativo e quantitativo), através da oferta de novas moradias e de lotes urbanizados; melhorar as condições das moradias precárias; identificar e promover ações visando eliminar as situações de risco para os moradores; promover a regularização urbanística e fundiária dos loteamentos irregulares ou clandestinos; incentivar a busca por sistemas e métodos construtivos que possam reduzir o custo da construção de habitações de interesse social.

E, por fim, quanto à mobilidade (vi), o PD define diretrizes para estruturação da mobilidade, para o transporte público e para a acessibilidade universal, com destaque para: ampliação e criação de novos acessos, integrando o município ao seu entorno mais próximo, dinamizando o transporte de passageiros e de cargas; hierarquizar a malha viária e compatibilizar usos com essa classificação; reestruturar e melhorar as condições de circulação inframunicipais; criar terminais de integração; implantar rede de ciclovias; estruturar o

²² A vulnerabilidade social é entendida como a incapacidade dos indivíduos, famílias e/ou comunidades para aproveitar-se das oportunidades disponíveis para garantir sua sobrevivência e bem-estar (LEI COMPLEMENTAR Nº 084 DE 12 DE JANEIRO DE 2007, p. 11).

sistema viário por meio da integração dos dois lados da via férrea, garantindo melhor mobilidade; implantar um sistema de monitoramento e avaliação da política de transporte urbano; promover, organizar e fortalecer os mecanismos de gestão local e regional dos serviços públicos de transporte; implantar corredores de transporte coletivos integrando os diversos modais; garantir o direito de transporte público coletivo a todos os cidadãos e tarifas socialmente justas; priorizar as alternativas que reduzam deslocamentos casa-trabalho; implementar a acessibilidade universal, garantindo a acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e priorizando a circulação para o pedestre e pessoas com necessidades especiais; integrar as áreas limítrofes do Arco Metropolitano a Belford Roxo; estimular e apoiar programas de educação para o trânsito; elaborar o Plano Municipal de Mobilidade; promover o acesso democrático a todos os espaços públicos.

Para que possamos verificar a execução e a efetivação das propostas apresentadas no PD, recorreu-se a análise do desempenho econômico financeiro do município de BFR, com base em informações das prestações de contas de governo municipal encaminhadas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio, não abordando questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE (TCE, 2017). Como base comparativa, foram utilizados os indicadores financeiros dos municípios da BF que apresentaram o maior e o menor PIB per capita do estado do Rio de Janeiro, em 2015: Duque de Caxias (R\$ 39.779) e Japeri (R\$ 13.441), respectivamente.

Na evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2011 a 2016, demonstradas nas figuras 07 e 08, respectivamente, nota-se que a receita realizada do município de BFR aumentou 32% no período entre 2011 e 2016, enquanto a despesa cresceu 46%. Considerando a equação receita arrecadada (R\$ 577.997.401,48), dividido pela despesa executada (R\$ 655.168.530,48), o resultado final ($= 0,8822$) demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada. Segundo o TCE (2017), a interpretação objetiva desse quociente nos leva a considerar que há R\$ 88,22 para cada R\$ 100,00 de despesa executada, apresentando déficit de execução. A figura 09 apresenta sua evolução, considerando os exercícios anteriores, demonstrando desequilíbrio orçamentário nos seis anos em análise. Em Duque de Caxias, a receita realizada aumentou 35% no período entre 2011 e 2016, enquanto a despesa cresceu 38%. Já em Japeri, observou-se aumento da receita em 59% e da despesa em 47%, para o mesmo período (entre 2011 e 2016).

Receitas totais (2011-2016), do município de BFR.

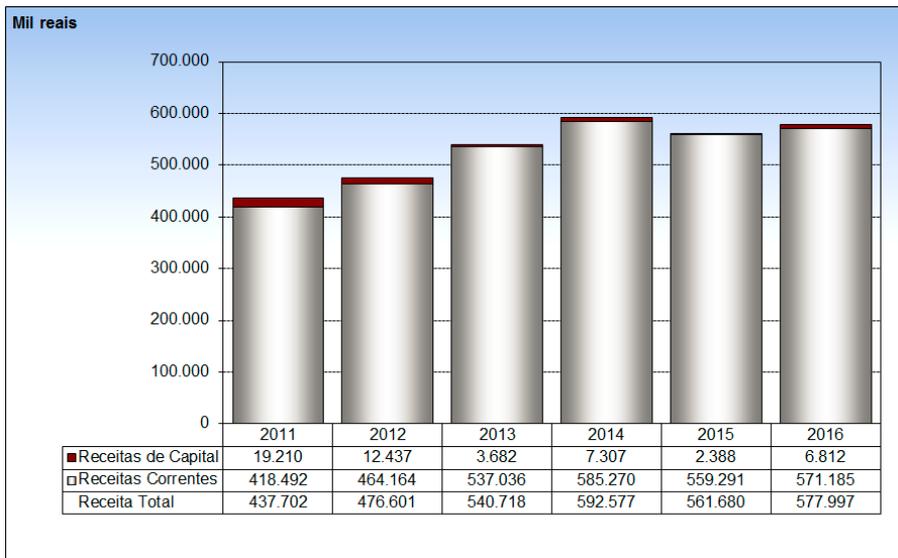


Figura 07 – Receitas totais (2011-2016), do município de BFR.

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro – Belford Roxo (TCE, 2017, p. 91).

Despesas totais (2011-2016), do município de BFR.

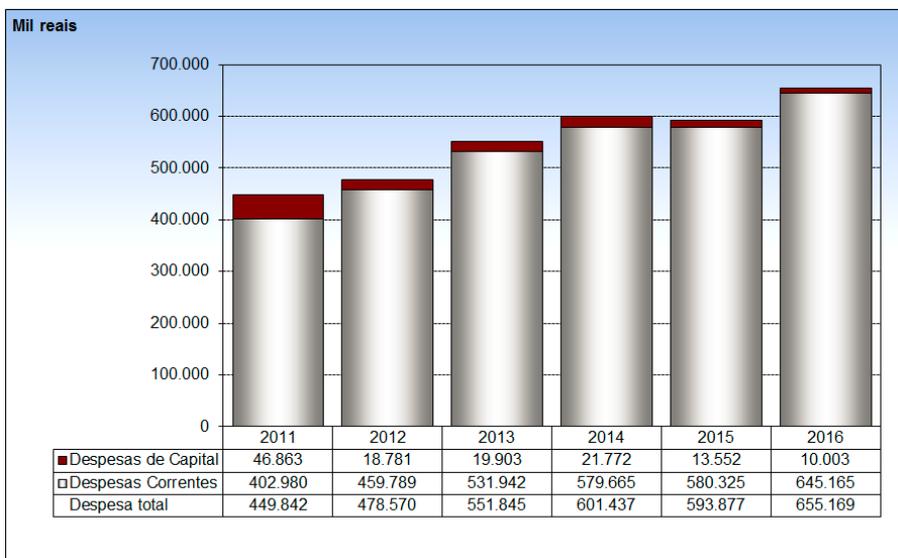


Figura 08 – Despesas totais (2011-2016), do município de BFR.

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro – Belford Roxo (TCE, 2017, p. 91).

Indicador de equilíbrio orçamentário do município de BFR, anos 2011-2016.

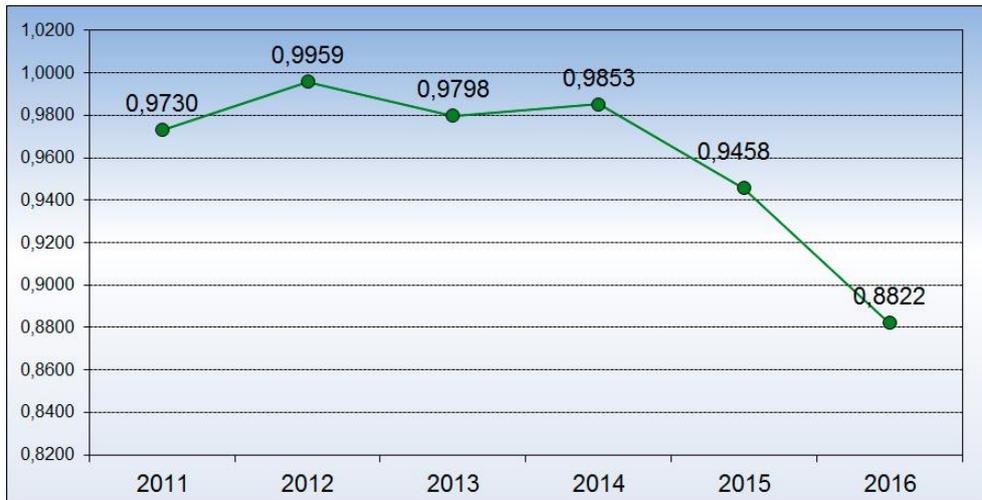


Figura 09 – Indicador de equilíbrio orçamentário do município de BFR, anos 2011-2016.

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro – Belford Roxo (TCE, 2017, p. 95).

No indicador dos investimentos per capita, que tem como objetivo demonstrar, em relação aos investimentos públicos aplicados, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão, observa-se que os números vêm decrescendo anualmente, como evidenciado na figura 10.

Indicador dos investimentos per capita do município de BFR, anos 2011-2016.



Figura 10 – Indicador dos investimentos per capita do município de BFR, anos 2011-2016.

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro – Belford Roxo (TCE, 2017, p. 100).

Durante o ano de 2016, cada Belford-Roxense recebeu da administração pública, na forma de investimentos, o equivalente a R\$ 7,44 em benefícios diretos e indiretos. Se considerarmos que cada cidadão do município de BFR contribuiu para os cofres municipais

com R\$ 150,67 (figura 11), a quantia de R\$ 7,44 representaria que 5% dos tributos pagos retornaram como investimentos públicos. No município vizinho, Duque de Caxias, seus habitantes, ao longo de 2016, receberam da administração pública, na forma de investimentos, o equivalente a R\$ 105,16 em benefícios diretos e indiretos, tendo contribuído para o fisco municipal com R\$ 563,08, ou seja, 19% dos tributos pagos retornaram como investimentos públicos. Já os habitantes de Japeri contribuíram, no mesmo período, com R\$ 123,73 e receberam, na forma de investimentos, o valor equivalente a R\$ 39,43 – ou seja, 32% dos tributos pagos retornaram como investimentos públicos (TCE, 2017).

Indicador da carga tributária per capita , BFR, anos 2011-2016.



Figura 11 – Indicador da carga tributária per capita²³, BFR, anos 2011-2016.

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro – Belford Roxo (TCE, 2017, p. 99).

Quanto aos investimentos públicos, que refletem a contribuição da receita total na execução dos investimentos, eles correspondem a 0,64% da receita total do município de BFR (investimentos, no valor de R\$ 3.677.347,60, divididos pela receita arrecadada, no valor de R\$ 577.997.401,48, tendo como resultado final, 0,0064). De acordo com o TCE (2017), a restrição de investimentos ocorre de forma a não comprometer a liquidez com a utilização de recursos de terceiros ou com a própria manutenção da máquina administrativa, uma vez que, somente com despesas de custeio já se comprometem 113% das receitas correntes. A parcela dos recursos públicos direcionados ao desenvolvimento do município de BFR reduziu significativamente entre 2011 e 2016 (figura 12).

²³ O indicador reflete os recursos próprios auferidos pelo município de BFR, ou seja, a receita tributária acrescida de valores cobrados da dívida ativa e dividida por habitante do município. Observa-se um aumento de 34% no período (TCE, 2017).

Em Duque de Caxias, para este mesmo indicador, observa-se uma retomada a partir de 2014 (figura 13). Em Japeri, os investimentos públicos em 2016 correspondem a 2,07% da receita total do município, uma queda de 21,34% quanto comparada ao ano anterior (figura 14).

Indicador do grau de investimento BFR, anos 2011-2016.



Figura 12 – Indicador do grau de investimento BFR, anos 2011-2016.

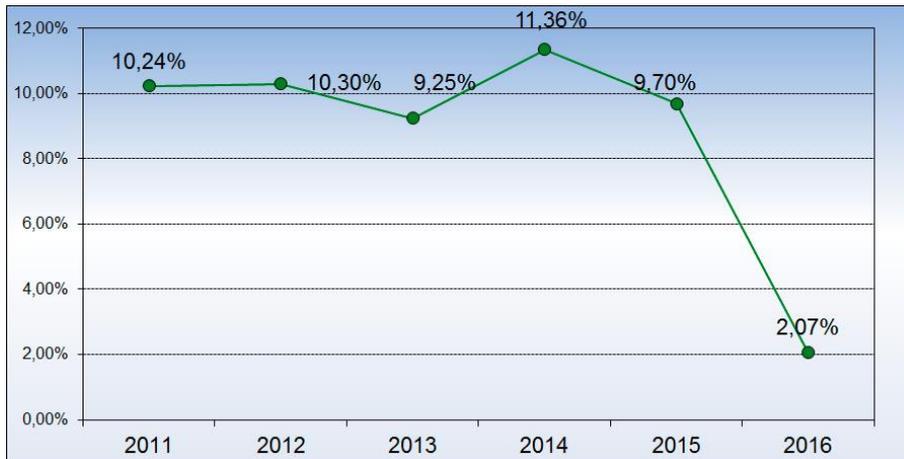
Fonte: Estudos Socioeconômicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro – Belford Roxo (TCE, 2017, p. 99).

Indicador do grau de investimento Duque de Caxias, anos 2011-2016.



Figura 13 – Indicador do grau de investimento Duque de Caxias, anos 2011-2016.

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro – Duque de Caxias (TCE, 2017, p. 103).

Indicador do grau de investimento Japeri, anos 2011-2016.**Figura 14** – Indicador do grau de investimento Japeri, anos 2011-2016.

Fonte: Estudos Socioeconômicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro – Japeri (TCE, 2017, p. 99).

De acordo com dados do TCE (2017), a receita total do município de BFR foi de R\$ 578 milhões em 2016, sendo a 12ª do estado do RJ (excluindo a capital). Tendo 113% de suas receitas correntes comprometidas com o custeio da máquina administrativa, BFR apresenta um investimento per capita na ordem de R\$ 7,44, posição de número 88 dentre os 91 demais municípios do RJ (TCE, 2017), representando um grau de investimento na ordem de 1% – resultado desproporcional quando comparado com a receita arrecadada.

Nilópolis, a 9ª colocada no IDHM entre os municípios do estado do RJ e a 1ª colocada entre os municípios da BF neste mesmo indicador, apresenta um grau de investimento per capita na ordem de 7%. Japeri, a 88ª colocada no IDHM entre os municípios do estado do RJ e a 13ª colocada entre os municípios da BF neste mesmo indicador, apresenta um grau de investimento per capita na ordem de 2%. Já Duque de Caxias, evidencia um grau de investimento per capita na ordem de 4%.

2.2.5 Belford Roxo: uma cidade-dormitório?

A invisibilidade dos pobres foi sempre um objetivo a ser alcançado no projeto de modernização do Brasil, instaurado no início do século passado. E as políticas urbanas cumpriram muito bem a função de garantir a invisibilidade por meio da distância geográfica. “Urbanizar, ordenar, regular ou “limpar” os centros urbanos foram, e continuam sendo, ações de redirecionamento daqueles que estão “fora do lugar” (LAGO, 2007, p. 279)”.

O termo “cidade-dormitório” é caracterizado pela existência de um importante contingente populacional, economicamente ativo, trabalhando fora do município os quais residem. São cidades que tiveram um crescimento populacional acentuado em relação ao seu crescimento econômico e/ ou à expansão do seu mercado de trabalho. Diferentemente da

conotação pejorativa que definem e caracterizam o termo cidade-dormitório na literatura brasileira, as noções correspondentes à cidade-dormitório na bibliografia internacional são vistas de forma menos pessimista e comumente, estão associadas ao processo de (sub) urbanização das classes médias (OJIMA *et al.*, 2010). As cidades-dormitório podem também abrigar populações com condições socioeconômicas favoráveis e que usufruem de ótima infraestrutura urbana, com fácil mobilidade para desempenhar suas atividades cotidianas (como trabalho, estudo ou lazer) em outra cidade, originando os fluxos de deslocamento pendular (OJIMA *et al.*, 2007). “Essa modalidade é normalmente denominada “deslocamento pendular”, porque se considera que trabalhar ou estudar em municípios distintos produz esse movimento de regularidade cotidiana” (OJIMA *et al.*, 2007, p. 115).

Segundo Ojima *et al.* (2010), o perfil socioeconômico e de desenvolvimento urbano de uma cidade-dormitório varia entre os extremos das condições de desenvolvimento humano. Por um lado, as cidades-dormitórios podem sofrer com a existência de precárias condições de moradia e exposição a riscos ambientais, com limitado acesso a infraestrutura e serviços públicos – como educação, saneamento e transporte público, baixos níveis de renda associados à baixa escolaridade e escassas oportunidades de trabalho. Por outro lado, as cidades-dormitório podem abrigar populações com boas condições socioeconômicas e que usufruem de excelente infraestrutura urbana e fácil mobilidade (OJIMA *et al.*, 2010), como é o caso de Valinhos, localizado na Região Metropolitana de Campinas, e que possui um novo padrão de dispersão da população metropolitana, fugindo completamente, das características, motivações e impactos, dos moldes até então observados (CUNHA; MIGLIORANZA, 2006). O elemento fundamental que define “cidade-dormitório” nesses dois polos é o mesmo: “áreas residenciais com elevada proporção de pessoas que realizam suas atividades cotidianas (trabalho, estudo ou lazer) em outra cidade, geralmente na sede metropolitana, originando os fluxos de deslocamento pendular” (OJIMA *et al.*, 2010, p. 396).

No Brasil, a noção de cidade-dormitório está associada aos processos de marginalização e periferização da pobreza nos contextos de expansão metropolitana (OJIMA *et al.*, 2010). O estereótipo de cidade-dormitório surge diante da incapacidade da cidade gerar empregos ou ainda, das condições de uso dos serviços de saúde, lazer e educação, levando à sua população a buscar tais serviços em outra localidade, voltado para sua residência apenas para dormir (PINTO, 2009).

São vários os fatores apontados como causa do surgimento das cidades-dormitório. Dentre eles, os processos de conurbação e metropolização marcados pela expansão urbana de áreas com baixo dinamismo econômico e elevado crescimento populacional, ocupadas por

população de baixa renda, residente em assentamentos precários e com nítida dependência econômica de um polo regional (OJIMA *et al.*, 2010). “Há uma associação quase que imediata do processo de metropolização ao surgimento das cidades-dormitório baseado no modelo dicotômico centro-periferia” (OJIMA *et al.*, 2010, p. 398). Para Pinto (2009), a condição de cidade-dormitório é comum especialmente nas áreas metropolitanas polarizadas pelas capitais que concentram grande oferta de serviço e emprego.

O processo de urbanização e metropolização ocorrido no Brasil reforçou a especulação imobiliária que destinou às classes sociais mais pobres conjuntos habitacionais longe das metrópoles, garantindo, dessa forma, a valorização de áreas intermediárias que, por sua vez, foram destinadas a classe socioeconômica mais privilegiada. Esse processo contribuiu para o estabelecimento da distância física e distância social desta população, tornando proibitiva a vivência normal da população de baixa renda no município principal, salvo na condição de marginais, em favelas ou cortiços (CANO, 1988).

A periferização dos assentamentos humanos e dos industriais e a especulação imprimiram importantes modificações nos processos de urbanização. A principal foi o surgimento da conurbação e da subsequente metropolização, fazendo surgir inclusive às chamadas “cidades-dormitórios”, dando um caráter de maior complexidade institucional à urbanização (CANO, 1988, p. 90).

O processo de urbanização da Baixada Fluminense não foi diferente. A cidade do Rio de Janeiro necessitava de áreas próximas que pudessem viabilizar sua expansão, uma vez em que o processo de favelização, já em 1940, não atendia, quantitativamente e qualitativamente, a demanda de habitação por parte da população mais pobre (SIMÕES, 2006). Ainda de acordo com o autor, os loteamentos no núcleo da capital também se tornaram inviáveis diante do aumento de custos que não pôde ser absorvido pela população pobre, impedindo sua aquisição. No início do século XX, o grande capital se deslocou para incorporação e produção de apartamentos destinados às classes média e alta na Zona Sul, Tijuca e nos subúrbios mais próximos do centro (SIMÕES, 2006). Diante da indisponibilidade de parcelamento de terras nos distritos mais próximos à cidade do Rio de Janeiro e tendo a última barreira, que impedia o processo de urbanização na Baixada Fluminense, rompida após o término do ciclo da laranja (SOARES, 1960), Nova Iguaçu e região tornaram-se o cenário ideal para o processo de expansão que a cidade do Rio de Janeiro necessitava (SIMÕES, 2006).

Com terrenos baratos e serviços de transporte estruturados, a Baixada passou a abrigar a população de trabalhadores que para a capital afluía, atraídos pela expansão do mercado de trabalho (SOARES, 1960). “(...) sua ocupação real está em relação com a maior proximidade

da massa urbana da metrópole, com a vizinhança das estações de estrada de ferro ou ainda com as rodovias secundárias que a elas vêm ter” (SOARES, 1960, p. 173).

A saída encontrada pela Baixada Fluminense para superar a crise provocada pela decadência da laranja foi o processo de industrialização e com ele novas áreas foram sendo ocupadas e beneficiadas pela abertura da Rodovia Presidente Dutra, ligando as duas maiores economias do país: Rio de Janeiro e São Paulo (RODRIGUES, 2005). Alguns municípios assumem o papel de centro industrial e centro dormitório da população, como Nova Iguaçu e Duque de Caxias. “É a partir desse processo que a Baixada Fluminense passa a exercer papel de periferia do crescimento metropolitano impulsionado pela cidade do Rio de Janeiro” (RODRIGUES, 2014, p. 71).

Segundo Ojima *et al.* (2010), uma das formas de obter empiricamente a dinâmica populacional que configura as cidades-dormitório é a utilização da informação disponível no Censo Demográfico²⁴ que registra o município em que a pessoa trabalha ou estuda. Dessa forma, torna-se possível captar a mobilidade em um contexto regional, quando o município de residência é diferente do informado como local de trabalho ou estudo. Segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2010), as pesquisas sobre o deslocamento pendular são fundamentais para as atividades de planejamento em níveis local e regional, uma vez em que fornecem indicadores sobre integração funcional entre diferentes localidades. Além de facilitar a racionalização dos sistemas de transporte, em teoria, permite melhorar a qualidade de vida das populações, pela redução dos custos de transporte, do tempo gasto nos deslocamentos, entre outros.

A figura 15 representa a intensidade dos deslocamentos para trabalho e estudo na concentração urbana dos municípios do Rio de Janeiro cuja intensidade dos deslocamentos está representada pelo maior valor, relativo, absoluto ou ambos, quando for o caso (IBGE, 2010).

²⁴ Com abrangência territorial nacional, os censos demográficos são realizados decenalmente pela Fundação IBGE.

Intensidade dos deslocamentos para trabalho e estudo na Concentração Urbana do Rio de Janeiro/RJ

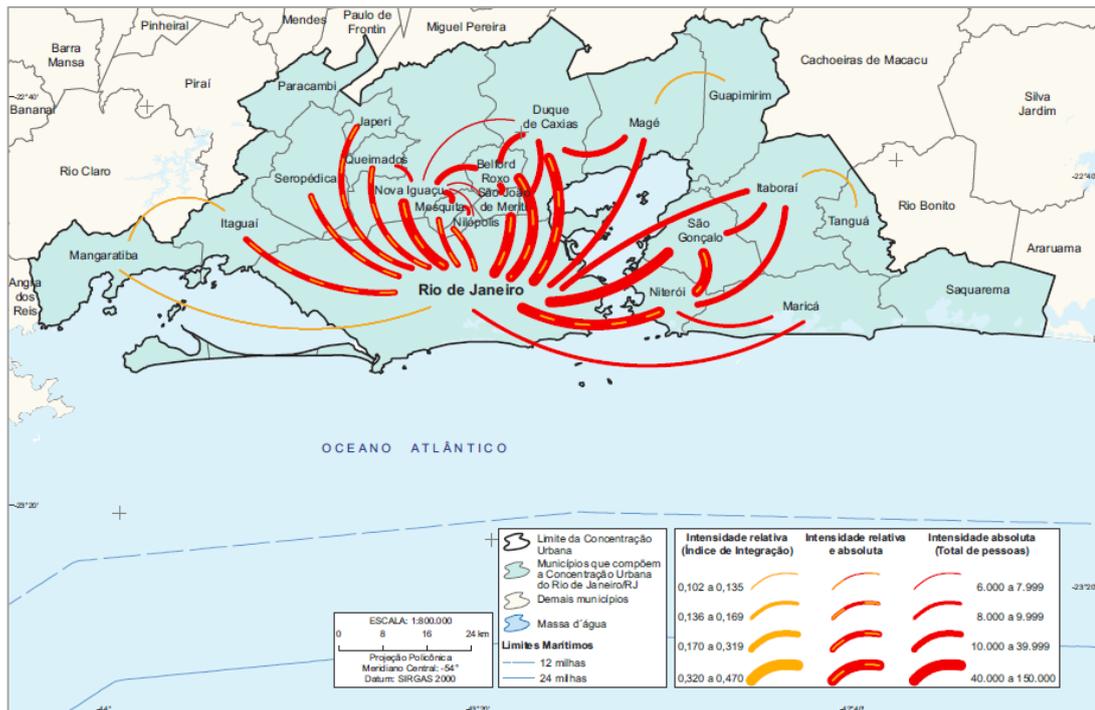


Figura 15 – Intensidade dos deslocamentos para trabalho e estudo na Concentração Urbana do Rio de Janeiro/RJ
Fonte: Censo Demográfico 2010 (<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portaal.php#mapa206133>), acessado em 14/02/2018.

Nota-se que o contingente populacional do município de Belford Roxo que faz o deslocamento pendular para a cidade do Rio de Janeiro é expressivo. Há registro ainda de deslocamento pendular de Belford Roxo para os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São João de Meriti, na ordem de 10.000 a 39.999 pessoas (IBGE, 2010). Ao considerar a população estimada de Belford Roxo, 495.783 pessoas; Nova Iguaçu, 798.647 pessoas; Duque de Caxias, 890.997 pessoas; e 460.461 pessoas, em São João de Meriti que possui uma densidade demográfica de 13.024,56 hab./km², observa-se que o deslocamento pendular de Belford Roxo, seja para trabalho ou estudo, é representativo especialmente quando comparado com outros municípios da Baixada Fluminense (tabela 09).

Fluxos de deslocamentos entre municípios de arranjos populacionais com mais de 2.500.000 habitantes, com percentual de deslocamento para estudo superior a 30% - ano 2010.

Município A	Município B	Arranjos Populacionais	Pessoas que trabalham e estudam na ligação	Percentual, por motivo do deslocamento (%)		
				Trabalho e estudo	Trabalho	Estudo
Belford Roxo	Nova Iguaçu	Rio de Janeiro/ RJ	23.453	2,3	60,9	36,8
Duque de Caxias	São João de Meriti	Rio de Janeiro/ RJ	21.398	2,6	61,4	36,0
Olinda	Paulista	Recife/ PE	20.566	1,8	65,0	33,1
Belford Roxo	Duque de Caxias	Rio de Janeiro/ RJ	19.570	2,1	65,2	32,6
Mesquita	Nova Iguaçu	Rio de Janeiro/ RJ	13.512	1,8	61,4	36,8
Duque de Caxias	Magé	Rio de Janeiro/ RJ	11.260	1,6	67,2	31,1
Porto Alegre	São Leopoldo	Porto Alegre/ RS	10.671	3,0	65,3	31,7

Tabela 09 – Fluxos de deslocamentos entre municípios de arranjos populacionais com mais de 2.500.000 habitantes, com percentual de deslocamento para estudo superior a 30% - ano 2010.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

De acordo com o IBGE (2016), as duas maiores concentrações urbanas do país, Rio de Janeiro e São Paulo, apresentam deslocamentos, para trabalho e estudo, em um patamar acima de 1 (um) milhão de pessoas. São Paulo/ SP possui um total de 1.801.878 pessoas deslocando-se entre municípios, com 506 ligações. Já Rio de Janeiro/ RJ, possui 1.092.510 pessoas e 182 ligações. As maiores são registradas em São Paulo/ SP, entre os Municípios de Guarulhos e São Paulo, e entre Osasco e São Paulo. No Rio de Janeiro/ RJ, destacam-se as ligações entre Niterói e São Gonçalo, Duque de Caxias e Rio de Janeiro e entre Nova Iguaçu e Rio de Janeiro (Tabela 10).

Fluxos de deslocamentos para trabalho e estudo, acima de 50.000 pessoas, entre municípios dentro das Grandes Concentrações Urbanas de São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ – 2010.

Município A	Município B	Arranjos Populacionais	Pessoas que trabalham e estudam na ligação
Guarulhos	São Paulo	São Paulo/ SP	147.757
Niterói	São Gonçalo	Rio de Janeiro/ RJ	121.419
Duque de Caxias	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/ RJ	119.599
Osasco	São Paulo	São Paulo/ SP	114.289
Nova Iguaçu	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/ RJ	110.846
Rio de Janeiro	São João de Meriti	Rio de Janeiro/ RJ	85.875
São Bernardo do Campo	São Paulo	São Paulo/ SP	84.168
Niterói	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/ RJ	75.835
Santo André	São Bernardo do Campo	São Paulo/ SP	71.535
Belford Roxo	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/ RJ	70.659
São Paulo	Taboão da Serra	São Paulo/ SP	67.733
Diadema	São Paulo	São Paulo/ SP	61.375
Diadema	São Bernardo do Campo	São Paulo/ SP	54.062
Embu	São Paulo	São Paulo/ SP	50.642

Tabela 10 – Fluxos de deslocamentos para trabalho e estudo, acima de 50 000 pessoas, entre municípios dentro das Grandes Concentrações Urbanas de São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ – 2010.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Para Oliveira *et al.* (2011), os movimentos pendulares da população estão diretamente relacionados às condições de desenvolvimento socioeconômico e aos mecanismos da reestruturação produtiva, responsáveis por novas formas de trabalho e de mobilidade ou imobilidade espacial da população. Uma análise da natureza dos deslocamentos de Belford Roxo permite perceber que os fluxos mais importantes são para trabalho, o que pode refletir uma desigual distribuição dos serviços entre os municípios da concentração urbana, especialmente na Baixada Fluminense.

2.3 Ciclo vicioso da pobreza e causação circular cumulativa

Um país é pobre porque é pobre; e isso é tudo (NURKSE, 1951, p.18).

Em 1952, em uma das conferências comemorativas de aniversário do Banco Nacional do Egito, Ragnar Nurkse²⁵ fez referência ao ciclo vicioso da pobreza e explicou o conceito que o envolve: “uma constelação circular de forças, que tendem a agir e a reagir

²⁵ Ragnar Nurkse (1907-1959) nasceu em Käru, Estônia e foi um economista e político internacional, principalmente nas áreas de Finanças Internacional e Desenvolvimento Econômico. É considerado um dos precursores das teorias de desenvolvimento econômico, juntamente com Paul Rosenstein-Rodan, Hans Singer, Arthur Lewis, Albert Hirschman e Gunnar Myrdal (KATTEL *et al.*, 2009).

interdependentemente, de sorte a manter um país pobre em estado de pobreza” (NURKSE, *apud* MYRDAL, 1965, p. 27).

No discurso intitulado “Some Aspects of Capital Accumulation in Under-develop Countries”, Nurkse afirma que o círculo vicioso da pobreza pode ser expresso pela trivial expressão: “um país é pobre porque é pobre” (NURKSE *apud* MYRDAL, 1965, p. 27). Para o autor, é possível compreender essa relação circular a partir da oferta e demanda de capital. E explica: no lado da oferta, a renda é baixa e, portanto a quantidade de capital usado na produção é pequeno o que reduz a produtividade. No lado da demanda, a renda é baixa, portanto o tamanho do mercado é pequeno; o estímulo para a aplicação de capital é pequeno e, por consequência, o nível de produtividade é baixo (NURKSE, 1951). Observa-se que o baixo nível de renda real, face à baixa produtividade, é um ponto comum a ambos os círculos: demanda e oferta.

Para Nurkse (1951), as áreas subdesenvolvidas, quando comparadas com as áreas desenvolvidas, não são suficientemente equipadas de capital em relação à sua população ou mesmo, recursos naturais. E explica que as áreas desenvolvidas, no processo de formação de capital²⁶, abstêm-se de aplicar o total de suas atividades produtivas à satisfação de necessidades e desejos de consumo imediatos, para investir na produção de bens de produção – ferramentas e instrumentos, máquinas e meios de transporte, instalações e equipamentos, como estratégia para aumentar a eficiência do esforço produtivo. A essência do progresso, na perspectiva de Nurkse, “é o desvio de uma parte dos recursos da sociedade correntemente disponíveis para o fim de aumentar o estoque de bens de produção, de modo a tornar possível uma expansão da produção de bens consumíveis no futuro” (NURKSE, 1951, p. 12).

A produtividade, para Ragnar Nurkse, depende, em grande parte, da quantidade de capitais usados na produção; e a aplicação de capital é cerceada conforme o tamanho do mercado, existindo, assim, uma relação recíproca entre o tamanho do mercado e o incentivo para investir (NURKSE, 1951).

(...) o incentivo para o uso de capital é limitado pelo pequeno tamanho do mercado; o pequeno tamanho do mercado é devido ao baixo nível de produtividade; o baixo nível de produtividade é devido à pequena quantidade de capital usado na produção, à qual, por sua vez, é devida ao pequeno tamanho do mercado - e, assim, o círculo está completo). As relações recíprocas que acabamos de notar operam através de

²⁶ O termo formação de capital é usado tanto para designar o capital humano quanto o capital material e pode incluir investimentos nas áreas técnicas, de saúde e educação. No texto “As Dimensões do Mercado e o Incentivo à Inversão”, Ragnar Nurkse faz referência à acumulação de capital material devido à diversidade das condições culturais, sociais e demográficas que envolvem os diferentes países (NURKSE, 1951).

uma conexão circular entre os principais fatores da situação. Nessa conexão circular reconhecemos o círculo vicioso da estagnação econômica ou, pelo menos, um dos seus exemplos. Um país é pobre porque é pobre; e isso é tudo (NURKSE, 1951, p.18).

A essa relação recíproca entre o tamanho do mercado e o incentivo para investir, Ragnar Nurkse chamou de “(...) conjugação de forças que tendem a manter qualquer economia retrógrada em uma condição estacionária, num estado de “equilíbrio” de subdesenvolvimento, de certo modo análogo ao “equilíbrio de subemprego” (NURKSE, 1951, p.18)”. O progresso econômico não é uma ocorrência espontânea e as forças automáticas existentes no sistema tendem a manter a economia em uma condição estacionária e retroalimenta o ciclo vicioso da pobreza.

De acordo com Nurkse (1951), o círculo vicioso do sistema estacionário é real, contudo superável e pode ser quebrado por meio da aplicação planejada de capital em diferentes indústrias, o que permitiria a ampliação geral do mercado e o aproveitamento da renda e do próprio capital – uma referência à teoria do desenvolvimento de Schumpeter. A inovação poria em prática novas combinações de fatores produtivos, lançando mercadorias inteiramente novas e promovendo uma onda de investimentos em indústrias diferentes. Em algumas áreas subdesenvolvidas, as forças para derrotar os efeitos da estagnação econômica precisam ser organizadas pelo Estado, por meio de uma ação coordenada e empreendimento coletivo (NURKSE, 1951).

Para Myrdal (1965), a intervenção externa, com a garantia dos direitos civis e políticas públicas de inclusão social, podem quebrar o ciclo vicioso da pobreza e levar a um processo virtuoso de inclusão social e melhoria da qualidade de vida. “É obvio que uma relação circular entre menos pobreza, mais alimento, melhor saúde e mais alta capacidade de trabalho, manteria um processo acumulativo em ascensão, em vez de descensão” (MYRDAL, 1965, p. 27).

A causação circular cumulativa pode tanto agir de forma positiva quanto negativa, de tal forma que uma situação de pobreza ou de ascensão se reforça cumulativamente. Diante dessa constatação, é possível que o processo de causação circular cumulativa venha reforçar o círculo vicioso da pobreza, ou mesmo contribua para alavancar indicadores de desenvolvimento humano, desde que se rompam os mecanismos de exclusão e se fortaleçam os mecanismos de inclusão social (RAIHER; LIMA, 2014).

O conceito de ‘causação circular cumulativa’ surgiu a partir de estudos sobre o desenvolvimento da população negra dos Estados Unidos e que vivia em uma situação de

discriminação, precariedade e fragilidade social, na primeira metade do século XX (MYRDAL, 1965). Atrás da barreira de discriminação racial, os negros isolaram-se e desenvolveram uma estrutura de classe especial, concentrando-se nos estratos sociais mais baixos e níveis inferiores de todos os índices socioeconômicos. Para os cientistas sociais, o problema relativo à população afrodescendente, estaria relacionado ao equilíbrio estático e de *laissez-faire*, demonstrando uma tendência ao fatalismo social. A desconfiança da eficácia das interferências no processo social propostas na ocasião tais como campanhas de reabilitação dos negros, por intermédio de tribunais, legislação, movimentos e reformas, levou Myrdal a concluir que a elevação da posição social do negro continuaria a processar-se de modo lento e incerto (MYRDAL, 1944).

De acordo com Myrdal, o contexto se reduzia a dois elementos: “o preconceito do branco, que causa a discriminação contra os negros em vários aspectos e o baixo padrão-de-vida da população negra” (MYRDAL, 1965, p. 32). Para ele, estes dois fatores se relacionam mutuamente, como causa e efeito: o baixo padrão de vida da população negra é mantido pela discriminação dos brancos, enquanto que a pobreza, as más condições de habitação, as deficiências sanitárias, a instabilidade das relações familiares, a criminalidade, entre outros observados durante o estudo em referência, estimulam a ausência de empatia dos brancos (MYRDAL, 1965). Se houvesse modificação, em qualquer um dos dois fatores, haveria mudança no outro igualmente, podendo alterar todo contexto inicial:

“Se qualquer dos dois fatores se modificasse, haveria mudança no outro e, também, desencadearia um processo acumulativo de interação mútua, no qual a mudança em determinado fator seria, continuamente, apoiada pela reação do outro. Assim, sucessivamente, de forma circular, todo o sistema se moveria na direção da mudança primária, de maneira cada vez mais ampla. Mesmo que o impulso original cessasse, depois de algum tempo, ambos os fatores se teriam alterado para sempre, ou, o que também poderia suceder, o processo de mudanças recíprocas persistiria, sem possibilidade de neutralização imediata (MYRDAL, 1965, p. 32)”.

Um dos elementos chaves relacionados à melhoria dos indicadores de capital humano está na igualdade de oportunidades entre os membros da sociedade e na capacidade do Estado para gerar condições equitativas de saúde e educação. Baixos níveis de escolaridade estão associados a desigualdades socioeconômicas, uma vez em esta conduz a menores salários e a níveis equivalentes de produtividade, que reforçam a incapacidade dos indivíduos e suas famílias em melhorar as condições de vida (MYRDAL, 1965).

Assim, um homem pobre talvez não tenha o bastante para comer; sendo subnutrido, sua saúde será fraca; sendo fraco, sua capacidade de trabalho será baixa, o que

significa que será pobre o que, por sua vez, implica dizer que não terá o suficiente para comer; e assim por diante (MYRDAL, 1965, p. 27).

Segundo Raiher e Lima (2014), existe um consenso entre os pesquisadores do pensamento econômico de que a pobreza e o subdesenvolvimento podem ser superados a partir da saúde e educação. Ambos são considerados importantes investimentos para a melhoria das condições de vida e para superar o atraso e as desigualdades sociais, além de estimular a produtividade e a capacidade produtiva dos indivíduos.

Para Myrdal (1965), o desenvolvimento econômico não acontece apenas com melhorias na distribuição de renda ou na ampliação da produção, o que significa aumento da oferta e da demanda, mas igualmente através da garantia ao acesso a serviços públicos de qualidade. O Estado, por meio de suas políticas públicas e ações, desempenham papel importante no processo de desenvolvimento econômico (MYRDAL, 1965).

Segundo Myrdal (1965), o princípio da interdependência circular dentro do processo de causação acumulativa é válido em todo o campo das relações sociais e deve ser a principal hipótese a ser considerada no estudo do subdesenvolvimento de uma região e do próprio desenvolvimento econômico. Para explicar o princípio da interdependência, Myrdal nos convida a pensar em uma determinada comunidade, que tenha uma fábrica ou indústria instalada em seus arredores, cuja grande parte da população atua como principal força de trabalho sofra um incêndio de tamanha proporção que se torne evidente que não vale a pena reconstruí-la – pelo menos, não naquela localidade. Como efeito imediato, a operação industrial seria interrompida, haveria uma demissão em massa, e como resultado, diminuição da renda e da demanda, desencadeando um processo de causação circular, com efeitos similares a de um círculo vicioso (MYRDAL, 1965).

Se não houver mudanças exógenas e significativas, a comunidade deixa de ser atrativa. Os negócios estabelecidos anteriormente, assim como a massa de trabalhadores inicialmente qualificada e que aí vivem, saem em busca de melhores mercados para se estabelecerem, gerando novo decréscimo das rendas e da demanda, o que pode vir a alterar a composição etária da população local de forma desfavorável (MYRDAL, 1965).

Para o autor, os Estados desenvolvidos possuem uma rede de sistemas complexos de interferências públicas e em vários segmentos a fim de restringir a lei cega da mudança social acumulativa, impedindo, desta forma, a promoção de desigualdades entre as regiões, indústrias e grupos sociais. O processo acumulativo funciona se a mudança inicial for favorável (MYRDAL, 1965).

E, mais uma vez, Gunnar Myrdal atribui a participação das políticas públicas como elemento chave no processo de desenvolvimento econômico de uma cidade, país ou região. Para ele, a intervenção estatal por meio das políticas públicas são instrumentos de mudança da estrutura econômica e social de uma região, bem como uma ferramenta capaz de romper o ciclo vicioso da pobreza em direção a um círculo virtuoso de desenvolvimento socioeconômico (MYRDAL, 1965).

2.4 Clientelismo

O conceito de clientelismo é originário do estudo de sociedades rurais e, neste contexto, é caracterizado por um tipo de relação social onde uma das partes (camponeses²⁷), encontra-se em posição subalterna a outra parte (patrões), pelo fato de não possuírem terras (OLIVEIRA *et. al*, 2011). A troca assimétrica e a desigualdade, presentes nesta relação, passam a desempenhar um papel-chave na sobrevivência das partes, “gerando laços que vão do compadrio à lealdade política” (OLIVEIRA *et. al*, 2011, p. 955). Tais relações foram analisadas inicialmente por historiadores da Antiguidade e Idade Média, e, partir da década de 1950, passaram a receber uma atenção crescente de antropólogos e, posteriormente, de sociólogos e cientistas políticos (BEZERRA, 1999).

O clientelismo indica um tipo de relação entre atores políticos, envolvendo a concessão de benefícios públicos, seja na forma de empregos, benefícios fiscais ou isenções de qualquer natureza, em troca de apoio político, especialmente na forma de voto (CARVALHO, 1997). Segundo Bezerra (1999), no clientelismo as relações se caracterizam especialmente por serem assimétricas estabelecidas entre pessoas que não possuem o mesmo poder (sócio, político e econômico), ou mesmo prestígio ou status. Distingue-se, ainda, por ser uma relação do tipo pessoal, pela troca de serviços e bens materiais e imateriais (gentilezas, lealdade e proteção) entre os parceiros e pelo seu conteúdo moral. Segundo Carvalho (1997), a amplitude do seu uso assemelha-se ao conceito de mandonismo face à existência de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder.

Para Nunes (2003), o clientelismo tem sido visto como uma característica da República Velha, da política do “café-com-leite”, do coronelismo, do Brasil arcaico, especialmente devido à relação dominante de articulação entre o sistema político e sociedade.

²⁷ Camponeses são indivíduos que se dedicam às atividades rurais, notadamente à produção em base familiar, muitas vezes em economia de subsistência, com autonomia total ou parcial na gestão da propriedade, sendo geralmente proprietários dos instrumentos de trabalho e detentores (em parte ou na totalidade) dos frutos do seu trabalho (Dicionário Informal, disponível em <http://www.dicionarioinformal.com.br/camponeses/>, acessado em 11/03/2018).

Segundo o autor, o clientelismo utiliza-se de redes personalistas, que atravessam a sociedade de alto a baixo, assim como dos recursos materiais existentes no Estado para a manutenção do sistema.

Os recursos materiais do Estado desempenham um papel crucial na operação do sistema; os partidos políticos — isto é, aqueles que apoiam o governo — tem acesso a inúmeros privilégios através do aparelho de Estado. Esses privilégios vão desde a criação de empregos até a distribuição de outros favores como pavimentação de estradas, construção de escolas, nomeação de chefes e serviços de agendas, tais como o distrito escolar e o serviço local de saúde. Os privilégios incluem, ainda, a criação de símbolos de prestígio para os principais “corretores” dessa rede, favorecendo-os com acesso privilegiado aos centros de poder (NUNES, 2003, p. 32).

De acordo com Nunes (2003), existem quatro padrões institucionalizados de relações, ou quatro gramáticas, que estruturam os laços existentes entre a sociedade e Estado: o clientelismo, o corporativismo²⁸, o insulamento burocrático²⁹ e o universalismo de procedimentos³⁰. Os três últimos, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos, surgem nos anos 30, no governo de Getúlio Vargas³¹. Já o clientelismo, este faz parte da tradição secular brasileira e são reconhecidos por meio de outros dois nomes: patrimonialismo e fisiologismo (BRESSER *apud* NUNES, 2003). As quatro instituições políticas possuem distintos papéis. O clientelismo e o corporativismo são instrumentos de legitimidade política; o insulamento burocrático, a forma através da qual as elites promovem o desenvolvimento; o universalismo de procedimentos, a afirmação lenta de um regime burocrático racional-legal e eventualmente democrático (BRESSER *apud* NUNES, 2003).

²⁸ Corporativismo é um sistema político através do qual o Estado intermedia os interesses de empresários e trabalhadores (NUNES, 2003).

²⁹ Insulamento burocrático é o processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias. Ao núcleo técnico é atribuída a realização de objetivos específicos. No insulamento burocrático, há significativa redução do escopo da arena em que interesses e demandas populares podem desempenhar um papel (NUNES, 2003).

³⁰ Universalismo de procedimentos está associado à noção de cidadania plena e igualdade perante a lei, exemplificada pelos países de avançada economia de mercado, regidos por um governo representativo. Grupos de classe média, profissionais e tecnocratas são muitas vezes percebidos como potencial eleitorado do universalismo ou grupos que se opõem ao sistema de patronagem e que insistem em que os benefícios e encargos públicos sejam alocados de acordo com um conjunto de regras e procedimentos gerais — e universalísticos (NUNES, 2003).

³¹ Getúlio Vargas foi presidente do Brasil em dois períodos: de 1930 até 1945, sendo de 1930 a 1934, como chefe do Governo Provisório; de 1934 até 1937 como presidente da república do Governo Constitucional; e, de 1937 a 1945, como presidente-ditador, durante o Estado Novo implantado após um golpe de estado. No segundo período, em que foi eleito por voto direto, Getúlio governou o Brasil como presidente da república, por 03 (três) anos e meio: de 31 de janeiro de 1951 até 24 de agosto de 1954, quando, então, suicidou-se.

A combinação entre os quatro padrões institucionalizados ocorre de maneira variada, dependendo do momento sócio-político. Vargas fez uso principalmente do corporativismo e do clientelismo, o que manteve as velhas oligarquias políticas sob controle do Estado. Em seu segundo governo e no governo de Juscelino Kubitschek³², o insulamento burocrático foi o padrão predominante e no governo de João Goulart³³, o clientelismo deu a tônica. Nos governos militares, o insulamento burocrático passa ser dominante, juntamente com o corporativismo, enquanto o clientelismo é posto em segundo plano. (NUNES, 2003).

O clientelismo existirá em todos os momentos como uma forma de lidar com os políticos, que no Brasil da época estudada são intrinsecamente populistas, tendo seu comportamento reforçado pelo fato de que é um comportamento esperado e desejado por parte dos eleitores. O insulamento burocrático é a estratégia por excelência das elites para driblar a arena controlada pelos partidos políticos. A competência técnica da burocracia e o universalismo de procedimentos eram os meios para conter a irracionalidade populista considerada então inerente aos políticos. O corporativismo, através do qual o Estado intermediava os interesses de empresários e trabalhadores, completava a estratégia de modernização. Nesse quadro, o clientelismo era ao mesmo tempo o instrumento político por excelência para garantir a implementação de políticas modernas e o seu maior adversário (BRESSER, *apud* NUNES, 2003, p. 12).

Para Bresser (*apud* NUNES, 2003), após o reestabelecimento da democracia, em 1985, houve o reforço e o predomínio do universalismo de procedimentos. O clientelismo patrimonialista ainda reaparece como prática, embora cada vez mais condenado em termos de valor; o corporativismo perdeu força, deixando de ser uma forma de organização da sociedade intermediada pelo Estado, para se transformar em mera estratégia de defesa de interesses por determinados grupos sociais; e o insulamento burocrático, foi colocado em cheque como antidemocrático.

Contudo, apesar dos avanços democráticos, o clientelismo continua presente e é considerado uma das características mais marcantes dos partidos políticos brasileiros (BRESSER, *apud* NUNES, 2003). Mesmo diante de duras críticas da sociedade a este tipo de comportamento, ainda existe uma forte correlação entre clientelismo e compra de votos que, na maioria dos casos, tem sido punida como crime eleitoral (NUNES, 2003).

A destinação de benefícios públicos, como recursos, cargos, serviços, entre outros, às lideranças políticas e moradores das localidades aos quais as classes políticas encontram-se vinculadas, tem sido tratada, por cientistas políticos, como clientelismo político. O destaque

³² Juscelino Kubitschek de Oliveira ocupou a Presidência da República entre 1956 e 1961.

³³ João Belchior Marques Goulart, conhecido popularmente como Jango, foi o 24º presidente do país, de 1961 a 1964. Antes disso, também foi vice-presidente, de 1956 a 1961, tendo sido eleito com mais votos que o próprio presidente, Juscelino Kubitschek.

dado aos aspectos materiais permutados nesta relação possui um viés econômico e tendem a negligenciar aspectos como prestígio e poder que podem, igualmente, integrar as relações de troca (BEZERRA, 1999). Para o autor, esta perspectiva desconsidera o modo como essas trocas constituem as relações sociais e são forjadas por elas.

Neste contexto, a “formulação de que a concessão de favores e serviços proporciona votos faz sentido na medida em que os favores concedidos e recebidos instituem entre o parlamentar e os beneficiados uma relação do tipo credor e devedor” (BEZERRA, 1999, p. 117). Uma espécie de conjunto de deveres e obrigações onde um eleitor ou liderança política, diante do seu pedido atendido pelo parlamentar, sente que tem uma dívida pessoal a ser paga. A concessão do voto, no momento da disputa eleitoral, seria uma forma de abater parte dessa dívida. Atos de generosidade, favores e serviços prestados pelo parlamentar contribuem para se ter, antes de qualquer coisa, as pessoas e com isso, uma relação de domínio pessoal (BEZERRA, 1999).

A dominação, como conceito geral, é um dos elementos mais importantes da ação social. “Sem dúvida, nem toda ação social apresenta uma estrutura que implica dominação. Mas, na maioria de suas formas, a dominação desempenha um papel considerável, mesmo naquelas em que não se supõe isto à primeira vista (WEBER, 1999, p. 187)”.

A mais simples observação mostra que, quando existem contrastes acentuados entre o destino ou a situação de duas pessoas, seja quanto à saúde ou à situação econômica, social ou outra qualquer, aquele que se encontra na situação mais favorável, por mais patente que seja a origem puramente “casual” da diferença, sente a necessidade incessante de poder considerar o contraste que o privilegia como “legítimo”, a situação própria como “merecida”, e a do outro como resultado de alguma “culpa” dele. Isto ocorre também nas relações entre grupos humanos positiva e negativamente privilegiados. A “lenda” de todo grupo altamente privilegiado é sua superioridade natural, às vezes até “de sangue” (WEBER, 1999, p. 197).

A obrigação de reciprocidade, a personalização das relações políticas e a apresentação das trocas políticas, constituem a racionalidade autônoma do clientelismo político (BEZERRA, 1999). Um dos casos emblemáticos ocorridos no município de Belford Roxo refere-se à cassação do Márcio Valério Ribeiro da Silva, suplente de vereador, pertencente na ocasião ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por compra de votos. Durante o período eleitoral, nas eleições de 2008, o então candidato do município de Belford Roxo, associava o funcionamento do centro social Espaço Social e Cultural Valério, instalado numa comunidade carente, à sua eleição, utilizando o mote “o trabalho não pode parar, por isso preciso do seu voto”. No local, eram oferecidos cursos de informática, inglês e espanhol, além de atendimento psicológico, ginástica e manicure. O uso do centro social em troca de votos já

havia levado o candidato a ilegitimidade por oito anos, em outra ação julgada pelo TRE (JUSBRASIL, acessado em 11 de março de 2018, <https://www.jusbrasil.com.br/home>).

Uma legitimação da dominação existente e auto justificada diante dos apelos e anseios de uma classe menos favorecida, para ter acesso ao que lhe pertence por direito.

2.5 Desenvolvimento Local

El desarrollo endógeno es una interpretación que permite explicar la mecánica de la acumulación de capital en un entorno de fuerte competencia como el que caracteriza a la globalización (BARQUERO, 2000, p. 1)³⁴.

O conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um “processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região” (AMARAL FILHO, 2009, p. 262). No artigo *Desarrollo endógeno y globalización*, Barquero (2000) argumenta que a difusão do conhecimento e da inovação, a organização flexível da produção, as economias da urbanização e a densidade institucional, são determinantes para o aumento da produtividade. Para o autor, o efeito Hanói³⁵ impulsionaria a sinergia necessária entre esses processos e determinaria o aumento dos retornos crescentes. O desenvolvimento endógeno é uma abordagem de ação e as ferramentas de políticas de desenvolvimento local ajudam as cidades e regiões a responder aos desafios da globalização (BARQUERO, 2000).

Para Boisier (1997), o desenvolvimento endógeno significa um padrão de crescimento onde os determinantes do crescimento são efetivamente controlados por agentes pertencentes ao mesmo sistema cujo desenvolvimento é buscado. Segundo Mattos (*apud* BOISIER, 1997), os modelos de desenvolvimento endógeno se movem em torno de um eixo central: uma função de produção na qual a taxa de crescimento depende basicamente do estoque de três fatores, capital físico, capital humano e conhecimento (progresso técnico), que pode ser objeto de acumulação e gerar externalidades. O autor ressalta ainda que “El crecimiento a largo

³⁴ O desenvolvimento endógeno é uma interpretação que explica a mecânica da acumulação de capital em um ambiente de forte competição como o que caracteriza a globalização (BARQUERO, 2000, p.1, tradução livre).

³⁵ Segundo Barquero (2000), as comunidades e as regiões tendem criar sinergias entre si e reforçando o seu efeito sobre a acumulação de capital. É capaz de decidir, multiplicar os fatores de acumulação para um sistema que permite multiplicar o efeito de cada um dos fatores determinantes do processo de acumulação, que se denominará efeito Hanói.

plazo es un fenómeno económico endógeno, resultado de considerar que las inversiones respectivas son efectuadas por actores económicos motivados por la ganancia (MATTOS, *apud* BOISIER, 1997, p. 6)”.

O desenvolvimento endógeno, segundo Boisier (1993), é um conceito que abrange quatro planos: em primeiro lugar, a endogeneidade na esfera política, identificado como a capacidade de projetar e executar políticas de desenvolvimento e a capacidade de negociar; em segundo lugar, a endogeneidade na esfera econômica, e neste caso referindo-se à apropriação e reinvestimento de excedente a fim de diversificar a economia local, promovendo a base da sustentabilidade temporária; em terceiro lugar, a endogeneidade na esfera científica e tecnológica, onde a capacidade interna do sistema de gerar seus próprios impulsos tecnológicos de mudança é capaz de causar mudanças qualitativas no próprio sistema. Em quarto lugar, a endogeneidade na esfera cultural, gerando identidade sócio territorial. Essas múltiplas formas de endogeneidade do desenvolvimento fortalecem o potencial de inovação territorial e compõem o resultado da sinergia do sistema social (BOISIER, 1993). Neste contexto, o cenário endógeno do desenvolvimento local é ocupado por uma multiplicidade de atores, com destaque para os líderes políticos; tecnocratas e burocratas; empresários, sejam eles capitalistas ou administradores; cientistas e tecnólogos; trabalhadores da cultura, uma categoria ampla que inclui um grande número de indivíduos, como jornalistas, artistas e outros (BOISIER, 1993).

Para Barquero (2000), a globalização estaria dando origem a uma nova ordem internacional e a uma nova divisão internacional do trabalho ³⁶ – DIT. A globalização é um processo ligado ao território, não somente porque afeta nações e países, mas, sobretudo, porque a dinâmica econômica e o ajuste produtivo dependem de decisões de investimento e localização de atores econômicos e fatores de atração de cada território. “El proceso de globalización, por lo tanto, es una cuestión que condiciona la dinámica económica de las ciudades y regiones y que, a su vez, se ve afectado por el comportamiento de los actores locales” (BARQUERO, 2000, p. 3).

As empresas competem nos mercados em conjunto com o ambiente produtivo e institucional do qual fazem parte. Diante deste contexto, segundo Barquero (2000), é possível

³⁶ A DIT (Divisão Internacional do Trabalho) é uma divisão produtiva em âmbito internacional. Os países emergentes ou em desenvolvimento que obtiveram uma industrialização tardia e que possuem economias ainda frágeis e passíveis de crises econômicas oferecem aos países industrializados um leque de benefícios e incentivos para a instalação de indústrias, tais como a isenção parcial ou total de impostos, mão-de-obra abundante, entre outros (<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/divisao-internacional-trabalho-dit.htm>, acessado em 08/04/2018).

abordar a competição entre cidades e regiões, bem como a DIT, como um fenômeno urbano e regional. Promover melhorias na produtividade e na competitividade das cidades depende da introdução de inovações nas empresas, da flexibilidade e organização do sistema produtivo e da existência de instituições que favoreçam o funcionamento dos mercados. A formação de redes de negócios, a introdução de formas mais flexíveis de organização das empresas e a terceirização de sistemas de produção permitiram melhorar a produtividade e a competitividade de cidades e regiões urbanas inovadoras (BARQUERO, 2000).

En definitiva, la globalización y la reestructuración productiva afectan a los sistemas productivos de las regiones desarrolladas y las regiones retrasadas, las ciudades grandes y las ciudades medias y pequeñas. En un mundo cada vez más globalizado, hay ciudades y regiones que ganan y otras que pierden, en función de su dotación de recursos humanos, recursos naturales y su encardinación a la economía global, y no por su pertenencia a un Norte o a un Sur predefinido (BARQUERO, 2000, p.3).³⁷

O processo de desenvolvimento sustentável de uma região, de acordo Haddad (2009), não depende exclusivamente do seu crescimento econômico, mas principalmente da sua capacidade de organização sócio-política, relacionada às diferentes formas de capitais intangíveis em uma determinada região. Segundo o autor, a promoção do desenvolvimento regional deve ser fundamentada na formulação e no estabelecimento de políticas públicas, programas e projetos concebidos e implantados a partir da atuação das sociedades locais, por meio de parcerias entre as agências e instituições dos governos federal e estadual (HADDAD, 2009). Para Bandeira (1999), a participação ampliada e efetiva da sociedade civil na formulação e implementação das ações e/ ou políticas públicas, não apenas produzem melhores projetos; ela atua como instrumento para a construção de uma sociedade mais dinâmica, justa e democrática.

Este processo de crescimento econômico irá depender, principalmente, da capacidade da região para negociar e atrair recursos (financeiros, tecnológicos, institucionais, etc.) nacionais e internacionais, públicos e privados, através de diferentes modalidades (promoção de projetos de investimentos; transferências intergovernamentais de natureza constitucional e não-constitucional; etc.). Dependerá, também, dos impactos que as políticas macroeconômicas (monetária, cambial, fiscal) e setoriais (transporte, energia, etc.) terão sobre a economia local. Estas políticas, comandadas principalmente pelo Governo Federal, geram condições externas às decisões locais que podem ou estimular ou frear o crescimento

³⁷ Em suma, a globalização e a reestruturação produtiva afetam os sistemas produtivos de regiões desenvolvidas e regiões atrasadas, grandes cidades e cidades médias e pequenas. Em um mundo cada vez mais globalizado, há cidades e regiões que ganham e outras que perdem, dependendo de sua dotação de recursos humanos, recursos naturais e sua proteção à economia global, e não por sua participação em um norte ou sul pré-definido. (BARQUERO, 2000, p.3, tradução livre).

econômico, de acordo com os rebatimentos específicos destas políticas sobre a estrutura produtiva da região. Quase sempre, estas políticas são, por si só, predominantes e capazes de explicar o crescimento econômico e a evolução da renda de uma determinada região, particularmente de regiões periféricas não-desenvolvidas (HADDAD, 2009, p. 120).

De acordo com Haddad (1999), a localização e a implantação de novas atividades econômicas de maior escala em uma determinada localidade podem influenciar os níveis de produção, de renda, de emprego e mesmo da base tributável sem, contudo, configurar um processo de desenvolvimento local. O aumento dos indicadores relacionados a emprego e renda ou mesmo a expansão dos valores per capita do produto, significam que a região vive uma etapa favorável na sua trajetória de crescimento econômico. Porém, se as taxas de crescimento do PIB e da renda per capita da região se mantiverem positivas e elevadas por um longo período, é possível afirmar que foi encontrada uma alternativa de expansão sustentada da sua economia (HADDAD, 2009).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nenhuma pesquisa é totalmente controlável, com início, meio e fim previsíveis. A pesquisa é um processo em que é impossível prever todas as etapas. O pesquisador está sempre em estado de tensão porque sabe que seu conhecimento é parcial e limitado — o possível para ele (GOLDENBERG, 2004, p. 13).

Método, do grego *methodos*, *met'hodos*, significa caminho para chegar a um fim. Metodologia refere-se ao estudo do método, ou seja, os procedimentos estabelecidos para a realização de uma pesquisa; científica, derivado da ciência, trata do conjunto de conhecimentos metodicamente organizados em relação ao domínio de um determinado saber (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Dessa forma, método científico trata da escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de determinados fenômenos (RICHARSON, 1999). A seguir são apresentados os caminhos escolhidos pela autora para investigar o seu objeto de pesquisa: perspectivas e limites do desenvolvimento econômico de uma periferia metropolitana, assim como as justificativas para estas escolhas.

3.1 Tipo de pesquisa

Esta é uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem predominante qualitativa, mas que contém também elementos quantitativos. Para Goldenberg (2004), diferentes maneiras de coletar os dados, qualitativa e quantitativamente, possibilita a ampliação da compreensão a respeito da complexidade de um determinado problema. Segundo a autora, a integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite, ainda, que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões a fim de obter maior confiança de que seus dados não são produto de um procedimento específico ou mesmo, de alguma situação particular (GOLDENBERG, 2004). Para Strauss e Corbin (2008), é possível utilizar as duas abordagens em um único projeto de pesquisa em que a ênfase em um dos tipos será decidida pelo pesquisador de acordo com sua convicção, pelo treinamento que possui ou pela natureza do trabalho estudado, justificando sua busca por fontes alternativas de dados.

De acordo com Chizzoti (2006), o termo qualitativo pressupõe partilha com pessoas, fatos e locais a fim de extrair significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a partir de uma atenção sensível e diferenciada por parte do pesquisador. Para Gerhardt e Silveira (2009), os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, mas não quantificam os valores e nem submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não métricos e se valem de diferentes abordagens.

Quanto aos objetivos propostos, trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo. As pesquisas de natureza descritiva têm por objetivo estudar as características de

um grupo, como distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, entre outros. Propõem-se, ainda, estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos, as condições de habitação dos habitantes, bem como o índice de criminalidade (GIL, 2002; MARKONI; LAKATOS, 2003). Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas, quanto informações detalhadas obtidas por meio da observação participante, entrevistas, análise de conteúdo, entre outras (MARKONI; LAKATOS, 2003).

Quanto ao procedimento técnico, este é um estudo de caso sobre o desenvolvimento econômico do município de Belford Roxo, onde serão analisadas a evolução histórica, o momento atual, limitações e as perspectivas de seu modelo de desenvolvimento econômico. Envolveu, portanto, levantamento bibliográfico, análise documental, bem como entrevistas estruturadas junto a atores locais e regionais que possuem influência no processo de desenvolvimento sócio econômico do município de Belford Roxo, como empresas, representantes do poder público local, sindicatos de classe e universidades locais. O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa utilizada nas ciências sociais e consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2002). De acordo com Yin (2001), o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Para Goldenberg (2004), o estudo de caso reúne o maior número de informações com o propósito de apreender sobre a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto, por meio de diferentes técnicas de pesquisa. “Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística” (GOLDENBERG, 2004, p. 34).

Ainda em relação aos procedimentos técnicos, esta pesquisa pode também ser considerada como uma observação participante, caracterizada na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo observado (MARKONI; LAKATOS, 2003). Tal classificação se deve ao fato de que a autora trabalha no município de Belford Roxo desde novembro 2014 e participa das diversas situações analisadas no presente estudo.

A construção da pesquisa seguiu as etapas descritas por Quivy e Campenhoudt (*apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 47), a partir dos seguintes elementos: a formulação da questão inicial; a exploração da questão inicial; a elaboração da problemática; a construção de um modelo de análise; a coleta de dados; a análise das informações e as conclusões.

3.2 Obtenção dos dados

O objeto desta pesquisa é o desenvolvimento socioeconômico do município de Belford Roxo que desde sua emancipação, em 03 de abril de 1990, sofre com ausência de políticas públicas capazes de impulsionar seu crescimento e desenvolvimento, refletido nos índices econômicos descritos no presente estudo. O desafio proposto é verificar a existência de alternativas que possam quebrar o ciclo vicioso da pobreza (MYRDAL, 1965) que o município se encontra.

Considerando os objetivos apresentados na introdução, esta pesquisa propõe-se a: apresentar a evolução histórica, econômica, política e social do município de Belford Roxo e Baixada Fluminense; identificar as políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento econômico do município; apresentar as condições urbanas do município e as condições de emancipação do município; mapear e analisar os indicadores socioeconômicos IDHM e IFDM; e, por fim, identificar o papel e a percepção dos atores locais e das organizações público e organizações privadas sobre o desenvolvimento econômico local.

Para responder estas questões, os dados coletados na pesquisa foram organizados em dados primários³⁸, produzidos e coletados durante a pesquisa de campo, incluindo entrevistas com atores locais e dados secundários³⁹, ou seja, dados já publicados, como reportagens e documentos oficiais.

Para a coleta dos dados utilizados como informações necessárias ao estudo, definiu-se que os métodos adequados eram a pesquisa bibliográfica, entrevistas e análise documental. Após a estruturação da revisão de literatura, iniciou-se a pesquisa bibliográfica e análise documental, seguida das entrevistas estruturadas com atores políticos locais, representante de entidade sindical, historiadores do município de BFR e da BF, secretarias municipais de educação e da indústria, comércio e desenvolvimento econômico, representantes da iniciativa privada e representante regional da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro no Sul Fluminense. Segundo Yin (2001), a utilização de várias fontes na coleta de dados é uma necessidade e, ao mesmo tempo, um ponto forte muito importante para estudos de caso, principalmente.

³⁸ Dados de fontes primárias referem-se a dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registros em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiografias); correspondência pública ou privada, etc. (MARKONI; LAKATOS, 2003).

³⁹ Dados de fontes secundárias referem-se aos dados disponíveis na imprensa em geral e obras literárias (MARKONI; LAKATOS, 2003).

A seguir serão descritos os processos de coleta, com a justificativa para as respectivas escolhas.

3.2.1 Pesquisa bibliográfica

Para Markoni e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados a respeito de um tema específico e revestida de importância, devido à sua capacidade de fornecer dados atuais e relevantes ao pesquisador. Abrange bibliografia publicada e relacionada ao tema de estudo, desde boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, entre outros, até meios de comunicação, como rádio e televisão. Embora a pesquisa bibliográfica seja, em muitos dos casos, caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica, ela implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, portanto, não pode ser aleatório (LIMA; MIOTO, 2007).

O estudo da literatura pertinente a um tema em específico possibilita a planificação do trabalho e pode representar uma fonte valiosa de informações, podendo orientar possíveis indagações. A soma do material coletado, assim como sua adequação ao tema, pode variar de acordo com a habilidade do pesquisador, de sua experiência e da sua capacidade em descobrir indícios ou subsídios importantes para seu objetivo de estudo (MARKONI; LAKATOS, 2003). Segundo Lima e Mioto (2007), a pesquisa bibliográfica deve ser realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo, assim, com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos. “Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARKONI; LAKATOS, 2003, p. 183).

3.2.2 Análise Documental

Uma pessoa que deseja empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um corpus satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes (CELLARD, 2008, p. 298).

A característica principal da análise ou pesquisa documental está relacionada à fonte de coleta de dados e o fato de que esta é restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias (MARKONI; LAKATOS, 2003). Para Cellard (2008), o uso de documentos em pesquisa é apreciado e valorizado devido à riqueza de informações, uma vez em que nos possibilita ampliar o entendimento de objetos de estudo e pesquisa cuja

compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural – claramente, o contexto que envolve o município de BFR.

As capacidades da memória são limitadas e ninguém conseguiria pretender memorizar tudo. A memória pode também alterar lembranças, esquecer fatos importantes, ou deformar acontecimentos. Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

Para Sá-Silva *et al* (2009), o processo para obter informações a partir de fontes primárias baseia-se na coleta e análise de documentos originais que não receberam nenhum tipo de tratamento científico, mas que contem alta significância para o objeto de estudo. Documentos como fonte de pesquisa, podem ser escritos e não escritos – como exemplo, filmes, vídeos, slides, fotografias, documentos pessoais, entre outros (FIGUEIREDO, 2007).

Dessa forma, a fim de mapear e identificar dados relevantes que impactam no desenvolvimento socioeconômico do município de BFR como saneamento básico, mobilidade urbana, educação, violência, bem como os índices IDHM e IFDM, realizou-se pesquisa e análise documental em sites relacionados, jornais, revistas e periódicos. Para este estudo, o emprego de fontes documentais teve um caráter complementar de análise, e não de coleta de dados sistematizado.

3.2.3 Entrevistas

Como qualquer relação pessoal, a arte de uma entrevista bem-sucedida depende fortemente da criação de uma atmosfera amistosa e de confiança (GOLDENBERG, 2004, p. 90).

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais, representando uma importante fonte para estudos de caso por colher informações relevantes, por meio de um diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2008; MARKONI; LAKATOS, 2003).

De acordo com Triviños (1987), para alguns tipos de pesquisa qualitativa, a entrevista semiestruturada é um dos principais meios que o pesquisador utiliza para realizar a coleta de dados. Segundo o autor, a entrevista semiestruturada, em geral, parte de questionamentos

básicos, apoiados em teorias e hipóteses relacionados à pesquisa, e que oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que surgem à medida que se recebem as respostas do informante. “Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Considerada coleta de dados primários (MARKONI; LAKATOS, 2003), as perguntas que compuseram as entrevistas semiestruturadas apoiaram-se em teorias e hipóteses relacionadas ao tema da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987), com os seguintes atores:

- a) **ATORES INICIATIVA PRIVADA:** entrevistas com representantes da iniciativa privada, que exercem influência socioeconômica no município de Belford Roxo e representante da FIRJAN;
- b) **HISTORIADOR/ PESQUISADOR:** entrevista com historiador/ pesquisador do município de Belford Roxo e da Baixada Fluminense;
- c) **POLITICOS E REPRESENTANTE DE CLASSE:** entrevista com Secretário de Educação, Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, ex-candidato ao cargo de prefeito do município de Belford Roxo (eleições 2016), candidato ao cargo de deputado federal (eleições 2018) e representante do Sindicato dos Químicos de Belford Roxo.

Inicialmente o objetivo era a realização de 15 (quinze) entrevistas, sendo 05 (cinco) entrevistados para cada um dos atores políticos e sociais acima indicados, o que incluía ex-prefeitos do município de Belford Roxo. Por medida de segurança, as entrevistas foram gravadas simultaneamente em dois aparelhos, mediante prévia autorização formal e aplicação de um protocolo de ética, que assegura o anonimato aos participantes, inclusive gênero. O quadro abaixo (quadro 01) contém apenas aspectos gerais sobre os entrevistados, na terceira pessoa do singular, a fim de contextualizar o leitor. Havendo necessidade de maior detalhamento, a autora deverá ser contatada e analisará a possibilidade de atendimento.

Lista de entrevistados

Atores	Sigla	Perfil	Tempo da entrevista
Iniciativa Privada	E1	Profissional do segmento farmacêutico e químico atua na iniciativa privada e, eventualmente, visita a unidade industrial localizada no município de Belford Roxo.	00h25min58seg
Iniciativa Privada	E2	Profissional do segmento químico atua na iniciativa privada localizada no município de Belford Roxo, desempenhando o papel de relações públicas entre a empresa e os principais <i>stakeholders</i> , tanto do município, quanto do estado do Rio de Janeiro.	01h06min03seg
Iniciativa Privada	E3	Profissional do segmento químico atuou na iniciativa privada localizada no município de Belford Roxo, tendo sido o interlocutor perante os órgãos públicos municipais nos últimos anos.	02h06min38seg
Iniciativa Privada	E4	Profissional do segmento de petróleo e gás atuou como representante FIRJAN na Baixada Fluminense, atendendo os municípios de Duque de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti, Magé, Guapimirim, Paty do Alferes e Miguel Pereira.	00h40min29seg
Historiador/ Pesquisador	E5	Historiador/ Pesquisador do município de Belford Roxo.	01h57min43seg
Historiador/ Pesquisador	E6	Historiador/ Pesquisador do município de Belford Roxo, com ênfase no primeiro prefeito eleito Jorge Júlio da Costa dos Santos, conhecido como Joca.	01h46min58seg
Historiador/ Pesquisador	E7	Historiador/ Pesquisador da Baixada Fluminense	01h55min10seg
Políticos/ Representante de Classe	E8	Secretário de Educação,	00h54min08seg
Políticos/ Representante de Classe	E9	Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico.	00h41min05seg
Políticos/ Representante de Classe	E10	Ex-candidato ao cargo de prefeito do município de Belford Roxo (eleições 2016)	01h43min20seg
Políticos/ Representante de Classe	E11	Candidato ao cargo de deputado federal (eleições 2018)	00h54min49seg
Políticos/ Representante de Classe	E12	Representante do Sindicato dos Químicos de Belford Roxo	00h41min22seg

Quadro 01 – Lista de entrevistados

Fonte: Elaborado pela autora

No quadro seguinte (quadro 02), estão descritas as tentativas de realização de entrevistas não realizadas e/ ou concedidas, mesmo após diversas tentativas para cada caso:

Tentativas de autorização para realização de entrevistas

Atores	Posição/ Cargo ocupado	Motivo
Iniciativa Privada	Representante FIRJAN	Sem interesse
Políticos/ Classe	Representante de Ex-prefeito, mandato 2013-2016	Sem retorno.
Políticos/ Classe	Representante de Secretaria Municipal de Segurança Pública	Alegou não ser mais o Secretário Municipal de Segurança Pública e não soube informar seu sucessor.
Políticos/ Classe	Representante de Secretaria Municipal de Segurança Pública (interino nesta posição)	Sem retorno

Quadro 02 – Tentativas de autorização para realização de entrevistas

Fonte: Elaborado pela autora

3.2.3.1 Critérios para a escolha dos entrevistados

A escolha dos sujeitos mais capacitados para prestar ajuda à pesquisa não é fácil. Talvez o pesquisador tenha de se ver obrigado a processos de ensaio e erros, reiteradas vezes, antes de encontrar as pessoas adequadas para atingir os objetivos pensados (TRIVIÑOS, 1987, p. 144).

Os entrevistados foram selecionados após a pesquisa bibliográfica e análise documental, favorecendo, dessa forma, o mapeamento e a seleção dos representantes de cada um dos atores políticos atuantes e/ ou influentes no município de Belford Roxo e na Baixada Fluminense.

Para Spradly (*apud*, TRIVIÑOS, 1987) existem condições mínimas que devem ser levadas em conta no processo de escolha de um bom informante, especialmente quando se propõe a estudar um fenômeno social vinculado ao desenvolvimento de uma comunidade, grupo social ou atividade específica: a antiguidade do entrevistado na comunidade e o seu envolvimento desde o começo do objeto de estudo; amplo e detalhado conhecimento das circunstâncias; a disponibilidade de tempo para participar das entrevistas; e por fim, capacidade para expressar o essencial e detalhes que enriquecerão compreensão do tema de pesquisa (TRIVIÑOS, 1987).

Foram também considerados os objetivos específicos e, a partir destes, listados três tipos de atores políticos que poderiam genuinamente contribuir para o tema de pesquisa: atores da iniciativa privada, historiadores e/ ou pesquisadores do município de BFR e/ ou da BF, atores políticos e representantes de classe. O roteiro elaborado para as entrevistas semiestruturadas recebeu pequenas adaptações de acordo com o perfil de cada entrevistado conforme quadro 03. O instrumento foi validado por dois professores da UFF, sendo um especialista em

políticas públicas e o outro pesquisador com experiência em elaboração de instrumentos de pesquisa.

Objetivos específicos da pesquisa

	Objetivo 1	Objetivo 2	Objetivo 3	Objetivo 4	Objetivo 5
Atores	Evolução histórica, econômica, política e social de BFR e BF.	PP estímulo ao DL de BFR.	Condições emancipação de BFR.	Papel e percepção dos atores locais sobre o DL.	A Violência e Educação em BFR e BF.
E1				X	X
E2				X	X
E3			X		
E4		X			X
E5	X		X		X
E6	X		X		
E7	X				
E8				X	X
E9		X		X	
E10		X		X	
E11		X			X
E12				X	X

Quadro 03 – Objetivos específicos da pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora

Como parte interessada no desenvolvimento socioeconômico do município de BFR, coube aos atores da iniciativa privada (E1, E2 e E4) responder as questões relacionadas ao papel e a percepção dos atores locais sobre o DL, a violência e educação no município de BFR e na BF, bem como analisar a eficácia das políticas públicas de estímulo ao DL do município. Em especial, um dos representantes da iniciativa privada, E3, teve a oportunidade de atuar como observador participante do processo de emancipação do município e, portanto, a este representante foram direcionadas as questões relativas à evolução histórica, econômica, política e social de BFR, bem como a participação das organizações privadas na emancipação do município.

Aos historiadores e/ ou pesquisadores (E5, E6 e E7), foram dirigidas os questionamentos relacionados à evolução histórica, econômica, política e social de BFR e BF, bem como as condições de emancipação do município.

As questões relacionadas às políticas públicas de estímulo ao DL de BFR, papel e percepção dos atores locais sobre o DL e o tema violência e educação no município e na BF,

foram respondidas pelos atores políticos e representantes de classe (E8, E9, E10, E11 e E12). Um dos atores, mapeado como historiador/ pesquisador, atua igualmente na iniciativa privada e, portanto, a este representante (E4) foram direcionadas também questões relativas ao tema violência e educação no município.

3.3 Análise dos dados

A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (ORLANDI, 2005, p. 15).

A análise dos dados é uma das fases mais importantes da pesquisa, pois é a partir dela que serão apresentados os resultados e a conclusão da pesquisa, deixando margem para pesquisas posteriores (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Para as entrevistas e análise das respostas foi utilizada a proposta teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso (ACD). Após a etapa de realização e transcrição das entrevistas, o conteúdo das falas foi organizado em 05 (cinco) categorias analíticas respaldadas pela literatura que fundamenta o presente estudo, conforme detalhado no quadro abaixo (quadro 04). Vale ainda destacar que as categorias analíticas objetivam o alinhamento e atingimento dos objetivos gerais deste trabalho.

Categoria definida para análise crítica dos discursos	Tipo
Evolução histórica, econômica, política e social do município de BFR e da BF.	Base do referencial teórico
PP de estímulo ao DL do município de BFR.	Base do referencial teórico
Condições emancipação do município de BFR	Base do referencial teórico
Papel e percepção dos atores locais sobre o DL	Base do referencial teórico
A violência e educação no município de BFR e da BF.	Base do referencial teórico

Quadro 04 – Categoria definida para análise crítica dos discursos

Fonte: Elaborado pela autora

De acordo com Guimarães (2012), atualmente no Brasil existem duas vertentes de análise crítica mobilizadas: a Análise Crítica do Discurso, proposta pelo inglês Norman Fairclough, e a Análise Cognitiva (ou sóciocognitiva) do Discurso, proposta pelo holandês Teun Van Dijk. Para este estudo, a autora seguiu com a ACD engendrada pelo Norman Fairclough, doravante chamado Fairclough.

Como o próprio nome indica, a ACD trata do discurso⁴⁰ e procura compreender a língua enquanto trabalho simbólico constitutivo do homem e da história (ORLANDI, 2005). Ao usar o termo discurso, Fairclough (2001) propõe considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou mesmo reflexo de variáveis situacionais.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Para o autor, o uso de linguagem como forma de prática social tem várias implicações e a primeira, de que o discurso seja um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação (FAIRCLOUGH, 2001). A abordagem estabelecida na ACD propõe “(...) reunir a análise de discurso orientada linguisticamente e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem, na forma de um quadro teórico que será adequado para uso na pesquisa científica social e, especificamente, no estudo da mudança social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 89).

Segundo Fairclough (2001), o discurso, como prática política e ideológica, cria, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas, como classes, comunidades, grupos, entre outros, as quais existem relações de poder. A partir deste entendimento, propôs o modelo tridimensional, onde definiu a concepção de discurso, apoiando-se em três vertentes: texto, prática discursiva e prática social (figura 16).

⁴⁰ “A palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2005, p. 15).

Concepção tridimensional do discurso

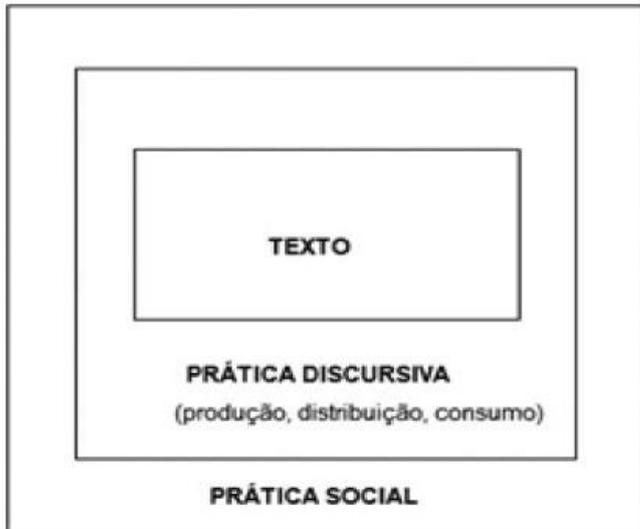


Figura 16 – Concepção tridimensional do discurso

Fonte: FAIRCLOUGH, 2001

Para Fairclough (2001), a análise textual apoia-se em quatro itens: vocabulário (que trata das palavras individuais), gramática (que se refere às palavras combinadas em orações e frases), coesão (ligação entre orações e frases) e estrutura textual, que trata das propriedades organizacionais de larga escala dos textos. Já a prática discursiva, envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, tendo sua natureza variável entre os diferentes tipos de discurso, conforme fatores sociais envolvidos. Quanto à prática social, esta dimensão propõe-se a investigar a matriz social do discurso, abrangendo seus respectivos efeitos políticos e ideológicos. Sua análise se dá por meio do texto, inserido dentro de um prisma maior, a prática discursiva sendo esta a responsável por intermediar o que está entre o texto e a prática social (FAIRCLOUGH, 2001).

Para análise dos resultados utilizou-se como referência a dimensão da prática social, a partir da relação entre ideologia e poder. Entretanto, a autora registra que não há uma metodologia preestabelecida para o desenvolvimento de uma análise, sugerindo que ela não deve seguir uma lógica predeterminada. Por esse motivo, optou-se pela liberdade do pesquisador na condução da investigação, utilizando esta essa técnica apenas como referência.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A língua é assim condição de possibilidade do discurso (ORLANDI, 2005, p. 22).

Segundo Gil (2008), a fase subsequente de uma pesquisa é a análise e interpretação dos dados. Para o autor, a análise tem como proposta organizar e sumarizar os dados coletados a fim de possibilitar o fornecimento das respostas aos problemas de pesquisa; e a interpretação, ampliar o sentido das respostas por meio da sua ligação a outros conhecimentos obtidos. De acordo com Triviños (1987), para obter valor científico, os resultados devem apresentar coerência, consistência, originalidade e objetivação, constituindo os aspectos internos e externos de uma verdade.

O presente capítulo apresentará os trechos extraídos das entrevistas realizadas, divididos por categorias de análise, a fim de apresentar de maneira detalhada os principais resultados encontrados. Vale ressaltar que dada à heterogeneidade constitutiva do discurso, segundo Fairclough (2001), partes específicas de um texto podem ser frequentemente ambivalentes, “(...) conferindo à análise de discurso o caráter de uma disciplina interpretativa e não diretamente descritiva” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 56).

De acordo com Orlandi (2005), diferentemente da análise de conteúdo, a ACD considera que a linguagem não é transparente e, portanto, não atravessa o texto a fim de encontrar um sentido. “Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade” (ORLANDI, 2005, p. 18).

É importante ressaltar que, possivelmente, nem todas as dimensões analíticas apresentadas por Fairclough (2001) fizeram parte deste estudo e as destacadas, são as que se tornaram evidentes nas formações discursivas apresentadas de acordo com as características do texto (FAIRCLOUGH, 2001).

4.1 Evolução histórica, econômica, política e social do município de BFR e da BF.

BFR é um jovem município localizado na periferia metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, caracterizado desde sempre como uma cidade dormitório, com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico. Esta categoria foi escolhida por apresentar uma visão geral dos entrevistados em relação aos aspectos relacionados à evolução histórica, econômica, política e social do município, especialmente após o período de emancipação e da própria BF.

No quadro 05, estão indicados trechos dos discursos presentes nas entrevistas realizadas, selecionados por melhor representarem a ideia principal apresentada pelos entrevistados em relação a presente categoria.

Amostras relevantes para as análises sobre a evolução histórica, econômica, política e social do município de BFR e da BF.

E5 “Historicamente tudo o que diz respeito ao crescimento político administrativo desse lugar, veio da classe média, da burguesia. Desde 1930, teve aqui a criação de uma classe média, juntamente com o ciclo da laranja, da fruticultura na região da Baixada Fluminense. Antes havia um interesse de se fazer um cinturão verde ao redor do município do Rio de Janeiro. Então houve a vinda de um grupo de imigrantes: eram portugueses, turcos, espanhóis, italianos. E eles criaram um centro ali ao redor da Praça Getúlio Vargas, da Eleaquim Batista. Eles foram criando um comércio variado. E aí começaram a criar clubes, cinemas. Nós éramos um pedaço do primeiro distrito da sede de Nova Iguaçu. Só em 1938 que passamos a ser o nono distrito. Essas pessoas se uniram muito nesse momento, até porque eles vinham de vários lugares e daí elas tinham uma rede de sociabilidade. Sabiam que uns dependiam dos outros para que as coisas acontecessem. Um precisava comprar do outro, um precisava consumir do outro, para todo mundo poder ter sucesso. Havia sim um sentido coletivo. Houve uma expansão da classe média muito significativa nesse momento, até que chegamos ao quarto distrito. Na década de 80 tínhamos aqui muito mais do que hoje nós temos, uma associação comercial muito forte. Nós tínhamos empresários que, apesar de poucas empresas, agiam muito mais em conjunto. Havia uma liderança”.

E6 “A população da Baixada é desassistida, acho que hoje ainda é. Quanto mais você volta para o passado é mais fácil perceber isso: que ela é desassistida de, digamos, uma atenção do poder público. Enquanto essa população ocupava a região na década de 50, 60 ficavam muito evidente na não preocupação. Ninguém tinha nenhuma preocupação com, por exemplo, saneamento básico, fornecimento de serviços mais básicos ainda que saneamento, como saúde, educação pra população. Essa população começou se virar, ela começou a ela mesma resolver os seus problemas. Isso ia, por exemplo, desde conseguir resolver coisas como saneamento básico, que não existia... como é que saíria das casas o esgoto? A solução, na década de 70, 60, são as famosas valas negras. A imprensa verificava isso como uma coisa muito caótica, mas pra população da Baixada, isso não era caótico, era uma solução que ela conseguia ter perante a inexistência de qualquer preocupação pública. Então ela começava a fazer valas e alguém começava a organizar como é que seria essa vala, podia passar no quintal do outro, por exemplo, então várias regras são estabelecidas. Lixo, por exemplo, não tem... nunca existiu... eu me lembro. Eu cresci... nasci e cresci na Baixada, eu já era adulto quando começou a ter recolhimento de lixo ali em Nova Iguaçu nas periferias, porque eu vivi em periferia”.

E7 “A Fazenda do Iguaçu era a mais importante produtora de açúcar do Mosteiro de São Bento. Conceição do Rio de Janeiro foi construída com recursos das fazendas da Ordem. A Ordem não tinha só a Fazenda do Iguaçu, ela tinha terras em Raiz da Serra, Inhomirim, Saracuruna, Ilha do Governador, depois Maricá, Niterói, Cabo Frio, Campos de Goitacazes. Coisa impressionante... E os beneditinos, no caso da nossa fazenda, eles ficaram aqui até 1922, então depois eles fizeram produção de arroz, sempre tiveram hortaliça, gado, criação de gado, telhas, tijolos, anil, cal, uma produção intensa. Depois vieram as carvoarias no século 19. Com as carvoarias, nós vamos começar a ver uma degradação ambiental maior porque vem um desmatamento muito brutal para a fabricação de carvão. A Baixada vira quase uma carvoaria. Então quando a gente pensa, por exemplo, na questão da laranja, que começa uma produção já no final do século 19, nem toda a Baixada foi só laranja. E mesmo no caso da Fazenda do Iguaçu, que tinha produção de laranja, não era uma produção tão larga porque ela tinha outras atividades produtivas, inclusive mineradora e cerâmica. E as próprias carvoarias, que era algo rentável porque o carvão era o petróleo da época. Nova Iguaçu tinha produção de laranjas de uma forma mais intensa, quase como monocultura, mas você não tem esse quadro pra toda a Baixada. A Fazenda do Brejo, por exemplo, em Belford Roxo, ela tinha uma produção que não era só de laranja. Pensar que a história da Baixada é laranja e depois loteamento, é pouco, porque é um território muito grande...”.

Quadro 05 – Amostras relevantes para as análises sobre a evolução histórica, econômica, política e social do município de BFR e da BF.

Fonte: Elaborado pela autora

Ao entrevistado E5, foi direcionada a questão relacionada aos impactos da emancipação para o município de BFR, considerando investimentos públicos, privados, participação política, grupos dominantes, segurança pública, entre outros que julgasse de maior relevância ao estudo. A partir da ACD, é possível verificar que o entrevistado está produzindo uma história por meio do diálogo (FAIRCLOUGH, 2001): “Historicamente tudo o que diz respeito ao crescimento político administrativo desse lugar, veio da classe média, da burguesia”. Parte da produção do discurso resgata a memória de uma época vivida: “Nós éramos um pedaço do primeiro distrito da sede de Nova Iguaçu. Só em 38 que a gente passou a ser o nono distrito”. Para Orlandi (2005), a memória, quando pensada em relação ao discurso, deve ser tratada como interdiscurso⁴¹.

Aos entrevistados E6 e E7, foram dirigidas questões relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico da BF, influenciado por três grandes ciclos econômicos: o ciclo da cana-de-açúcar, do café e o ciclo da laranja – sendo este último considerado o responsável pelo desenvolvimento acelerado da região (RODRIGUES, 2014; SIMÕES, 2006); assim como a transformação da terra agrícola em área urbana (SIMÕES, 2006).

A população da Baixada é desassistida, acho que hoje ainda é. Quanto mais você volta para o passado é mais fácil perceber isso: que ela é desassistida de, digamos, uma atenção do poder público. Enquanto essa população ocupava a região na década de 50, 60 ficavam muito evidente na não preocupação. Ninguém tinha nenhuma preocupação com, por exemplo, saneamento básico, fornecimento de serviços mais básicos ainda que saneamento, como saúde, educação pra população (ENTREVISTADO E6, 2018).

Ao referir-se ao desenvolvimento socioeconômico da BF, a linguagem do entrevistado E6 é construída a partir do processo parafrásico, caracterizado pelo dizível a memória, ou seja, em todo dizer há sempre algo que se mantém (ORLANDI, 2005). Neste caso, o total e completo descaso do poder público para com a população da BF.

Ainda na fala do entrevistado E6, é possível observar fragmentos de modalidade⁴² objetiva: “Lixo, por exemplo, não tem... nunca existiu... eu me lembro, né? Eu cresci... nasci e cresci na Baixada, eu já era adulto quando começou a ter recolhimento de lixo ali em Nova

⁴¹ O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos (ORLANDI, 2005).

⁴² A modalidade é compreendida como um ponto de intersecção no discurso, entre a significação da realidade e a representação das relações sociais, ou entre as funções ideacional e interpessoal da linguagem. Na modalidade, existe um comprometimento daquele que fala com suas proposições (FAIRCLOUGH, 2001). A modalidade pode ser subjetiva, no sentido de que a base subjetiva para o grau de afinidade selecionado com uma proposição pode ser explicitado: “penso /suspeito/ duvido que a terra seja plana”; ou objetiva, onde a base subjetiva está implícita: “a terra pode ser/ é provavelmente plana” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 200).

Iguaçu nas periferias, porque eu vivi em periferia”. Na modalidade objetiva, aquele que fala projeta seu próprio ponto de vista como universal (FAIRCLOUGH, 2001).

Já o discurso do entrevistado E7, foi (re) significado a partir da ruptura do processo de produção da linguagem, ao introduzir um elemento novo no contexto socioeconômico da BF: as carvoarias.

Então quando a gente pensa, por exemplo, na questão da laranja, que começa uma produção já no final do século 19, nem toda a Baixada foi só laranja. E mesmo no caso da Fazenda do Iguaçu, que tinha produção de laranja, não era uma produção tão larga porque ela tinha outras atividades produtivas, inclusive mineradora e cerâmica. E as próprias carvoarias, que era algo rentável porque o carvão era o petróleo da época (ENTREVISTADO E7, 2018).

A este processo, Orlandi (2005) atribuiu o nome de polissemia. Uma “(...) ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua” (ORLANDI, 2005, p. 34).

Coube ao entrevistado E7 atribuir um novo elemento a evolução histórica da BF e do próprio município de BFR: as carvoarias. “(...) uma coisa bastante surpreendente é que no caso das carvoarias, elas não foram o grande negócio só no século 19, mas até meado do século, praticamente... eu ousou dizer que a grande produção, por exemplo, de Belford Roxo, Caxias, eram as carvoarias e o negócio de madeira. Ainda hoje existem várias madeireiras na Washington Luiz”. Para o entrevistado E7, as carvoarias provocaram um brutal desmatamento da Mata Atlântica e da reserva que existia antes do ciclo cafeeiro.

Ao longo da revisão bibliográfica, tornou-se evidente o potencial econômico e o relevante papel da Baixada Fluminense na economia da cidade do Rio de Janeiro – desde os tempos de Império. Contudo, o Estado exerceu (e ainda exerce) forte influência no atual desenho da BF, seja na área da Saúde, Educação ou Segurança Pública. Para o entrevistado E2, existe um notório abismo que separa a capital do Estado da Baixada Fluminense: “(...) você vê isso por meio dos incentivos: o que acontece no hospital público da Baixada Fluminense e no hospital público do Rio. Na Baixada Fluminense as coisas são muito mais lentas e não existe uma preocupação do Governo do Estado com o todo. E com isso, claro, a violência aumenta”. E acrescenta, “Num passado recente todas as pessoas que estavam à margem da criminalidade eram oriundas do município e existia certo respeito, porque tinham participado de projetos sociais, de instituições patrocinadas pela iniciativa privada (...). Hoje a criminalidade da Baixada Fluminense basicamente é das pessoas que migraram da cidade do Rio de Janeiro pra cá, que não têm nenhuma referência com ninguém da população, o que

mostra a falta de preocupação do governo do estado do Rio de Janeiro com a Baixada Fluminense”. Observa-se que ainda hoje, cabe aos municípios da Baixada receber a massa populacional excluída do estado da Guanabara.

4.2 PP de estímulo ao DL do município de BFR.

Considerando que para efeito de análise do presente estudo foi utilizado o Plano Diretor (PD), que estabelece que o “desenvolvimento econômico do município deverá ser promovido com a adoção do princípio do desenvolvimento sustentável, para garantir a qualidade de vida da população atual de Belford Roxo e das futuras gerações” (LEI COMPLEMENTAR Nº 084 DE 12 DE JANEIRO DE 2007, p. 3), coube aos entrevistados E5, E9, E10 e E11 responder as questões relacionadas às potencialidades e sustentabilidade das atividades econômicas de BFR.

No quadro 06, estão indicados trechos dos discursos presentes nas entrevistas realizadas, selecionados por melhor representarem a ideia principal apresentada pelos entrevistados em relação a presente categoria.

Amostras relevantes para as análises sobre PP de estímulo ao DL do município de BFR.

-
- E4 “Tem uma coisa que eu gostaria de destacar no município de Belford Roxo que é a questão de couros e calçados. Embora seja de micro e pequenos empresários, mas ali é muito forte. Pra você ter uma ideia cerca de 60 microempresas ali produzem, na sua grande maioria na clandestinidade, sapatos tanto pra homem como pra mulher de altíssimo nível e revendem pras grandes empresas. A ideia era criar um cluster de couros e calçados. Belford Roxo tem, junto com o município de Duque de Caxias, cerca de 160 micros e pequenos empresários que trabalham nessa área de couros e calçados. (...). A grande maioria desses micro e pequenos trabalha, vamos chamar assim, como empresas de fundo de quintal. Não tem nenhum registro, não tem licenciamento. Eu atuei durante dois anos na prefeitura de Belford Roxo junto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico pra que a gente pudesse facilitar essa legalização. Criamos um grupo de trabalho junto com o SEBRAE, FIRJAN e Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Alguns empresários, cerca de uns cinco ou seis, entenderam a necessidade da legalização, mas a grande maioria entendia que era melhor trabalhar na informalidade. Quando você trabalha na informalidade você não consegue adquirir crédito, você não consegue ter uma legalização do teu serviço, aí o teu produto ele perde em qualidade. Não a qualidade de confecção, mas a qualidade pra poder demonstrar que aquele produto tem realmente um valor agregado”.
-

E9	<p>“A prefeitura é a principal empresa empregadora no município, a Bayer é a segunda. Mas perdeu-se muito. Nós temos agora a Lubrizol que graças a Deus declarou que vai investir 24 milhões de dólares. Vai ser bom pra indústria. Nós temos poucas indústrias no município, a gente precisa ainda de crescer mais, a gente precisa fortalecer mais nosso polo industrial, nosso polo industrial ainda é pequeno, né? Nós temos poucos... Nós tivemos umas duas reuniões já com o pessoal da FIRJAN e com o pessoal da CODIN⁴³. A gente tá tentando formatar um distrito industrial aqui em Belford Roxo. A gente tem uma área ali de 450 mil metros ali em frente à Bayer que nós vamos fazer um loteamento industrial, né? Essa área é uma área particular de uma empresa de São Paulo que nós estamos já em estudo, o projeto tá em estudo e aprovação e ela já vai ser agora no mês de julho, né? Algumas empresas já estão se reunindo pra se instalar algumas do ramo de cosmético, outras do ramo de química, outras empresas (patenteadas) nessa atração de ramo de sapato, outras empresas... cada um pegar um lote, né? A gente tá loteando essas empresas, 450 mil e a gente acredita que a gente vai dividir isso em pelo menos aí em umas 30 empresas esses 450 mil metros”.</p>
E10	<p>“O município tem muito dinheiro circulando na cidade. E esse dinheiro, ele é mal aplicado, mal administrado, mal gerido por esses agentes públicos. Então isso é um problema muito sério. Sei que tem verba carimbada e se você gerir bem e tal, dá pra fazer a revolução na rede de ensino, hoje relativamente pequena. (...). Quando eu comecei a andar no município, eu fui perguntar a prioridade pras pessoas e a prioridade das pessoas era primeiro asfalto. Elas não querem pisar na lama não. Esse é a primeira prioridade do morador de Belford Roxo. Querem saneamento. Querem que as suas ruas estejam asfaltadas e etc. O segundo é segurança pública. Que não era. Foi uma coisa recente, por conta de toda a redefinição da lógica da criminalidade na cidade. Teve uma redefinição, acontecendo na cidade hoje, inteira, que inclui inclusive o Batalhão, que é um agente novo nessa redefinição. E a insegurança. Era uma coisa importante pra eles e tal. E não queriam saber se era do estado, se era federal. Então assim, prefeito, município tem que se dedicar à questão da segurança. E o terceiro é transporte público. Foram as três principais reivindicações diretas dessa população. Saúde e educação apareciam na quinta. Na quarta e na quinta. Educação na verdade é a quinta pra eles. Porque ainda vinha saúde”.</p>
E11	<p>“O que a gente percebe ali em Belford Roxo é que tem um potencial muito forte para o empreendedorismo, economia criativa e economia colaborativa, mas no município que as pessoas no centro ainda convivem com esgoto a céu aberto, potencialidade como essa exige um nível de organização que eu não consigo ver ali ainda. (...) Belford Roxo não tem um shopping, tem uma galeria, que tem algumas lojas e que é muito mal frequentado. Engraçado, continua sendo um município que explora vender fogão, geladeira, máquina de lavar. Ainda tem ali muita loja de roupa, muita loja de calçado, com aquele mesmo esquema: o cara na porta da loja com um microfone falando das promoções, fazendo aquela velha piada, "mulher bonita não paga, mas também não leva". A impressão que eu tenho é que o centro roda o estilo 1980, 1970, chegando ali em 90 no máximo. (...) não tem muito lugar pra ir, né? Se não faz ali no centro, não faz em lugar nenhum. (...). Eu conheço uma rede de pessoas que estão tentando se organizar pra fazer feiras de empreendedores para tentar potencializar a economia local. E são pessoas que querem apostar em Belford Roxo. (...) Por ser alto o índice de desemprego, as pessoas estão sendo forçadas a se virar, a empreender à sua própria maneira. Vejo um potencial empreendedor ali e vejo um associativismo, que permite uma colaboração. Vejo que eles conseguem construir coisas juntos, mas eu não percebo a prefeitura abraçando isso”.</p>

Quadro 06 – Amostras relevantes para as análises sobre PP de estímulo ao DL do município de BFR.

Fonte: Elaborado pela autora

A todos os entrevistados, E4, E9, E10 e E11, foram direcionadas questões relacionadas à existência de parcerias/ projetos/ ideias voltadas para o desenvolvimento socioeconômico de BFR e/ ou, ainda, quais deveriam existir para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do município.

⁴³ Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro.

Na linguagem adotada pelo entrevistado E9 percebe-se a polidez, caracterizada como “conjunto de estratégias da parte dos participantes do discurso para mitigar os atos de fala que são potencialmente ameaçadores para sua própria 'face' ou para a dos interlocutores” (FAIRCLOUGH, 2001. p. 203). O discurso foi proferido conforme o nível de exposição que o entrevistado quis demonstrar sobre o tema abordado, sendo cuidadoso com seu discurso: “Nós temos poucas indústrias no município, a gente precisa ainda de crescer mais, a gente precisa fortalecer mais nosso polo industrial, nosso polo industrial ainda é pequeno, né?”.

Quanto aos entrevistados E4, E10 e E11, observa-se uma formação discursiva voltada para a linguagem atribuída às potencialidades e sustentabilidade das atividades econômicas de BFR.

Tem uma coisa que eu gostaria de destacar no município de Belford Roxo que é a questão de couros e calçados. Embora seja de micro e pequenos empresários, mas ali é muito forte. Pra você ter uma ideia cerca de 60 microempresas ali produzem, na sua grande maioria na clandestinidade, sapatos tanto pra homem como pra mulher de altíssimo nível e revendem pras grandes empresas. A ideia era criar um cluster de couros e calçados (ENTREVISTADO E4, 2018).

Esse é a primeira prioridade do morador de Belford Roxo. Querem saneamento. Querem que as suas ruas estejam asfaltadas e etc. O segundo é segurança pública. (...). E o terceiro é transporte público. Foram as três principais reivindicações diretas dessa população (ENTREVISTADO E10, 2018).

O que a gente percebe ali em Belford Roxo é que tem um potencial muito forte para o empreendedorismo, economia criativa e economia colaborativa, mas no município que as pessoas no centro ainda convivem com esgoto a céu aberto, potencialidade como essa exige um nível de organização que eu não consigo ver ali ainda. (ENTREVISTADO E11, 2018).

Na formação discursiva, o sentido é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio histórico em que as palavras são produzidas (ORLANDI, 2005). Para os entrevistados E5, E9, E10 e E11, torna-se clara a existência de potencial socioeconômico no município de BFR face as iniciativas atualmente empreendidas, independentemente da existência de estímulos e/ ou incentivos do poder público municipal, ao utilizar, intradiscursivamente, as expressões “microempresas”, “cluster”, “empreendedorismo”, “economia criativa e economia colaborativa”. Contudo, o discurso também é caracterizado como essencial e imperativo o estabelecimento de políticas públicas essenciais ao desenvolvimento do município: “asfalto”, “segurança pública”, “transporte público”, e “esgoto a céu aberto”.

De acordo com o entrevistado E9, o município de BFR mantém características de uma economia típica dos anos 70-80-90: “A impressão que eu tenho é que o centro roda o estilo 1980, 1970, chegando ali em 90 no máximo”. Para Nurkse (1951), o círculo vicioso do

sistema estacionário é real, porém superável, podendo ser quebrado por meio da aplicação planejada de capital em diferentes indústrias, o que permitiria a ampliação geral do mercado e o aproveitamento da renda e do próprio capital. De acordo com o autor, a inovação poria em prática novas combinações de fatores produtivos, lançando mercadorias inteiramente novas e promovendo uma onda de investimentos em indústrias diferentes (NURKSE, 1951). Contudo, em algumas áreas subdesenvolvidas, as forças para derrotar os efeitos da estagnação econômica precisam ser organizadas pelo Estado, por meio de uma ação coordenada e empreendimento coletivo – ações essas que não têm sido percebidas pelos atores locais entrevistados (E4, E10 e E11).

4.3 Condições emancipação do município de BFR

Esta categoria complementar o referencial teórico que abordou as condições de emancipação do município de BFR.

No quadro 07, estão indicados trechos dos discursos presentes nas entrevistas realizadas, selecionados por melhor representarem a ideia principal apresentada pelos entrevistados quanto à compreensão e a percepção dos aspectos relevantes ao processo de emancipação.

Amostras relevantes para as análises sobre as condições emancipação do município de BFR

E3 “Nova Iguaçu é na verdade parte do que era no passado. A Bayer era só mais uma das empresas dentro do município de Nova Iguaçu, uma das principais, mas era só mais uma delas. E, a partir do momento que passou a se ficar dentro de Belford Roxo, a Bayer passou a ser a empresa de Belford Roxo. Ela sempre foi, pra Belford Roxo, a empresa de Belford Roxo. Mas para nova Iguaçu acabava sendo mais uma empresa em Nova Iguaçu”.

E5 [A Associação Comercial, inclusive, com a representação da Bayer, capta de alguma maneira, o desejo de emancipação. A associação começa, "(...) mas sabe que seria uma coisa boa esses empresários terem uma força política maior, terem a prefeitura mais perto, poder ter uma interlocução melhor com esses políticos, com o executivo. Pertencer a essa administração pública". E isso começou a dominar o pensamento das pessoas que estavam lá na associação. Então eles criaram a CEBER, que era a Comissão de Emancipação de Belford Roxo. Então eles fizeram campanhas para o plebiscito, porque precisava ter um plebiscito. Fizeram a campanha, acho que foram duas vezes, mas nas duas vezes não houve quórum. Só que da segunda vez fizeram uma manobra e conquistaram a coisa no tapetão mesmo. Foi no tapetão e foi assim com várias manobras. Diminuíram o número de eleitores através de uma diminuição do território. Fizeram jogadas assim com o próprio TRE, com os políticos, deputados e tal. Fizeram uns arranjos de forma a diminuir o quórum para poder fazer chegar ao número de eleitores que precisava ter, para ter gente a justificar].

E06 [Então você tem toda uma elite local, inclusive a Bayer, que tinham um desejo de que quem ia assumir o governo em Belford Roxo era alguém das elites locais. Estava mais ou menos claro que quem deveria assumir era alguém ali ligado ao comércio, àquelas famílias importantes. Só que o Joca já era vereador por Nova Iguaçu na época da emancipação. É muito engraçado: eu cheguei à Câmara Municipal de Nova Iguaçu e perguntei ao secretário: "olha, como é que eu tenho acesso aqui aos discursos do Joca, aos projetos de lei do Joca e tal?", aí ele riu da minha cara e falou assim, "o Joca nunca fez discurso nenhum e nunca fez projeto de lei nenhum. Ele veio aqui, já veio com a perna quebrada, veio engessado, chegou aqui, pediu uma licença, nunca mais voltou à câmara. Ele ficava lá no comitê eleitoral dele lá, nos comitês onde ele prestava serviço pra população. Ele não vinha à Nova Iguaçu, ele ficava em Belford Roxo", e ia apresentando atestados médicos o tempo todo pra poder se manter em Belford Roxo. (...). Depois que Belford Roxo se emancipa, a elite local quer que alguém dela mesmo assuma. Só que o Joca já era uma figura importante. A elite conversa com o Joca pra ele ser o vice. Mas acontece que ele tem pretensões maiores, e a população de Belford Roxo apoiava o Joca, e ele sabia que a população o apoiava muito mais do que qualquer membro da elite local. O que ele faz? Ele passa por cima dessa gente toda, ele muda de partido e lança candidatura própria, e aí inverte o jogo, alguém da elite vira o vice dele e ele é o cara principal].

Quadro 07 – Amostras relevantes para as análises sobre as condições emancipação do município de BFR

Fonte: Elaborado pela autora

Aos entrevistados E3, E5 e E6, foram dirigidas as questões relacionadas à percepção sobre as razões que levaram a emancipação do município de BFR, como ela ocorreu, assim como os interesses envolvidos, principais atores, expectativas dos cidadãos, participação de empresas, participação de organizações, lideranças marginais, entre outros de relevância ao presente estudo.

O trecho em destaque do entrevistado E3 pode ser considerado como modalidade subjetiva, caracterizado por uma gama um tanto difusa de formas de manifestação de vários graus de afinidade: “E, a partir do momento que passou a se ficar dentro de Belford Roxo, a Bayer passou a ser a empresa de Belford Roxo. Ela sempre foi, pra Belford Roxo, a empresa de Belford Roxo. Mas para nova Iguaçu acabava sendo mais uma empresa em Nova Iguaçu”. A fala do entrevistado E3, não clarifica a participação da Bayer no processo de emancipação, e faz referência apenas à sua participação na construção do novo município:

No início do município a empresa apoiou com algumas doações importantes. Por exemplo, a Defesa Civil de Belford Roxo quem montou foi praticamente a Bayer que ajudou a montar: doou um espaço, doou equipamentos para poder montar a estrutura da defesa civil e isso há vinte e cinco anos atrás né. A Bayer ajudou a estruturar os principais órgãos. (ENTREVISTADO E3, 2018).

A fala dos entrevistados E5 e E6 possuem elementos da intertextualidade, podendo, a partir deles, transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gêneros, discursos) para gerar novos textos (FAIRCLOUGH, 2001). Especialmente, o discurso relacionado às condições do plebiscito que assegurou processo de emancipação do município de BFR.

Fizeram a campanha, acho que foram duas vezes, mas nas duas vezes não houve quórum. Só que da segunda vez fizeram uma manobra e conquistaram a coisa no tapetão mesmo. Foi no tapetão e foi assim com várias manobras. Diminuíram o número de eleitores através de uma diminuição do território. Fizeram jogadas assim com o próprio TRE, com os políticos, deputados e tal. Fizeram uns arranjos de forma a diminuir o quórum para poder fazer chegar ao número de eleitores que precisava ter, para ter gente a justificar (ENTREVISTADO E5, 2018).

Outro ponto de destaque refere-se à força política do Joca, fundamental para sua elegibilidade como 1º prefeito do recém-município emancipado de Nova Iguaçu: “(...) e a população de Belford Roxo apoiava o Joca, e ele sabia que a população o apoiava muito mais do que qualquer membro da elite local. O que ele faz? Ele passa por cima dessa gente toda, ele muda de partido e lança candidatura própria, e aí inverte o jogo, alguém da elite vira o vice dele e ele é o cara principal” (ENTREVISTADO E6, 2018).

Para o entrevistado E6, Joca assumiu a liderança porque, na verdade, essa liderança já havia sido doada pela própria população, face às práticas clientelistas exercidas por ele aos Belford-Roxenses.

O tipo de liderança do Joca tem a ver com as práticas da própria população. O Joca é um sujeito que era pobre e vai ascendendo de um jeito não muito, digamos, honesto. Essa coisa de roubar carga no Rio não é nova, e o Joca comprava as cargas roubadas. E nessa de comprar cargas roubadas, ele abriu uma loja de material de construção, pegou uma Brasília velha, aquele carro de muito tempo atrás e colocou no nome dele lá, "Joca, o homem que ama Belford Roxo". Joca era escrito com J, coraçãozinho, C, A, "o homem que ama Belford Roxo", e transformou a Brasília em ambulância. Disponibilizou um telefone, naquela época telefone era uma coisa pra rico e as pessoas podiam ligar pra ele a qualquer hora da noite, que ele carregava gente pros hospitais. Esse tipo de prática já era comum entre a população da Baixada em geral, né? Só que o Joca instrumentaliza esse tipo de prática. Esse clientelismo básico, essa coisa que todo mundo hoje em dia que é político tenta fazer, o Joca já fazia, só que não exatamente com uma intenção política clara, pois não estava inserido em partido nenhum... não estou dizendo que ele não tinha interesses, ele tinha interesses políticos, mas a população não enxergava as coisas dessa maneira. A população enxergava assim, "esse cara é um sujeito bom, ele ajuda, quando morre alguém ele dá o caixão. Quando eu tenho dívidas ele me ajuda com um dinheirinho aqui pra pagar isso", e principalmente, "quando alguém me ameaça, eu vou até ele, digo quem é e ele mata o cara" (ENTREVISTADO E6, 2018).

Especialmente, a fala do entrevistado E6 evidencia o tipo de liderança que Joca exercia: liderança marginal, atuando na facilitação das ações populares de resolução de problemas práticos, mantendo-se, para isso, à margem de qualquer esfera oficial do poder político (MAIA; RODRIGUES, 2009; MONTEIRO, 2013). Segundo Bezerra (1999), atos de generosidade, favores e serviços prestados contribuem para, antes de qualquer coisa, para o

estabelecimento de uma relação de domínio pessoal. E, sob esta ótica, BFR elege seu primeiro prefeito.

4.4 Papel e percepção dos atores locais sobre o DL.

O objetivo de análise desta categoria é acrescentar à teoria a compreensão dos entes sobre o papel e a percepção dos atores locais sobre o DL.

No quadro abaixo (quadro 08), estão apresentados trechos dos discursos presentes nas entrevistas, selecionados por melhor representarem a ideia principal da presente análise.

Amostras relevantes para as análises sobre o papel e percepção dos atores locais sobre o DL

E1	“De forma geral, eu diria que o mais importante seria com a geração de emprego. Porque a inovação, no final, vai parar nos produtos e ela é feita na maior parte fora do Brasil, quer dizer, a gente importa inovação e processa aqui em Belford Roxo na formação dos produtos. (...). O fato de sermos uma empresa inovadora permite que a gente possa ficar no mercado e possa gerar emprego. Então eu diria que para Belford Roxo esse seria o mais importante”.
E2	“A Bayer tem um papel primordial em Belford Roxo, por ser diferente de outros locais, onde você acaba dividindo entre as empresas. Aqui não, aqui Belford Roxo é a Bayer. Tanto que pode notar que no próprio escudo, o brasão do município tem a Bayer, o que já mostra a importância que a Bayer tem dentro do município. Gera empregos diretos e indiretos. Temos aqui vários parceiros e empresas prestadoras de serviço, que emprega, em sua grande maioria, profissionais de Belford Roxo. (...) tem um outro papel que é fundamental porque a própria prefeitura utiliza a Bayer como argumento pra conseguir incentivos junto ao município. Temos alguns projetos sociais destinados ao município, que também não deixa de ser investimentos. Temos uma escola de futebol que atende em média 250 crianças/ ano. Temos um projeto na área ambiental, que é o Escola Verde, e temos também um reforço alimentar junto à ONGs e comunidades locais, que existe uma distribuição para ONGs cadastradas e associações de moradores cadastradas. Acho que esses são os principais investimentos que a gente pode falar a nível social. E o econômico é a sustentabilidade do nosso negócio e respeito ao meio ambiente e as pessoas. Esse é o principal investimento da Bayer dentro do município de Belford Roxo”.
E8	“Nós ficamos espremidos, dentre essas duas grandes cidades da baixada, ficamos espremidos entre Nova Iguaçu e Caxias. Nova Iguaçu tem uma indústria química, né? Farmacêutica, de indústria de beleza muito importante e um comércio muito forte. Caxias com a Reduc, a indústria do petróleo e também um comércio muito importante. Nós não conseguimos desenvolver outra vocação. (...). Então eu sinto que esses municípios, que são próximos à gente, conseguiram um viés de desenvolvimento e de geração de emprego e renda. Nós não conseguimos. A nossa cidade é densamente povoada, sem dinâmica econômica e com a população servindo apenas de mão de obra barata para indústria e para o comércio dessas outras localidades. Então o nosso desenvolvimento foi um desenvolvimento que se baseou nisso, se baseou em fornecedor de mão de obra de baixa qualificação. (...) sempre se diz que o viés para se mudar esse baixo desenvolvimento social e econômico é a educação. Em Belford Roxo mais do que nunca porque nós não temos... nós não temos áreas disponíveis para instalação de indústrias agora, até porque também a dinâmica do Rio de Janeiro nem permite muito essa atração, mas ainda que o Rio de Janeiro atraia capital industrial, Belford Roxo não é um dos candidatos porque não tem área pra isso. (...) a gente só tem uma saída, é investir no nosso povo, na nossa população. A gente precisa qualificar a nossa população pra que pelo menos a ocupação profissional dela, ocupação profissional dos nossos munícipes seja de melhor qualidade”.

E9	<p>“Na minha percepção hoje é o serviço, área de serviço. Nós já temos crescido muito, por exemplo, esse nós conseguimos trazer para o Shopping Nova Belford a academia Smart Fit, uma rede de academias inteligentes, que tem a expectativa de já render para o município, uma rentabilidade de ISS de 25 mil reais por mês, né? E o serviço aqui, por exemplo, onde nós estamos tem os cartórios, né? Cartórios e, enfim, tudo que for serviço a gente tá acreditando muito nesse mercado. E mais, né, nós estamos discutindo com o prefeito e com mais alguns secretários, com o pessoal da secretaria de fazenda algumas ideias, inclusive alguma ideia de atrair um nicho de desconto de baixar, por exemplo, o ISS pra que despachantes instalem sua empresa aqui e tenham a redução de ISS pra que instalem a sua empresa aqui e a gente consiga atrair algum tipo de empresas, né, pra que a gente consiga trazer mais serviços pro município? A gente precisa diminuir no município essa questão de ser tão doméstico, né? Cidade-dormitório, a gente precisa que o município seja mais independente”.</p>
E10	<p>“Eu acho que têm dois movimentos pra você romper o ciclo da pobreza. O primeiro é educação. É formação. E aí não só formação técnica, mas formação superior. (...) eu sempre dou o exemplo da minha própria trajetória, assim. Se eu não tivesse feito curso superior em História, numa faculdade popular e modesta e tal, hoje, provavelmente eu era pedreiro. Não é nenhum demérito em ser pedreiro. (...) mas se você for pensar na lógica social capitalista, tanto em termos financeiros como em termos de qualidade de trabalho, de esforço, etc., era melhor ser professor. O segundo caso, que tem a ver mais com essa pergunta aí, têm a ver com o empreendimento. Porque em Belford Roxo a gente tem muito empreendedor. Muito, muito, muito, muito. Muita gente empreendendo. Desde o botequinho, que o cara vende a cachaça lá até os caras dos salões de beleza, os donos de padaria, enfim. Tem muito. Têm muitos empreendimentos, de tudo quanto é gosto. E é por isso inclusive, da multiplicação das igrejas evangélicas. Porque pra você ser um pastor evangélico, desse jeito que as pessoas são – que eu discordo – tem que ser empreendedor também. Você tem que alugar uma loja. Ver naquela loja ali, que funcionava um hortifrúti, conseguir vislumbrar que aquilo ali pode ser uma igreja. (...) e é por isso que têm muitas igrejas. Porque tem muita gente empreendendo. Aí o meu empreendimento aqui não vai alterar nada pro estado, porque as igrejas têm isenções fiscais. E é um problema isso. É outra discussão, mais ampla. Mas se você pensar no indivíduo ali, na ação daquele indivíduo, daquela família, de montar a igreja, não deixa de ser um empreendimento, né? A lógica é muito parecida. E tem muito aqui. E aí é um processo que tem que se ter na cidade é formação pra esses empreendedores. Porque muitos estão no empreendimento, mas não tem noção do que fazer. De como potencializar os seus serviços”.</p>
E12	<p>“(...) o município precisa estar na mão de gestores responsáveis e que queiram fazer essa discussão. Eu não vejo essa boa vontade. Então não adianta você levar nenhum tipo de proposta porque ela não vai avançar. Como é que um gestor público vai desenvolver políticas públicas com um senso desatualizado, com informação que não é fidedigna? Eu compreendo que um gestor público ele tem que ter as informações, todas elas em mãos, pra que ele consiga saber aonde ele vai atacar. (...) Quer dizer, não estão preocupados com a questão do desenvolvimento do município. Eles estão preocupados com números, quanto vai chegar em dinheiro pra fazer sabe-se lá o que”.</p>

Quadro 08 – Amostras relevantes para as análises sobre o papel e percepção dos atores locais sobre o DL

Fonte: Elaborado pela autora

Barquero (2000) argumenta que a difusão do conhecimento e da inovação, a organização flexível da produção, as economias da urbanização e a densidade institucional, são determinantes para o aumento da produtividade e do desenvolvimento local. Diante deste contexto, aos entrevistados E1 e E2, couberam a seguinte questão: considerando que a promoção na produtividade e na competitividade das cidades depende também das inovações nas empresas, de que forma o potencial inovativo da iniciativa privada presente no município tem contribuído para o desenvolvimento de BFR?

Para ambos, a geração de emprego é a principal contribuição da iniciativa privada para o desenvolvimento do município: “De forma geral, eu diria que o mais importante seria com a geração de emprego” (ENTREVISTADO E1, 2018). Outras iniciativas foram citadas como contributivas, entre elas, as parcerias junto a ONGs do município e projetos sociais, que são entendidos como investimentos:

Temos alguns projetos sociais destinados ao município, que também não deixa de ser investimentos. Temos uma escola de futebol que atende em média 250 crianças/ano. Temos um projeto na área ambiental, que é o Escola Verde, e temos também um reforço alimentar junto à ONGs e comunidades locais, que existe uma distribuição para ONGs cadastradas e associações de moradores cadastradas. Acho que esses são os principais investimentos que a gente pode falar a nível social. E o econômico é a sustentabilidade do nosso negócio e respeito ao meio ambiente e as pessoas. Esse é o principal investimento da Bayer dentro do município de Belford Roxo (ENTREVISTADO 02, 2018).

Aos entrevistados E8 e E9, foram dirigidas a questão relacionada às vocações econômicas do município de BFR que devem ser exploradas de forma a impulsionar o DL. Observa-se que para o Secretário de Educação (E8), a população de BFR serve de mão-de-obra barata para o município e para as demais localidades da BF. A saída é por meio da educação. “Então o nosso desenvolvimento foi um desenvolvimento que se baseou nisso, se baseou em fornecedor de mão-de-obra de baixa qualificação. (...) sempre se diz que o viés para se mudar esse baixo desenvolvimento social e econômico é a educação”. Para o entrevistado E9, a vocação econômica do município está na área de Serviços e, enquanto Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, tem feito esforços para atrair empresas de prestação de serviços por meio de incentivos fiscais, como exemplo, a redução de ISS. Através do seu discurso, percebe-se que a cidade é reconhecida, pelo poder público municipal, como cidade-dormitório: “A gente precisa diminuir no município essa questão de ser tão doméstico, né? Cidade-dormitório, a gente precisa que o município seja mais independente” (ENTREVISTADO E9, 2018).

Reconhecemos porque é um município que em 27 anos nunca foi feito nada pelo município, 27 anos foi um município que foi simplesmente abandonado. O grupo que estava aqui eles não tinham iniciativas que pensava no crescimento do município, não existia... não tinha uma estratégia pra diminuir a pobreza do município, não tinha uma estratégia pra pensar no crescimento. Hoje você anda no município, você anda no nosso calçadão (...). Os comerciantes, nossos empresários estão otimistas porque há 27 anos o calçadão era abandonado, né, tudo abandonado. E há um ano e meio, né, um ano e sete meses da nossa gestão nós estamos tentando resgatar esse... otimismo, né? É muito trabalho, tem muito trabalho pela frente (ENTREVISTADO E9, 2018).

Aos entrevistados E10 e E12, coube à questão relacionada ao ciclo vicioso da pobreza e a existência de ações exógenas, principalmente por meio de Políticas Públicas, que possibilitem mudar este quadro. Para o ex-candidato ao cargo de prefeito do município de BFR (E10), existem dois movimentos para romper o ciclo da pobreza: educação e empreendedorismo:

E aí não só formação técnica, mas formação superior. (...) eu sempre dou o exemplo da minha própria trajetória, assim. Se eu não tivesse feito curso superior em História, numa faculdade popular e modesta e tal, hoje, provavelmente eu era pedreiro. E assim, não é nenhum demérito em ser pedreiro. (...) mas se você for pensar na lógica social capitalista, tanto em termos financeiros como em termos de qualidade de trabalho, de esforço, etc., era melhor ser professor. O segundo caso, que tem a ver mais com essa pergunta aí, têm a ver com o empreendimento. Porque em Belford Roxo a gente tem muito empreendedor. Muito, muito, muito, muito. Muita gente empreendendo (ENTREVISTADO E10, 2018).

É por meio da intervenção externa, com a garantia dos direitos civis e políticas públicas de inclusão social, que se torna possível quebrar o ciclo vicioso da pobreza e gerar um processo virtuoso de inclusão social e melhoria da qualidade de vida (MYRDAL, 1965).

Contudo, tanto o entrevistado E10, quanto para o entrevistado E12, a falta de gestão e de gestores públicos qualificados para o papel que atualmente exercem, limita o desenvolvimento das ações exógenas necessárias. “Como é que um gestor público vai desenvolver políticas públicas com um senso desatualizado, com informação que não é fidedigna?” (ENTREVISTADO E12, 2018).

4.5 A violência e educação em BFR e na BF.

O objetivo de análise desta categoria é acrescentar à teoria a compreensão dos entes sobre a violência e educação não somente no município de BFR, mas na BF.

No quadro abaixo (quadro 09), estão apresentados trechos dos discursos presentes nas entrevistas, selecionados por melhor representarem a ideia principal desta análise.

Amostras relevantes para as análises sobre a violência e educação em BFR e na BF.

E1 “A violência aumenta e a gente fica preocupada não só em Belford Roxo, mas com todo o acesso até Belford Roxo, com a Dutra. E isso afeta a gente, assusta os visitantes que acabam minimizando viagens à Belford Roxo de pessoas fora do Rio e atrapalha um pouco o dia a dia, de forma geral. A gente têm que aumentar o investimento de segurança, investimentos que poderiam ter sido usados pra outras coisas”.

E2	<p>“Não sei muito bem qual seria o nível aceitável pra violência. Mas a gente sempre vivenciou a violência. Em momentos com maior intensidade, em momentos com menor intensidade. Existe sim uma preocupação muito grande em todos os níveis, municipal, estadual, federal, em relação à violência. (...) a Baixada Fluminense ela é esquecida, isso é claro. Tudo acontece aqui por último. Se você observar, a questão, por exemplo, de transporte público, metrô, condições das linhas de trem da Baixada Fluminense e fazer um comparativo nos últimos, sei lá, 15, 20 anos. O que evoluiu na Baixada Fluminense e o que evoluiu na cidade do Rio de Janeiro, é assustador. Nós temos uma população extremamente carente. Você pega o hospital (...), e vê os incentivos, o que acontece no hospital público da Baixada Fluminense e no hospital público do Rio, você vê o abismo que separa. Então realmente na Baixada Fluminense as coisas são muito mais lentas e não existe uma preocupação do Governo do Estado com o todo. Isso aí pra mim também é notório. E com isso, claro, a violência aumenta”.</p>
E4	<p>“O estado está vivendo o problema de violência muito grande. Muitas empresas que estavam situadas na Região Metropolitana elas não tão saindo da Região Metropolitana indo para o interior do estado, elas tão indo pra outros estados, né? Então acho que o problema de Belford Roxo é o mesmo problema de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, toda a Baixada Fluminense está envolvida. Eu não destacaria hoje Belford Roxo como “o problema de Belford Roxo é a violência” não, o problema da baixada e do estado do Rio de Janeiro é a violência, sabe?”.</p>
E5	<p>“Eu vejo assim, o aumento da violência está diretamente ligado à criação das UPPs e as invasões de morro no Rio de Janeiro. O que a gente está vivendo esse ano, no final do ano passado, no início desse semestre especificamente, está sendo assim uma coisa, que nunca a gente viveu, nunca, nunca, nunca. A intervenção no Rio, só aconteceu no Rio, aqui não chegou. Há uma maquiagem no Rio de Janeiro (...). Primeiro a maquiagem com as UPPs, aí a gente sofreu um primeiro impacto, depois a segunda maquiagem foi a invasão da Rocinha. Lembra que o helicóptero passava e aqueles homens iam fugindo? A impressão que a gente teve é que eles iam fugindo todos aqui para Belford Roxo. Chegou uma turma aqui, começaram a assediar os alunos. A gente teve várias tentativas de assalto, que os nossos seguranças reagiram, atiraram, graças a Deus não atiram para pegar em ninguém, mas nós levamos muitos sustos. Eram meninos muito jovens, muito jovens, A característica era assim: muito jovens e muito bem armados”.</p>
E8	<p>“Nossa prioridade hoje número um hoje é universalizar realmente a educação. (...). Tínhamos quase 10% da população em idade escolar fora da escola, hoje esse número em nível Brasil tá bem equacionado, mas aqui em Belford Roxo nós encontramos ainda essa dificuldade de uma oferta um pouco desigual em relação as nossas microrregiões de matrículas. Então nós temos regiões do município que têm uma carência muito grande de matrículas na educação infantil, nas duas pontas, e nos anos finais do ensino fundamental. Então nós estamos trabalhando nisso, nós estamos em construção de 11 novas creches, quatro em parcerias com o Governo Federal, as outras seis... sete com recursos próprios do município e também estamos construindo mais três escolas pra oferecer mais vagas pra gente conseguir, através do viés da educação, investir na nossa população nesse termo. Dentro do que a gente já tem como estrutura, nós também temos investido no ensino em tempo integral, trabalhando no contra turno tanto com o programa que o Governo Federal já nos disponibiliza que é o novo Mais Educação. Nesse contra turno, eles têm a oportunidade de fazerem mais uma refeição além da refeição que eles fazem no turno regular, e isso em Belford Roxo faz uma diferença muito grande porque muito das famílias que nós atendemos só tem durante a semana garantida de fato a refeição que a criança faz no colégio, então quando ela tá no tempo integral, ela tem mais uma refeição garantida”.</p>
E11	<p>“Então, eu acho que está muito atrelado à questão da violência, do desinteresse dos alunos. E talvez o desinteresse dos alunos seja também uma questão de representatividade, que bate exatamente no valor da educação pra essas pessoas. Se eles não conseguem enxergar ninguém que, via educação, transformou a sua vida, educação meio que não tem valor. Desconheço ações pra melhoria disso. Se está acontecendo, é muito recente, e talvez fruto desse novo prefeito. Tenho muitos amigos que são professores, muitos mesmo, mas nenhum deles são professores de Belford Roxo e querem dar aula em Belford Roxo, porque paga mal, querem dar aula em Caxias”.</p>

E12 “A questão da violência é assustador. Com relação aos investimentos, nós fazemos esse debate com as empresas. E aí é extremamente preocupante o que a gente escuta de algumas empresas, que é assim, não só as empresas que querem vim pra cá elas agora... elas repensam isso, têm repensado isso, como as que estão, pensam em sair. Então a gente tem algumas empresas no município de Belford Roxo que foram diretamente e estão sendo diretamente afetadas pela violência e muito provavelmente, se isso não for resolvido, elas vão embora do município. E aí o prejuízo pro município é imensurável. Não é uma situação em que você consegue atrair mais investimento, agora é uma situação em que você precisa tentar trabalhar pra manter o que já tem, porque o risco hoje é perder”.

Quadro 09 – Amostras relevantes para as análises sobre a violência e educação em BFR e na BF.

Fonte: Elaborado pela autora

A violência, segundo Agudelo (1990), é propiciada pela existência de desigualdades de direitos, o que a caracteriza como atividade essencialmente humana, exercida pelo homem como membro de uma determinada sociedade. Para os entrevistados da iniciativa privada, E1 e E2, a violência é fruto da ausência de investimentos em políticas públicas inclusivas, especialmente, na área da educação:

Não existe um incentivo, uma intenção verdadeira do poder público em atuar na educação. Todos os governos sempre tinham como um dos principais elementos a educação, mas a gente não vê isso na prática. A gente vê as escolas com várias carências, tanto estruturais como de materiais, carências na formação. A gente vê uma população com dificuldade de colocar suas crianças na escola, devido até à própria questão de renda familiar. Então eu acho que é o problema que se enfrenta no Brasil, entendeu? Tirando raras exceções, não existe uma verdadeira intenção em investir recursos públicos na educação (ENTREVISTADO E2, 2018).

Aos entrevistados E4 e E12, designou-se a seguinte questão: considerando os estudos realizados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), que revelam que no município de Belford Roxo há localidades com altos índices de violências, conhecidas pelas histórias de disputas entre facções criminosas do tráfico de drogas, o quanto o tema violência pode ser uma barreira para o desenvolvimento local e investimentos do setor privado? Para o ex-representante FIRJAN, E4, o tema violência não é um problema local e sim da BF e do próprio estado do Rio de Janeiro: “Eu não destacaria hoje Belford Roxo como “o problema de Belford Roxo é a violência” não; o problema da baixada e do estado do Rio de Janeiro é a violência, sabe?”. Destaca ainda que empresas estão deixando a região metropolitana e transferindo seus ativos para outros estados. Para o entrevistado E12, a questão da violência é assustadora e existe uma preocupação latente ao falar sobre os investimentos existentes e a possibilidade de desinvestimento local: “Não é uma situação em que você consegue atrair mais investimento, agora é uma situação em que você precisa tentar trabalhar pra manter o que já tem, porque o risco hoje é perder”.

Para o entrevistado E5, a violência de BFR intensificou após a implantação das UPPs e a intervenção no município do Rio de Janeiro: “Eu vejo assim, o aumento da violência está diretamente ligado à criação das UPPs e as invasões de morro no Rio de Janeiro. O que a gente está vivendo esse ano, no final do ano passado, no início desse semestre especificamente, está sendo assim uma coisa, que nunca a gente viveu, nunca, nunca, nunca. A intervenção no Rio, só aconteceu no Rio, aqui não chegou”.

Relata ainda que os índices de violência no município tem comprometido a educação: “Tem alunos doentes, com depressão. Tem aluno que mora em lugar que tem toque de recolher” (ENTREVISTADO E5, 2018).

Nesse dia, inclusive, foi veiculado que haveria um toque de recolher para toda a cidade. Eu falei, “gente, impossível que eles consigam dominar a cidade inteira. Isso aí pode ser lá naquele bairro. Vocês venham para a faculdade porque nós não vamos nos recolher, nem fechar a faculdade”. (...). A gente consegue acalmar. Eu mando e-mail para todos, participo todas as ações, fiz encontro aqui com todos os alunos da faculdade, pessoal da segurança pública local, discutimos a questão da segurança pública com os alunos. Fazemos uma prestação de contas das nossas ações junto ao poder público, o que nós estamos fazendo enquanto direção da faculdade para conseguir visibilidade e pelo menos ter um pouco mais de policiamento e atenção do poder público para o nosso entorno. (...). Mas nós estamos vivendo isso diariamente. Você está aqui hoje porque a gente está tendo, desde a semana passada, essa patrulha aqui, porque senão não ia querer que você se arriscasse (ENTREVISTADO E5, 2018).

Para o entrevistado E11, os índices alcançados do IDHM Educação estão relacionados não somente a violência, mas igualmente a ausência de representatividade junto aos jovens do município: “(...) eu acho que está muito atrelado à questão da violência, do desinteresse dos alunos. E talvez o desinteresse dos alunos seja também uma questão de representatividade, que bate exatamente no valor da educação pra essas pessoas. Se eles não conseguem enxergar ninguém que, via educação, transformou a sua vida, educação meio que não tem valor” (ENTREVISTADO E11, 2018).

Para o entrevistado E5, apesar do IDHM Educação ainda se encontrar na faixa de desenvolvimento humano médio, a expansão da educação se deveu muito às verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, disponibilizadas pelo Governo Federal. Destaca ainda a má administração das verbas repassadas ao poder público municipal:

Essas verbas foram mal administradas, elas são mal administradas, muitas vezes elas são desviadas, elas são... isso eu posso dizer com certeza, são desviadas, e não são alocadas aonde deveriam. (...) Eu acho que a gente pode falar da maioria dos municípios no Brasil, né? Mau aproveitamento desses recursos, né? A educação

gasta muito de alguma maneira porque ela precisa de muitos profissionais para trabalhar; ela é feita de gente, gente para a gente, então são muitos profissionais para poder realmente fazer a educação acontecer, um professor para cada matéria. Mas fora isso, tem muita gente com desvio de função, desvio de cargo, que está lá, mas... assina o ponto, mas não vai ou está desviado para um outro setor. Na verdade, maquiavam-se muito as coisas (ENTREVISTADO 05, 2018).

Para representante do poder público municipal, o entrevistado E8, a ausência de investimentos das gestões públicas anteriores a atual gestão é uma das principais razões que contribuíram para os atuais indicadores relacionados à educação: “Nós encontramos esse município ano passado com 20 anos de abandono. Não digo 20 anos, mas pelo menos os últimos 10 anos não foi construída nenhuma nova escola e as escolas que existiam, não receberam nenhuma reforma de fato de verdade”.

Encontramos uma rede muito precária em termos estruturais, infiltração, telhado com goteira, carteira quebrada, aluno sentado no chão. Quando eu cheguei aqui, haviam turmas com 30, 33 alunos e apenas 20 cadeiras. Fazia um rodízio pra ver quem podia sentar; algumas cadeiras não tinham o braço ou a mesa para o aluno apoiar o caderno. Toda essa precarização da estrutura física e de material, que não chegava às mãos dos alunos. O poder público tem que garantir a igualdade de condição para o aluno estudar. Então se o município recebe do Governo Federal verba pra fazer frente a essas demandas e não o faz, a criança fica prejudicada (ENTREVISTADO E8, 2018).

Para todos os atores, a educação foi considerada a saída para quebrar o ciclo vicioso da pobreza em que o município claramente se encontra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo do presente estudo foi identificar e analisar os problemas enfrentados e as potencialidades que o município de Belford Roxo dispõe, assim como a existência de políticas públicas que possibilitem impulsionar o desenvolvimento do município e romper com o ciclo vicioso da pobreza. Para tal análise, recorreu-se a revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas estruturadas com atores relacionados ao contexto social, político e econômico desta localidade.

Apesar de ser um jovem município, Belford Roxo tem sua história descrita e contada por meio da evolução histórica, econômica, política e social de Nova Iguaçu e da própria Baixada Fluminense. O beneficiamento da cidade de São Sebastião com as terras da baixada é notório, não somente pela sua localização e intercâmbio com o estado de Minas Gerais, que favoreceu a transferência da riqueza de seu ouro para a mais nova capital do império, mas igualmente pelos seus engenhos e fazendas, caminhos e rios, portos e gentes, que foram de fundamental importância para o desenvolvimento do município do Rio de Janeiro. Um potencial claramente explorado para atender os privilégios da corte.

Nos dias atuais, a população da Baixada Fluminense convive com enchentes urbanas, deslizamentos de encostas, empobrecimento dos solos, poluição dos rios e solos e a falta de água, resultado do processo desordenado da ocupação humana e industrial, que gerou um grande passivo socioambiental para toda a região. Possui um dos piores indicadores de pobreza e renda ao considerar o PIB per capita e renda domiciliar per capita inferiores aos demais municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Reconhecida pelo poder público como cidade dormitório, Belford Roxo é citada como a periferia da periferia metropolitana fluminense. 39,9% da sua população vive com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o que coloca o município na 6ª posição dentre as 92 cidades do estado e na posição 2.833ª de 5.570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2017).

Quanto às políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento econômico do município, observa-se a inexistência de clareza e transparência por parte da gestão pública. O Ato Oficial, publicado em 18 de janeiro de 2017, faz referência ao Plano Diretor (PD), tratado como instrumento básico da política do município. Plano este estabelecido ainda no governo de Maria Lúcia Neto dos Santos, eleita duas vezes prefeita do município: de 1997 a 2000 e de 2005 a 2008. No capítulo relacionado às potencialidades e sustentabilidade das atividades econômicas do município, há um parágrafo destinado ao favorecimento da instalação e do

desenvolvimento de setores econômicos locais, a fim de fortalecer Belford Roxo como centro dinâmico regional. Destaque ainda para a promoção de parcerias público-privadas, com vistas ao desenvolvimento econômico local e regional; apoio ao desenvolvimento das atividades econômicas originadas no próprio município, que beneficiem a geração de empreendimentos locais sustentáveis, priorizando a integração em cadeias e arranjos produtivos locais; atração de novos empreendimentos e investimentos que atendam às exigências e princípios do desenvolvimento sustentável desejado pelo município; apoio aos setores já instalados e fortalecimento de novos setores que tenham potencial para desenvolvimento no município e na região. Contudo, a partir dos dados disponibilizados pelo TCE (2017), o que se observa é a redução significativa da parcela dos recursos públicos direcionados ao desenvolvimento do município de BFR, passando de 8,55%, no ano de 2011 para 0,64%, no ano de 2016 (TCE, 2017).

O atual Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, considera que a vocação do município encontra-se na área de serviços e enquanto líder político tem feito esforços para atrair empresas deste segmento. Relata a recente chegada ao município de uma rede de academias inteligentes de ginástica que trará uma rentabilidade na ordem de 25 mil reais por mês. De acordo com os dados da CEPERJ, o PIB municipal da cidade de Belford Roxo, ano base de 2015, concentrava-se na área de serviços (42,01%), seguindo-se da área de administração pública (41,97%) e da indústria (15,98%). Diante deste resultado, pressupõe-se que a geração de empreendimentos locais sustentáveis e planejados no PD não tem sido priorizada pela gestão pública, de um modo geral.

A entrevista com o profissional que atuou como representante FIRJAN na Baixada Fluminense, deixa claro a existência de potencial produtivo para o desenvolvimento de uma nova vertente na economia do município: produção de couros e calçados. Atualmente, cerca de 60 microempresas produzem, na sua grande maioria na clandestinidade, sapatos de altíssimo nível. Uma oportunidade para geração de novos empreendimentos locais, por meio da criação de um cluster de couros e calçados.

Quanto às condições urbanas do município, Belford Roxo é retratada como cidade dormitório. Os movimentos pendulares da população estão diretamente relacionados às condições de desenvolvimento socioeconômico, oferecidas pelo município. A análise da natureza dos deslocamentos de Belford Roxo nos faz perceber que os fluxos mais importantes são para trabalho, refletindo uma desigual distribuição dos serviços entre os municípios da concentração urbana, especialmente na Baixada Fluminense. Frequentemente, um dos principais meios de transporte que liga Belford Roxo a cidade do Rio de Janeiro, a Supervia,

tem seus serviços interrompidos devido aos altos índices de violência, comprometendo o direito universal de ir e vir.

Sobre as condições de emancipação do município: apesar de todo esforço da elite local para eleger o primeiro prefeito, a conduta clientelista adotada pelo Jorge Júlio da Costa dos Santos, o Joca, o levaram a vitória. Para a população de Belford Roxo, Joca era o sujeito que resolvia as coisas e atingia a população diretamente por meio de um discurso incisivo na direção do “eu faço o que vocês precisam”. Para seus eleitores, os investimentos feitos no município, logo após a eleição, relacionavam-se à influência, poder pessoal e força política do Joca, e não ao estabelecimento de políticas públicas as quais todo cidadão tem por direito. Pode-se afirmar que o clientelismo, especialmente o político, é uma prática ainda presente e grande parte da população Belford-Roxense, utiliza o voto para assegurar a concessão dos seus próprios benefícios. Muito além do Brasil colonial, o clientelismo se faz presente nos dias atuais, e de maneira consolidada.

Quanto aos indicadores socioeconômicos do município. Belford Roxo ocupa a 2.332ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros (ATLAS BRASIL, 2013). Já no IFDM, Belford Roxo apresentou evolução nas vertentes: Saúde, Educação, Emprego e Renda, mas não ao ponto de influenciar sua colocação na região metropolitana. Apesar dos avanços e da ascensão ao grupo de desenvolvimento moderado, ficou relacionada dentre os 10 menores IFDM do estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2015), ocupando o 3207º lugar entre as cidades brasileiras e 84º, entre os municípios do estado.

Belford Roxo tem a 12ª maior arrecadação do estado do Rio de Janeiro (excluindo a capital) e 113% de suas receitas correntes são comprometidas com o custeio da máquina administrativa. Apresenta um investimento per capita na ordem de R\$ 7,44, posição de número 88 dentre os 91 demais municípios do RJ (TCE, 2017), representando um grau de investimento na ordem de 1%. Números que, a primeira vista, não refletem investimentos em políticas públicas que sejam capazes de romper o ciclo vicioso da pobreza. Para Myrdal (1965), a intervenção externa, com a garantia dos direitos civis e políticas públicas de inclusão social, são capazes de romper com o ciclo em referência e levar a um processo virtuoso de inclusão social e melhoria da qualidade de vida.

Quanto ao papel e a percepção dos atores locais e das organizações público e organizações privadas sobre o desenvolvimento econômico local: para o representante FIRJAN, a área que contempla Belford Roxo, pela sua proximidade com a Rodovia Presidente Dutra, possui potencial para ampliação dos centros de distribuição logística existentes. Um entrave à atração de investidores está relacionado ao acesso ao município: um

único viaduto, centralizado, antigo, estreito e que não comporta a passagem de carretas. Outro fator que também pode influenciar na decisão dos investidores, é o crescente índice de violência na região, especialmente roubo de cargas.

Além do potencial logístico, existem atores locais que acreditam no potencial patrimonial e arqueológico do município, devido às fazendas que fazem referência ao período colonial e em especial, ao ciclo do café. Fica claro que o processo de crescimento econômico irá depender, principalmente, da capacidade da região para negociar e atrair recursos, sejam financeiros, tecnológicos, institucionais, nacionais e internacionais, públicos e privados.

De uma maneira geral, todos os atores locais entrevistados entendem que o município de Belford Roxo, assim como o Rio de Janeiro, é viável, e tem condição de se desenvolver. Para eles existe, porém, uma corrente contrária porque tem pessoas que sobrevivem das mazelas sociais, em especial, da violência e da falta de serviços essenciais, como saúde e educação.

A frase utilizada por Nurkse (1951), “Um país é pobre porque é pobre; e isso é tudo” (NURKSE, 1951, p.18), fez muito sentido durante toda pesquisa empreendida. Percebeu-se claramente a necessidade de desenvolver ações exógenas que permitam o rompimento do ciclo vicioso da pobreza e o estabelecimento de uma relação circular onde menos pobreza, mais alimento, melhores condições de saúde e educação e mais alta capacidade de trabalho, estabeleça um processo acumulativo em ascensão (MYRDAL, 1965). E não há outra saída que não seja por meio de políticas públicas eficazes, a partir da atuação assertiva do Estado e empreendimentos coletivos.

O círculo vicioso do sistema estacionário é real, contudo superável, podendo ser quebrado por meio da aplicação planejada de capital em diferentes indústrias, o que permitiria a ampliação geral do mercado e o aproveitamento da renda e do próprio capital (NURKSE, 1951). Ações isoladas do poder público local e atração de empresas de serviços como estratégia para desenvolvimento local, não terão a força necessária para derrotar os efeitos da estagnação econômica. Segundo Haddad (2009), somente é possível afirmar que foi encontrada uma alternativa de expansão sustentada de uma economia quando as taxas de crescimento do PIB e da renda per capita da região se mantiverem positivas e elevadas por um longo período.

As mazelas sociais são infinitas e estão, pode-se por assim dizer, especialmente associadas à violência. O medo impera e impossibilita ações efetivas que promovam o desenvolvimento do potencial econômico do município. “Obviamente que as pessoas têm medo. Eu particularmente tenho medo. Todo mundo tem. É um empobrecimento acelerado e

está diretamente ligado à violência. Os jovens estão sendo cobiçados pelo tráfico, exatamente pelo recurso financeiro e a falsa sensação de poder que se têm. Se a gente não fizer nada, eu não sei qual vai ser o resultado no que diz respeito às futuras gerações. Será um atraso imenso, não só para o município de Belford Roxo, mas para o Brasil”, relatou um dos entrevistados. Saúde e educação, indiscutivelmente, são importantes investimentos para melhoria das condições de vida e citados por Raiher e Lima (2014) como instrumentos que possibilitam a superação do atraso e das desigualdades sociais.

Não se pretende fazer uma conclusão definitiva da questão, mas levantar alguns subsídios importantes para novas análises e aprofundamento da temática. Considerando que este é um campo de pesquisa relativamente recente, com estudos de casos a serem explorados, sugere-se o aprofundamento da investigação do campo com vista ao desenvolvimento de trabalhos futuros.

De tudo o que pude empreender nesta pesquisa, trago comigo a certeza de que o melhor de Belford Roxo é o Belford-Roxense que em meio tudo o que viveu e ainda vive mantém-se perseverante e confiante de que dias melhores virão!

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IPP, 2013.
- AGUDELO, S. F. **La violencia**: un problema de salud pública que se agrava en la región. In Boletín Epidemiológico, Vol. 11, No. 2, 1990.
- ALVES, J. C. S. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Associação de Professores e Pesquisadores de História, CAPPH-CLIO, 2003.
- AMARAL FILHO, J. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. Planejamento e políticas públicas, n. 23, 2009.
- ANSELMO, G. C. R. **A construção da rede socioassistencial do município de Belford Roxo na perspectiva do PNAS/SUAS**: limites e possibilidades; orientadora: Myrtes de Aguiar Macêdo. – 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível no site <http://atlasbrasil.org.br/2013>.
- BARQUERO, A. **Desarrollo endógeno y globalización**. EURE (Santiago), Santiago, v. 26, n. 79, p. 47-65, dic. 2000.
- BEZERRA, M. O. **Em nome das bases**: política, favor e dependência pessoal. Relume Dumará, 1999
- BOISIER, S. **Desarrollo regional endógeno en Chile: ¿Utopía o necesidad?** Artículo apresentado no seminário “Chile, ¿La Hora de las Regiones”, organizado por Cipma, Valparaíso, janeiro de 1993.
- _____. **El vuelo de una cometa**. Una metáfora para una teoría del desarrollo territorial. EURE. Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales, v. 23, n. 69, p. 7, 1997.
- BORGES, D. **Relatório final**. Projeto Grupo 7, Sudeste 2, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Diagnóstico dos Homicídios em Municípios do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Fundação Guimarães Rosa, Minas Gerais e Laboratório de Análise da Violência – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV/UERJ). Rio de Janeiro, 2016.
- CANO, W. **Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930**. Anais, n. VI, p. 67-99, 1988.
- CARVALHO, J. M. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo**: uma discussão conceitual. Dados, v. 40, n. 2, 1997.
- CASA FLUMINENSE. **Mapa da desigualdade**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <http://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>.

CELLARD, A. **A análise documental**. POUPART, J. *et al.* A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 295, 2010-2013.

CEPERJ, Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br>.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Vozes, 2006.

COSTA, J. F. **Narcisismo em tempos sombrios**. In: FERNANDES, H.R.(org.). Tempo do desejo: sociologia e psicanálise. São Paulo, Brasiliense, 1989.

CUNHA, J. M. P.; MIGLIORANZA, E. (2006). **Valinhos: um novo padrão de cidade-dormitório?**. In: CUNHA, J. M. P. (org.). Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas, Nepo/Unicamp.

DUPRÉ, A. **Bayer Belford Roxo, 50 anos**. 2008.

EL-KAREH, A. C. **Filha branca de mãe preta: a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II, 1855-1865**. Vozes, 1982.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. UnB, 2001.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Índices FIRJAN de desenvolvimento municipal, ano base 2013**. Dezembro, 2015. Disponível em www.firjan.com.br.

FIGUEIREDO, N. M. A. *et al.* **Método e metodologia na pesquisa científica**. São Paulo: Yendis, v. 3, 2007.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa**. 8ª ed. qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Record, 2004.

GUIMARÃES, C. P. **Análise crítica do discurso: reflexões sobre contexto em Van Dijk e Fairclough**. Eutomia-ISSN: 1982-6850, v. 1, n. 09, 2012.

HADDAD, P.R. **Capitais intangíveis e desenvolvimento regional**. Revista de economia, v. 35, n. 3, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil**. 2016, 2ª edição.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Cidades 2017: Belford Roxo**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>.

KATTEL, R., KREGEL, J. A., REINERT, E. S. **Ragnar Nurkse: Trade and Development**, London: Anthem, 2009, ix-xxi.

LAGO, L. **Trabalho, moradia e (i) mobilidade espacial na metrópole do Rio de Janeiro**. Cadernos Metr pole, 18, pp. 275-293, 2 sem./2007.

LIMA, T. C.; MIOTO, R. C. **Procedimentos metodológicos na constru o do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Revista Katálysis, v. 10, 2007.

LOBATO, M. **Cidades mortas**. Globo Livros, 2007.

MAIA, P. N. F.; RODRIGUES, A. O. **A cidade (re) partida**: um breve estudo sobre as emancipa es da cidade de Nova Iguaçu e a forma o da região da Baixada Fluminense. In: Cabo Verde–Redes de desenvolvimento regional. 1  congresso de desenvolvimento regional de Cabo Verde. 2  congresso lusófono de ciência regional. 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5  ed., São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. S. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Cadernos de saúde pública, v. 10, p. S7-S18, 1994.

MONTEIRO, L. A. **Para além do “voto de sangue”**: escolhas populares e liderança política carismática na Baixada Fluminense. O caso Joca. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, n. 2, p. 121-152, 2013.

_____ **Andando pelo vale da sombra da morte**: a trajetória política de Joca, primeiro prefeito de Belford Roxo. Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas, Seropédica, RJ: EDUR, v. 29, n 2, p. 55-71, jul.-dez., 2007

_____ **A Baixada Fluminense em perspectiva micro analítica**. Anos 90, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p.487-534, jan./dez. 2005.

_____ **Baixada Fluminense, identidades e transforma es**: estudo de rela es políticas na Baixada Fluminense. Disserta o Mestrado em História Social, Programa de Pós-Gradua o em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MYRDAL, G. **An American dilemma, Volume 2: The Negro problem and modern democracy**. Transaction Publishers, 1944.

_____ **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Editora Saga, 1965.

NOVAES, A. **Os caminhos antigos do território fluminense**. Inventário das fazendas fluminenses, v. 1, p. 53-78, 2008.

NUNES, E. **A gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. Prefácio Luiz Carlos Bresser Pereira, 3  ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF: ENAP, 2003.

NURKSE, R. **As dimensões do mercado e o incentivo à inversão**. Revista Brasileira de Economia, v. 5, n. 4, p. 11-45, 1951.

OLIVEIRA, L. A. Pinto; OLIVEIRA, A. T. R. (Ed.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 2011.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. 2011.

OJIMA, R.; SILVA, R. B.; PEREIRA, R. H. M. **A mobilidade pendular na definição das cidades-dormitório**: caracterização sócio-demográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira. Cadernos IPPUR, v. 21, n. 2, p. 111-132, 2007.

OJIMA, R.; MARANDOLA JR, E.; PEREIRA, R. H. M.; SILVA, R. B. **O estigma de morar longe da cidade**: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. São Paulo: Cadernos Metrôpole, vol. 12, n. 24, pp. 395-415, jul/dez 2010.

OLIVEIRA, R. F.; OLIVEIRA, V. C. S.; SANTOS, A. C. **Beneficiários ou reféns? O patrimonialismo na perspectiva dos cidadãos de Poço Fundo, Minas Gerais**. Cadernos EBAPE. BR, v. 9, n. 4, p. 950-966, 2011.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas. SP : Pontes, 6ª edição, 2005.

PEREIRA, W. **Cana, café & laranja**: história econômica de Nova Iguaçu. Fundação Getúlio Vargas/ SEEC, 1977.

PINTO, J. V. C. **Desconstruindo a “cidade dormitório”**: centralidades e espaço intra-urbano de aparecida de goiânia. Mercator, v. 8, n. 16, p. 45 a 59-45 a 59, 2009.

RAIHER, A.; LIMA, J. **Desenvolvimento humano municipal no sul do Brasil**: evolução recente e o círculo vicioso da pobreza. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 36, núm. 2, julho-diciembre, 2014, pp. 147-154, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil

RICHARSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, A. **Baixada Fluminense**: Inovações e Permanências. Dissertação de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, 2014.

_____ **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's)**: economia e território em processo. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, 2006.

RODRIGUES, A. P. S. **Famílias, casas e engenhos**: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade do Iguaçu e Jacutinga, século XVII-XVIII). Dissertação de Mestrado em História. Orientação: Roberto Guedes Ferreira. UFRRJ-IM, Nova Iguaçu, 2013.

ROSSI, P. H.; LIPSEY, M. W.; FREEMAN, H. E. **Evaluation**: A systematic approach. Sage publications, 2003.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. Departamento de Ciências da Administração, UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Painel regional**: Baixada Fluminense I e II / Observatório SEBRAE/ RJ. Rio de Janeiro, SEBRAE/ RJ, 2016.

SIMÕES, M. R. **A cidade estilhaçada**: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita, Editora Entorno, 2007.

_____. **Ambiente e Sociedade na Baixada Fluminense**. Mesquita, Editora Entorno, 2011.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental**: pistas teóricas e metodológicas. Revista brasileira de história & ciências sociais, v. 1, n. 1, 2009.

SILVA, L. **Baixada Fluminense como vazio demográfico?** População e território no antigo município de Iguaçu (1890/1910). Revista Brasileira de Estudos de População, v. 34, n. 2, p. 415-425, 2017.

SOARES, M. T. S. **Nova Iguaçu**: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro, 134 p. 1960. Tese de Doutorado. Tese de livre docência-Faculdade Nacional de Filosofia. Programa da Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SOUZA, C. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura, *in* Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/ dez 2006, p. 20-45

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Artmed, 2008.

TAVARES, M. C. **Desenvolvimento e igualdade**. Organizadores: Vanessa Petrelli Corrêa, Monica Simioni. Ed. Esp, Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS REGIONAL (TCE). **Estudos socioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Belford Roxo. Secretaria Geral de Planejamento, 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS REGIONAL (TCE). **Estudos socioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Belford Roxo. Secretaria Geral de Planejamento, 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS REGIONAL (TCE). **Estudos socioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Duque de Caxias. Secretaria Geral de Planejamento, 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS REGIONAL (TCE). **Estudos socioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Japeri. Secretaria Geral de Planejamento, 2017.

TORRES, G. **Baixada Fluminense a construção de uma história**. IPAHB–Rio de Janeiro: Editora São João de Meriti, 2008.

TRATA BRASIL, Instituto. Saneamento em áreas irregulares nas grandes cidades brasileiras. Disponível em <http://www.tratabrasil.org.br>.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2016**: homicídios por armas de fogo. 2016.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 1. Brasília: UnB, p. 209-227, 1999.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

Apêndice A – Roteiro de entrevista profissional iniciativa privada (E1)



ROTEIRO DE ENTREVISTA - Pesquisa Belford Roxo – Passado e Perspectiva para o DL

Nome:

Data:

Atuação:

0 – Breve resumo de sua trajetória pessoal, profissional e sua relação com o município de BFR.

1 – Sua percepção sobre a relação estabelecida entre a “empresa” e o município de BFR:

- 1.1 – Qual o papel e a importância da “empresa” para o município de BFR?
- 1.2 – O que já foi feito em termos de investimento e ações relacionadas ao desenvolvimento local?
- 1.3 – O que poderia ter sido feito e, por motivos diversos, não foram implementados?
- 1.4 – Principais demandas do município e da comunidade

2 – Nos anos 50, a presença da “empresa” foi decisiva para o desenvolvimento socioeconômico de Belford Roxo. Nos dias atuais, quais as principais contribuições da “empresa” para o município? Na sua percepção quais destas estão conseguindo mobilizar a sociedade e fazer a diferença, atingindo resultados concretos (caso existam)?

3 – Estudos realizados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) revelam que no município de Belford Roxo há localidades com altos índices de violências, conhecidas pelas histórias de disputas entre facções criminosas do tráfico de drogas. De que forma a VIOLÊNCIA afeta a “empresa”? Na sua percepção, o tema VIOLÊNCIA pode ser uma barreira para o desenvolvimento local e investimentos do setor privado?

4 – Em 2015, o PIB per capita do município (R\$ 15.546,) em comparação às outras cidades do estado do Rio de Janeiro, ocupava a 80ª posição de 92 municípios. No Índice FIRJAN ocupava em 2015 a 84ª posição de 92 municípios.

Estando em um ciclo vicioso da pobreza, uma das saídas possíveis para mudar o quadro do município de Belford Roxo é a implementação de ações exógenas, principalmente, por meio de Políticas Públicas. Na sua percepção, quais Políticas Públicas (nas esferas federal, estadual ou municipal) deveriam ser priorizadas?

5 – Um dos elementos chaves relacionados à melhoria dos indicadores de capital humano está na igualdade de oportunidades entre os membros da sociedade e na capacidade do Estado para gerar condições equitativas especialmente de saúde e educação. Na sua percepção, o município de Belford Roxo tem cumprido este papel? Comente.

6 – Barquero (2000) argumenta que a difusão do conhecimento e da inovação, a organização flexível da produção, as economias da urbanização e a densidade institucional, são determinantes para o aumento da produtividade e do desenvolvimento local.

A “empresa” tem sido reconhecida como uma das empresas mais inovadoras do Brasil, aplicando processos inovadores dentro e fora do ambiente de trabalho. Considerando que a promoção na produtividade e na competitividade das cidades depende também das inovações nas empresas, de que forma o potencial inovativo da empresa tem contribuído para o desenvolvimento do município de Belford Roxo? Comente.

7 – Na sua percepção, atualmente existem parcerias/ projetos/ ideias voltadas para o desenvolvimento socioeconômico do município? Caso negativo, quais você sugeriria para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do município?

8 – Espaço aberto para você falar sobre as limitações e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico do município de Belford Roxo.

Apêndice B – Roteiro de entrevista profissional iniciativa privada (E2 e E3)



ROTEIRO DE ENTREVISTA - Pesquisa Belford Roxo – Passado e Perspectiva para o DL

Nome:

Data:

Atuação:

0 - Breve resumo de sua trajetória pessoal, profissional e sua relação com o município de BFR.

1 - Sua percepção sobre a relação estabelecida entre a “empresa” e o município de BFR:

- 1.1 – Qual o papel e a importância da “empresa” para o município de BFR?
- 1.2 – O que já foi feito em termos de investimento e ações relacionadas ao DL?
- 1.3 – O que poderia ter sido feito e, por motivos diversos, não foram implementados?
- 1.4 – Principais demandas do município e da comunidade
- 1.5 – Perfis dos interlocutores

2 - Para Dupre (2008), a presença da “empresa” foi decisiva para o desenvolvimento econômico e social do município de Belford Roxo e a instalação do Complexo Industrial fortaleceu a ideia de que a prefeitura de Nova Iguaçu arrecadava muito e pouco fazia pelo distrito de Belford Roxo (MAIA; RODRIGUES, 2009). Qual a participação da “empresa” no processo de emancipação? Houve mudanças? Caso positivo, quais?

3 - O IDHM de BFR, em 2010, era de 0,684, estando situado na faixa de desenvolvimento humano médio. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação (aumento de 0,181), seguida por longevidade e por renda. Contudo, no IDHM Educação ainda amarga a última colocação entre os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro. Na sua percepção, quais as principais causas deste resultado? O que tem sido feito? E o que pode ser feito para mudar esta realidade?

4 - Uma dimensão crítica para o desenvolvimento de BFR é a violência. Como o tema VIOLÊNCIA tem sido tratado, ou seja, políticas públicas já implementadas, nos diversos níveis e esferas do Poder Público (Municipal, Estadual, Federal, Executivo, Legislativo e Judiciário)? Quais ações podem ser empreendidas?

5 - Atores locais: Como você percebe as características dos atores locais envolvidos na agenda de desenvolvimento econômico e social de BFR?

- 5.1 Políticos, lideranças comunitárias, intelectuais, burocratas, ...
- 5.2 Movimentos populares na região (sindicato, associações de moradores, ONGs, etc)
- 5.3 Movimentos empresariais (CDL, Associações empresariais, etc.)
- 5.4 Agremiações políticas

Quais as principais ações/ contribuição destes atores locais? Na sua percepção quais estão conseguindo mobilizar a sociedade e fazer a diferença, atingindo resultados concretos (caso existam)?

6 - Em 2015, o PIB per capita do município (R\$ 15.546,) em comparação às outras cidades do estado do Rio de Janeiro, ocupava a 80ª posição de 92 municípios. No Índice FIRJAN ocupava em 2015 a 84ª posição de 92 municípios. Estando em um ciclo vicioso da pobreza, fazem-se necessárias ações exógenas, principalmente por meio de Políticas Públicas, para mudar este quadro. Quais ações mais relevantes de Políticas Públicas (federal, estadual ou municipal) já foram realizadas para reverter este quadro? Quais Políticas Públicas na sua percepção deveriam ser priorizadas?

7 - Na sua percepção, atualmente existem parcerias/ projetos/ ideias voltadas para o desenvolvimento socioeconômico do município? Caso negativo, quais você sugeriria para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do município?

8 - Sendo o clientelismo uma característica presente na política de BFR, na sua percepção como o clientelismo político afeta o desenvolvimento local? Há formas/ necessidade de eliminar ou minimizar esta prática?

9 - Como você percebe as principais mazelas sociais de BFR (causas, soluções, interesses, entre outros) no que diz respeito à:

- 9.1 Saneamento básico
- 9.2 Violência
- 9.3 Emprego e Renda

10 - Espaço aberto para você falar sobre as limitações e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico do município de Belford Roxo.

Apêndice C – Roteiro de entrevista profissional iniciativa privada (E4)



ROTEIRO DE ENTREVISTA - Pesquisa Belford Roxo – Passado e Perspectiva para o DL

Nome:

Data:

Atuação:

0 – Breve resumo de sua trajetória pessoal, profissional e sua relação com o município de BFR.

1 – De forma sintetizada, qual é o papel geral da FIRJAN, considerando objetivos, estrutura e associados? Neste contexto, qual é a atuação da FIRJAN na Baixada Fluminense?

2 – Quais são as principais características econômicas e sociais dos municípios que compõem a Baixada Fluminense?

3 – Na sua percepção, quais são as vocações econômicas da Baixada Fluminense que devem ser exploradas? E especificamente as vocações econômicas do município de Belford Roxo?

4 – Em relação aos municípios da Baixada Fluminense, como o senhor analisaria as relações existentes entre eles? Há alguma articulação entre os municípios da Baixada Fluminense que busque discutir e fomentar o Desenvolvimento Regional?

5 – A FIRJAN já desenvolveu alguma estudo ou análise sobre as limitações e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico do município de Belford Roxo? Caso positivo, qual o resultado encontrado?

6 – Na sua percepção, atualmente existem parcerias/ projetos/ ideias voltadas para o desenvolvimento socioeconômico de Belford Roxo? Caso negativo, quais você sugeriria para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do município?

7 – Em 2015, o PIB per capita do município de Belford Roxo (R\$ 15.546,) em comparação às outras cidades do estado do Rio de Janeiro, ocupava a 80ª posição de 92 municípios. No Índice FIRJAN ocupava em 2015 a 84ª posição de 92 municípios.

Estando em um ciclo vicioso da pobreza, fazem-se necessárias ações exógenas, principalmente por meio de Políticas Públicas, para mudar este quadro. Quais ações mais relevantes de Políticas Públicas (federal, estadual ou municipal) já foram realizadas para reverter este quadro? Quais Políticas Públicas na sua percepção deveriam ser priorizadas?

8 – Estudos realizados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) revelam que no município de Belford Roxo há localidades com altos índices de violências, conhecidas pelas histórias de disputas entre facções criminosas do tráfico de drogas. Na sua percepção, o tema VIOLÊNCIA pode ser uma barreira para o desenvolvimento local e investimentos do setor privado?

9 – A FIRJAN tem empreendido ações pra estimular o surgimento de novas empresas na Baixada Fluminense? A FIRJAN apresentou ou tem proposta para projetos de suporte às empresas já existentes no município de Belford Roxo? Caso positivo, em qual área de conhecimento (tecnologia, informática, entre outras)?

10 – Espaço aberto para você falar sobre são as limitações e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico do município de Belford Roxo.

Apêndice D – Roteiro de entrevista historiador/ pesquisador (E5)



ROTEIRO DE ENTREVISTA - Pesquisa Belford Roxo – Passado e Perspectiva para o DL

Nome:

Data:

Atuação:

0 - Breve resumo de sua trajetória pessoal, profissional e sua relação com o Município de BFR.

1 - Na sua percepção, quais as razões que levaram a emancipação do município de BFR? Como ela ocorreu? (Interesses envolvidos, principais atores, expectativas cidadãos, participação de empresas, participação de organizações, lideranças marginais,...).

Quais os impactos da emancipação para o município, considerando investimentos públicos e/ ou privados, participação política, grupos dominantes, segurança pública, entre outros que julgar de maior relevância?

2 - O IDHM de BFR, em 2010, era de 0,684, estando situado na faixa de desenvolvimento humano médio. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação (aumento de 0,181), seguida por longevidade e por renda. Contudo, no IDHM Educação ainda amarga a última colocação entre os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro. Como educadora, quais as principais causas deste resultado? O que tem sido feito? E o que pode ser feito para mudar esta realidade?

3 - Uma dimensão crítica para o desenvolvimento de BFR é a violência. Como o tema VIOLÊNCIA tem sido tratado, ou seja, políticas públicas já implementadas, nos diversos níveis e esferas do Poder Público (Municipal, Estadual, Federal, Executivo, Legislativo e Judiciário)? Quais ações podem ser empreendidas?

4 - Atores locais: Como você percebe as características dos atores locais envolvidos na agenda de desenvolvimento econômico e social de BFR?

4.1 Políticos, Lideranças Comunitárias, Intelectuais, Burocratas,...

4.2 Movimentos populares na região (sindicato, associações de moradores, ONGs, etc.)

4.3 Movimentos empresariais (CDL, Associações Empresariais, etc.)

4.4 Agremiações políticas

Quais as principais ações/ contribuição destes atores locais? Na sua percepção quais estão conseguindo mobilizar a sociedade e fazer a diferença, atingindo resultados concretos (caso existam)?

5 - Em 2015, o PIB per capita do município (R\$ 15.546,) em comparação às outras cidades do estado do Rio de Janeiro, ocupava a 80ª posição de 92 municípios. No Índice FIRJAN ocupava em 2015 a 84ª posição de 92 municípios.

Estando em um ciclo vicioso da pobreza, fazem-se necessárias ações exógenas, principalmente por meio de Políticas Públicas, para mudar este quadro. Quais ações mais relevantes de Políticas Públicas (federal, estadual ou municipal) já foram realizadas para reverter este quadro? Quais Políticas Públicas na sua percepção deveriam ser priorizadas?

6 - Na sua percepção, atualmente existem parcerias/ projetos/ ideias voltadas para o desenvolvimento socioeconômico do município? Caso negativo, quais você sugeriria para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do município?

7 - BFR reúne características de uma cidade-dormitório como baixo dinamismo econômico, elevado crescimento populacional, acesso limitado à infraestrutura e serviços públicos. Existem iniciativas locais com o objetivo de aumentar oferta de emprego formal e/ ou informal?

8 - Sendo o clientelismo uma característica presente na política de BFR, na sua percepção: Como o clientelismo político afeta o desenvolvimento local? Há formas/ necessidade de eliminar ou minimizar esta prática?

9 - Espaço aberto para você falar sobre as limitações e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico do município de Belford Roxo.

Apêndice E – Roteiro de entrevista historiador/ pesquisador (E6)



ROTEIRO DE ENTREVISTA - Pesquisa Belford Roxo – Passado e Perspectiva para o DL

Nome:

Data:

Atuação:

0 - Breve resumo de sua trajetória pessoal, profissional e sua relação com o Município de Belford Roxo.

- 1 - Parte significativa do desenvolvimento socioeconômico da Baixada Fluminense foi influenciado por três grandes ciclos econômicos: o ciclo da cana-de-açúcar, do café e o ciclo da laranja – sendo este último o responsável pelo desenvolvimento acelerado da região. Ao término da Segunda Guerra Mundial, quando o mercado internacional dava sinais de retomada, o governo proibiu a exportação da laranja com o intuito de atender primeiramente ao mercado interno, levando os produtores ao abandono da cultura, buscando outros meios de sobrevivência. *Como historiador, havia outros interesses nesta proibição, uma vez em que esta ação representou a queda da última barreira à transformação da terra agrícola em área urbana e posterior loteamento das terras da Baixada Fluminense? Qual é o ciclo atual da economia da Baixada Fluminense?*
- 2 - Emancipado em 03 de abril de 1990, BFR é um jovem município localizado na periferia metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, caracterizado como uma cidade dormitório, com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico. Quais os impactos da emancipação para o município, considerando investimentos públicos e/ ou privados, participação política, grupos dominantes, segurança pública, entre outros que julgar de maior relevância?
- 3 - Anteriormente a emancipação, quais eram as principais características econômicas e sociais do município de Belford Roxo? Como se deu o desenvolvimento socioeconômico do município de Belford Roxo?
- 4 - Na sua percepção, quais eram as vocações econômicas do município de Belford Roxo? Quais deviam ser exploradas?
- 5 - Qual a participação de Jorge Julio dos Santos, o JOCA, no processo de emancipação de Belford Roxo? Sua candidatura e eleição era esperada pelos principais grupos de interesses do município?
- 6 - Entre as lideranças marginais, o Joca, era o que mantinha uma relação de maior proximidade com os moradores proletários e periféricos de Belford Roxo. Na sua percepção, a dinâmica estabelecida neste contexto pode ter influenciado o estabelecimento do clientelismo, tão presente e atual no município?
- 7 - Durante o período de ascensão política de Joca, alguns jornalistas o comparavam com Tenório Cavalcanti e foi apontado como seu sucessor. Como historiador, como o senhor percebe as semelhanças e diferenças entre Joca e Tenório Cavalcanti? De que forma a gestão pública de ambos interferiu no desenvolvimento dos municípios de Belford Roxo e Duque de Caxias, respectivamente?
- 8 - Em 2015, o PIB per capita do município (R\$ 15.546,) em comparação às outras cidades do estado do Rio de Janeiro, ocupava a 80ª posição de 92 municípios. No Índice FIRJAN ocupava em 2015 a 84ª posição de 92 municípios. Estando em um ciclo vicioso da pobreza, fazem-se necessárias ações exógenas, principalmente por meio de Políticas Públicas, para mudar este quadro. *Quais ações mais relevantes de Políticas Públicas (federal, estadual ou municipal) já foram realizadas para reverter este quadro? Quais Políticas Públicas na sua percepção deveriam ser priorizadas?*
- 9 - Espaço aberto para você falar sobre são as limitações e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico do município de Belford Roxo.

Apêndice F – Roteiro de entrevista historiador/ pesquisador (E7)



ROTEIRO DE ENTREVISTA - Pesquisa Belford Roxo – Passado e Perspectiva para o DL

Nome: _____ Data: _____ Atuação: _____

- 0 - Breve resumo de sua trajetória pessoal, profissional e sua relação com o Município de Belford Roxo.
- 1 - Parte significativa do desenvolvimento socioeconômico da Baixada Fluminense foi influenciado por três grandes ciclos econômicos: o ciclo da cana-de-açúcar, do café e o ciclo da laranja – sendo este último o responsável pelo desenvolvimento acelerado da região. Ao término da Segunda Guerra Mundial, quando o mercado internacional dava sinais de retomada, o governo proibiu a exportação da laranja com o intuito de atender primeiramente ao mercado interno, levando os produtores ao abandono da cultura, buscando outros meios de sobrevivência. *Como historiadora, havia outros interesses nesta proibição, uma vez em que esta ação representou a queda da última barreira à transformação da terra agrícola em área urbana e posterior loteamento das terras da Baixada Fluminense? Qual é o ciclo atual da economia da Baixada Fluminense?*
- 2 - Emancipado em 03 de abril de 1990, BFR é um jovem município localizado na periferia metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, caracterizado como uma cidade dormitório, com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico. Quais os impactos da emancipação para o município, considerando investimentos públicos e/ ou privados, participação política, grupos dominantes, segurança pública, entre outros que julgar de maior relevância?
- 3 – Quais são as principais características econômicas e sociais dos municípios que compõem a Baixada Fluminense? Na sua percepção, quais são as vocações econômicas da Baixada Fluminense que devem ser exploradas? E especificamente as vocações econômicas do município de Belford Roxo?
- 4 – Durante o período de ascensão política de Joca, primeiro prefeito do município de Belford Roxo, alguns jornalistas o comparavam com Tenório Cavalcanti e foi apontado como seu sucessor. Como historiadora, como a senhora percebe as semelhanças e diferenças entre Joca e Tenório Cavalcanti? De que forma a gestão pública de ambos os prefeitos interferiu no desenvolvimento dos municípios de Belford Roxo e Duque de Caxias?
- 5 – Sendo o clientelismo uma característica presente na política de BFR, na sua percepção como o clientelismo político afeta o desenvolvimento local? Há formas/ necessidade de eliminar ou minimizar esta prática?
- 6 – Estudos realizados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) revelam que no município de Belford Roxo há localidades com altos índices de violências, conhecidas pelas histórias de disputas entre facções criminosas do tráfico de drogas. *Na sua percepção, o tema VIOLÊNCIA pode ser uma barreira para o desenvolvimento local e investimentos do setor privado?*
- 7 – **Atores locais:** como você percebe as características dos atores locais envolvidos na agenda de desenvolvimento econômico e social da Baixada Fluminense:
 - 7.1 Políticos, Lideranças Comunitárias, Intelectuais, Burocratas,...
 - 7.2 Movimentos populares na região (sindicato, associações de moradores, ONGs, etc.)
 - 7.3 Movimentos empresariais (CDL, Associações Empresariais, etc.)
 - 7.4 Agremiações políticas

Quais as principais ações/ contribuição destes atores locais? Na sua percepção quais estão conseguindo mobilizar a sociedade e fazer a diferença, atingindo resultados concretos (caso existam)?
- 8 – Em 2015, o PIB per capita do município (R\$ 15.546,) em comparação às outras cidades do estado do Rio de Janeiro, ocupava a 80ª posição de 92 municípios. No Índice FIRJAN ocupava em 2015 a 84ª posição de 92 municípios. Estando em um ciclo vicioso da pobreza, fazem-se necessárias ações exógenas, principalmente por meio de Políticas Públicas, para mudar este quadro. *Quais ações mais relevantes de Políticas Públicas (federal, estadual ou municipal) já foram realizadas para reverter este quadro? Quais Políticas Públicas na sua percepção deveriam ser priorizadas?*
- 9 – Espaço aberto para você falar sobre são as limitações e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico do município de Belford Roxo.

Apêndice G – Roteiro de entrevista Secretário de Educação (E8)



ROTEIRO DE ENTREVISTA - Pesquisa Belford Roxo – Passado e Perspectiva para o DL

Nome:

Data:

Atuação:

0 – Breve resumo de sua trajetória pessoal, profissional e sua relação com o município de BFR.

1 – Quais são as principais características econômicas e sociais do município de Belford Roxo?

2 – Como se deu o desenvolvimento socioeconômico do município de Belford Roxo?

3 – Na sua percepção, quais são as vocações econômicas do município de BFR que devem ser exploradas?

4 – Qual é a missão da Secretaria Municipal de Educação? Quais as principais prioridades da Secretaria Municipal de Educação?

5 – O IDHM de BFR, em 2010, era de 0,684, estando situado na faixa de desenvolvimento humano médio. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação (aumento de 0,181), seguida por longevidade e por renda. Contudo, no IDHM Educação ainda amarga a última colocação entre os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro. Como Secretário Municipal de Educação, quais as principais causas deste resultado? O que tem sido feito? E o que pode ser feito para mudar esta realidade?

6 – Em 2015, o PIB per capita do município (R\$ 15.546,) em comparação às outras cidades do estado do Rio de Janeiro, ocupava a 80ª posição de 92 municípios. No Índice FIRJAN ocupava em 2015 a 84ª posição de 92 municípios.

Estando em um ciclo vicioso da pobreza, fazem-se necessárias ações exógenas, principalmente por meio de Políticas Públicas, para mudar este quadro. Quais ações mais relevantes de Políticas Públicas (federal, estadual ou municipal) já foram realizadas para reverter este quadro? Quais Políticas Públicas na sua percepção deveriam ser priorizadas?

7 – De que forma a VIOLÊNCIA afeta a educação? Na sua percepção, o tema VIOLÊNCIA pode ser uma barreira para o desenvolvimento local e investimentos do setor privado?

8 – Um dos elementos chaves relacionados à melhoria dos indicadores de capital humano está na igualdade de oportunidades entre os membros da sociedade e na capacidade do Estado para gerar condições equitativas especialmente de saúde e educação. Na sua percepção, o município de BFR tem cumprido este papel? Caso positivo, de que forma?

9 – Na sua percepção, atualmente existem parcerias/ projetos/ ideias voltadas para o desenvolvimento socioeconômico do município? Caso negativo, quais você sugeriria para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do município?

10 – Quais as estratégias/ ações que o município de BFR, e especificamente a SME, tem utilizado para estimular o desenvolvimento local? Já existem resultados destas ações?

11 – Espaço aberto para você falar sobre são as limitações e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico do município de Belford Roxo.

Apêndice H – Roteiro de entrevista Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico (E9)



ROTEIRO DE ENTREVISTA - Pesquisa Belford Roxo – Passado e Perspectiva para o DL

Nome:

Data:

Atuação:

- 0 – Breve resumo de sua trajetória pessoal, profissional e sua relação com o município de BFR.
- 1 – Quais são as principais características econômicas e sociais do município de Belford Roxo?
- 2 – Como se deu o desenvolvimento socioeconômico do município de Belford Roxo?
- 3 – Na sua percepção, quais são as vocações econômicas do município de BFR que devem ser exploradas?
- 4 – Qual é a missão da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico (MMICDE)? Quais as principais prioridades da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico (MMICDE)?
- 5 – Quais as barreiras e/ ou dificuldades para o desenvolvimento local do município de Belford Roxo? Na sua percepção, como superá-las?
- 6 – Quais as estratégias/ ações que o município de Belford Roxo, e especificamente a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, tem utilizado para estimular o desenvolvimento local? Já existem resultados destas ações?
- 7 – Em relação aos municípios da Baixada Fluminense, como você analisaria as relações existentes entre eles? Há alguma articulação entre os municípios da Baixada Fluminense que busque discutir e fomentar o Desenvolvimento Regional?
- 8 – Em 2015, o PIB per capita do município (R\$ 15.546,) em comparação às outras cidades do estado do Rio de Janeiro, ocupava a 80ª posição de 92 municípios. No Índice FIRJAN ocupava em 2015 a 84ª posição de 92 municípios.
Estando em um ciclo vicioso da pobreza, fazem-se necessárias ações exógenas, principalmente por meio de Políticas Públicas, para mudar este quadro. Quais ações mais relevantes de Políticas Públicas (federal, estadual ou municipal) já foram realizadas para reverter este quadro? Quais Políticas Públicas na sua percepção deveriam ser priorizadas?
- 9 – A Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico (MMICDE) se articula com outras instituições, como exemplo FIRJAN, órgãos de classes, entre outros, visando estimular o desenvolvimento local e/ ou das pequenas, médias e grandes empresas localizadas em Belford Roxo?
- 10 – Na sua percepção, atualmente existem parcerias/ projetos/ ideias voltadas para o desenvolvimento socioeconômico do município? Caso negativo, quais você sugeriria para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do município?
- 11 – De que forma a VIOLÊNCIA afeta o município? Na sua percepção, o tema VIOLÊNCIA pode ser uma barreira para o desenvolvimento local e investimentos do setor privado?
- 12 – Espaço aberto para você falar sobre as limitações e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico do município de Belford Roxo.

Apêndice I – Roteiro de entrevista ex-candidato ao cargo de prefeito do município de Belford Roxo, eleições 2016 (E10)



ROTEIRO DE ENTREVISTA - Pesquisa Belford Roxo – Passado e Perspectiva para o DL

Nome: _____ Data: _____ Atuação: _____

0 - Breve resumo de sua trajetória pessoal, profissional e sua relação com o Município de BFR.

1 - Parte significativa do desenvolvimento socioeconômico da BF foi influenciado por três grandes ciclos econômicos: o ciclo da cana-de-açúcar, do café e o ciclo da laranja – sendo este último o responsável pelo desenvolvimento acelerado da região. Ao término da Segunda Guerra Mundial, quando o mercado internacional dava sinais de retomada, o governo proibiu a exportação da laranja com o intuito de atender primeiramente ao mercado interno, levando os produtores ao abandono da cultura, buscando outros meios de sobrevivência.

Como historiador, havia outros interesses nesta proibição, uma vez em que esta ação representou a queda da última barreira à transformação da terra agrícola em área urbana e posterior loteamento das terras da Baixada Fluminense (BF)? Qual é o ciclo atual da economia de (Belford Roxo) BFR?

2 - Emancipado em 03 de abril de 1990, BFR é um jovem município localizado na periferia metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, caracterizado como uma cidade dormitório, com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico. Quais os impactos da emancipação para o município, considerando investimentos públicos e/ ou privados, participação política, grupos dominantes, segurança pública, entre outros que julgar de maior relevância?

3 - Atores locais: Como você percebe as características dos atores locais envolvidos na agenda de desenvolvimento econômico e social de BFR?

- 4.1 Políticos, Lideranças Comunitárias, Intelectuais, Burocratas,...
- 4.2 Movimentos populares na região (sindicato, associações de moradores, ONGs, etc.)
- 4.3 Movimentos empresariais (CDL, Associações Empresariais, etc.)
- 4.4 Agremiações políticas

Quais as principais ações/ contribuição destes atores locais? Na sua percepção quais estão conseguindo mobilizar a sociedade e fazer a diferença, atingindo resultados concretos (caso existam)?

4 - Em 2015, o PIB per capita do município (R\$ 15.546,) em comparação às outras cidades do estado do Rio de Janeiro, ocupava a 80ª posição de 92 municípios. No Índice FIRJAN ocupava em 2015 a 84ª posição de 92 municípios. Estando em um ciclo vicioso da pobreza, fazem-se necessárias ações exógenas, principalmente por meio de Políticas Públicas, para mudar este quadro.

Quais ações mais relevantes de Políticas Públicas (federal, estadual ou municipal) já foram realizadas para reverter este quadro? Quais Políticas Públicas na sua percepção deveriam ser priorizadas? Quais outras ações você consideraria prioritárias caso tivesse sido eleito? Por que elas não acontecem?

5 - Na sua percepção, atualmente existem parcerias/ projetos/ ideias voltadas para o desenvolvimento socioeconômico do município? Caso negativo, quais você sugeriria para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do município?

6 - BFR reúne características de uma cidade-dormitório como baixo dinamismo econômico, elevado crescimento populacional, acesso limitado à infraestrutura e serviços públicos. Existem iniciativas locais com o objetivo de aumentar oferta de emprego formal e/ ou informal?

7 - Sendo o clientelismo uma característica presente na política de BFR, na sua percepção: Como o clientelismo político afeta o desenvolvimento local? Há formas/ necessidade de eliminar ou minimizar esta prática?

8 - Como você percebe as principais mazelas sociais de BFR (causas, soluções, interesses, entre outros) no que diz respeito à:

- 8.1 Saneamento básico
- 8.2 Violência
- 8.3 Emprego e Renda

9 - Enquanto candidato a prefeitura do município de BFR, uma das propostas apresentadas por você e seu partido, no tópico Emprego e Renda, foi a "política de regularização da informalidade e de estímulo à pequena e média empresa; qualificação profissional e cidadã dos empreendedores de base familiar; flexibilização das normas de licenciamento para atividades econômicas familiar e de fundo de quintal". O que motivou esta proposta? Esta poderia ser uma saída para o ciclo vicioso da pobreza? Justifique.

10 - Espaço aberto para você falar sobre as limitações e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico do município de Belford Roxo.

Apêndice J – Roteiro de entrevista candidato ao cargo de deputado federal, eleições 2018 (E11)



ROTEIRO DE ENTREVISTA - Pesquisa Belford Roxo – Passado e Perspectiva para o DL

Nome:

Data:

Atuação:

0 – Breve resumo de sua trajetória pessoal, profissional e sua relação com o município de BFR.

1 – Quais são as principais características econômicas e sociais do município de Belford Roxo?

2 – Na sua percepção, quais são as vocações econômicas do município de BFR que devem ser exploradas?

3 – Atualmente existem parcerias, projetos ou ideias voltadas para o desenvolvimento socioeconômico do município? Caso negativo, quais você sugeriria para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do município?

4 – Belford Roxo reúne características de uma cidade-dormitório como baixo dinamismo econômico, elevado crescimento populacional, acesso limitado à infraestrutura e serviços públicos. Existem iniciativas locais com o objetivo de aumentar oferta de emprego formal e/ ou informal?

5 – Atores locais: Como você percebe as características dos atores locais envolvidos na agenda de desenvolvimento econômico e social de BFR?

5.1 Políticos, lideranças comunitárias, intelectuais, burocratas, ...

5.2 Movimentos populares na região (sindicato, associações de moradores, ONGs, etc)

5.3 Movimentos empresariais (CDL, Associações empresariais, etc.)

5.4 Agremiações políticas

Quais as principais ações/ contribuição destes atores locais? Na sua percepção quais estão conseguindo mobilizar a sociedade e fazer a diferença, atingindo resultados concretos (caso existam)?

6 – O IDHM de BFR, em 2010, era de 0,684, estando situado na faixa de desenvolvimento humano médio. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação (aumento de 0,181), seguida por longevidade e por renda. Contudo, no IDHM Educação ainda amarga a última colocação entre os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro. Na sua percepção, quais as principais causas deste resultado? O que tem sido feito? E o que pode ser feito para mudar esta realidade?

7 – Uma dimensão crítica para o desenvolvimento de BFR é a violência. Como o tema VIOLÊNCIA tem sido tratado, ou seja, políticas públicas já implementadas, nos diversos níveis e esferas do Poder Público (Municipal, Estadual, Federal, Executivo, Legislativo e Judiciário)? Quais ações podem ser empreendidas?

8 – Em 2015, o PIB per capita do município (R\$ 15.546,) em comparação às outras cidades do estado do Rio de Janeiro, ocupava a 80ª posição de 92 municípios. No Índice FIRJAN ocupava em 2015 a 84ª posição de 92 municípios. Estando em um ciclo vicioso da pobreza, fazem-se necessárias ações exógenas, principalmente por meio de Políticas Públicas, para mudar este quadro. Quais ações mais relevantes de Políticas Públicas (federal, estadual ou municipal) já foram realizadas para reverter este quadro? Quais Políticas Públicas na sua percepção deveriam ser priorizadas?

9 – Quais ações você consideraria prioritárias ao município de Belford Roxo e a própria Baixada Fluminense caso seja eleito?

10 – Espaço aberto para você falar sobre as limitações e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico do município de Belford Roxo.

Apêndice K – Roteiro de entrevista representante do Sindicato dos Químicos de Belford Roxo (E12)



ROTEIRO DE ENTREVISTA - Pesquisa Belford Roxo – Passado e Perspectiva para o DL

Nome: _____ Data: _____ Atuação: _____

0 – Breve resumo de sua trajetória pessoal, profissional e sua relação com o município de BFR.

1 – Sua percepção sobre a relação estabelecida entre o SINDIQUIMICA e o município de BFR:

1.1 – Qual o papel e a importância do SINDIQUIMICA para o município de BFR?

1.2 – O que já foi feito?

1.3 – O que poderia ter sido feito e, por motivos diversos, não foram implementados?

1.4 – Principais demandas do município e da comunidade

1.5 – Perfis dos interlocutores

2 – Uma dimensão crítica para o desenvolvimento de BFR é a violência. Como o tema VIOLÊNCIA tem sido tratado nos diversos níveis e esferas do Poder Público (Municipal, Estadual, Federal, Executivo, Legislativo e Judiciário)? Quais ações podem ser empreendidas?

3 – De que forma a VIOLÊNCIA afeta o SINDIQUIMICA? Na sua percepção, o tema VIOLÊNCIA pode ser uma barreira para o desenvolvimento local e investimentos do setor privado?

4 – ATORES LOCAIS: quais as principais ações/ contribuição do SINDIQUIMICA para o município de BFR? Na sua percepção quais destas estão conseguindo mobilizar a sociedade e fazer a diferença, atingindo resultados concretos (caso existam)?

5 – Papel da “empresa” no município de Belford Roxo: na sua percepção, o que já fez? O que faz hoje? O que poderia fazer e não fez?

6 – Em 2015, o PIB per capita do município (R\$ 15.546,) em comparação às outras cidades do estado do Rio de Janeiro, ocupava a 80ª posição de 92 municípios. No Índice FIRJAN ocupava em 2015 a 84ª posição de 92 municípios.

Estando em um ciclo vicioso da pobreza, fazem-se necessárias ações exógenas, principalmente por meio de Políticas Públicas, para mudar este quadro. Quais ações mais relevantes de Políticas Públicas (federal, estadual ou municipal) já foram realizadas para reverter este quadro? Quais Políticas Públicas na sua percepção deveriam ser priorizadas?

7 – Na sua percepção, atualmente existem parcerias/ projetos/ ideias voltadas para o desenvolvimento socioeconômico do município? Caso negativo, quais você sugeriria para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do município?

8 – Sendo o clientelismo uma característica presente na política de BFR, na sua percepção como o clientelismo político afeta o desenvolvimento local? Há formas/ necessidade de eliminar ou minimizar esta prática?

9 – Como você percebe as principais mazelas sociais de BFR (causas, soluções, interesses, entre outros) no que diz respeito à:

9.1 Saneamento básico

9.2 Violência

9.3 Emprego e Renda

10 – Espaço aberto para você falar sobre as limitações e as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico do município de Belford Roxo.